



VILAREALSTºANTONIO

Adelino
[Signature]

ATA Nº. 19/2017

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia 16 de agosto de 2017.

Aos dezasseis dias do mês de agosto de 2017, na Sala de Atos da Casa da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Presidente, Luís Filipe Soromenho Gomes, comigo, Ana Teresa Roberto da Palma Guerreiro, Chefe da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, compareceram, pelas nove horas, os Srs. Vereadores Maria da Conceição Cipriano Cabrita, João Filipe de Brito Sol Pereira, Ana Paula Véstia Guerreiro Mendonça, David Matias Murta, Célia Maria Marques da Rosa Paz, e Álvaro Filipe Madeira Leal, a fim de se realizar a reunião ordinária a que se refere o artigo 40.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
- APROVAÇÃO DE ATAS;
- HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE PRÉDIO URBANO SITO EM MONTE GORDO - PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS;
- CONCURSO PÚBLICO PARA CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE 3 IMÓVEIS NO CENTRO HISTÓRICO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO 2017 (CONTRATAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL – ADVOGADO) – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATO;
- DIREITO PREFERÊNCIA E LEVANTAMENTO DO ÓNUS DE INALIENABILIDADE – CÁTIA ALEXANDRA DA ROSA NEVES URBANO SOARES;
- DIREITO PREFERÊNCIA E LEVANTAMENTO DO ÓNUS DE INALIENABILIDADE – MARIA ALMERINDA BOTEQUILHA FERREIRA VIEGAS;

²
Adelino
4

- DIREITO PREFERÊNCIA E LEVANTAMENTO DO ÓNUS DE INALIENABILIDADE - MARIANA DO NASCIMENTO CALVINHO DA ROSA;
- LEVANTAMENTO DE ÓNUS DE INALIENABILIDADE E NÃO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA - MARIA DA CONCEIÇÃO BOTEQUILHA PALERMO;
- APROVAÇÃO DO PROTOCOLO COM IBÉRICA EVENTOS & ESPECTÁCULOS COM VISTA A REALIZAÇÃO DO EVENTO "ETNIARTE - MERCADO ÉTNICO & MÚSICAS DO MUNDO" - 2017;
- DISSOLUÇÃO DA ANAS - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE E DE HUELVA;
- RATIFICAÇÃO DE CONVÉNIO DE COLABORAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS NO PROJETO "UMA RAIA DE ÁGUA" - COMEMORAÇÃO DOS 750 ANOS DA FRONTEIRA LUSO-ESPANHOLA;
- RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA APOIO AO ARRENDAMENTO - MARINELA FERNANDES LORADOR;
- RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - JULIE ANNE VAN EIJK VAN VOORTHUIJSEN;
- RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - BRUNO JOSÉ VIEGAS DA ROSA;
- RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA APOIO ARRENDAMENTO - FÁTIMA PATRÍCIA BATISTA DUARTE;
- MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO PARA O ANO LETIVO 2017/2018;
- PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES DO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA O ANO LETIVO 2017/2018;
- APOIO A CONCEDER À ARTS TOMORROW - ASSOCIAÇÃO ACADEMIA DE BALLET CONTEMPORÂNEO;
- APOIO A CONCEDER À ANIMASHOW - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA;
- APOIO A CONCEDER AO AGRUPAMENTO 1370 DO CNE - CORPO NACIONAL DE ESCUTAS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO ONCOLÓGICA DO ALGARVE PARA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO MAMAMARATONA 2017;
- PROPOSTA DE REPOSIÇÃO DOS 25 DIAS DE FÉRIAS PARA OS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

3
Assinatura

FALTA: - Verificou-se a ausência do Sr. Vereador João Manuel Lopes Rodrigues, por se encontrar em gozo de férias, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificada a respetiva falta.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia 11 de agosto de 2017, apresentando um saldo de 5.061.907,17 € (cinco milhões sessenta e um mil, novecentos e sete euros e dezassete cêntimos).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Sr. Presidente propôs a aceitação dos pedidos de suspensão dos mandatos dos Srs. Vereadores José Cruz e Vasco Vasques:

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar o pedido de suspensão do mandato até final do Sr. Vereador Vasco Ricardo Salas Vasques, por motivos da sua vida particular, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

O Sr. David Murta solicitou que fosse facultado o quadro de evolução da dívida dos três programas a que a Câmara Municipal se candidatou e consequentemente à banca, e pôs estes programas na próxima reunião.

A Sra. Vereadora Célia Paz, propôs que as distinção honoríficas aos munícipes aprovadas fossem entregues na tomada de posse do próximo executivo.

4
adeline
D

O Sr. Presidente referiu que deverá ser o próximo executivo a decidir.

O Sr. David Murta solicitou novamente que lhe fossem entregues os mapas relativos à revisão do PDM.

Sr. Presidente disse que ainda estava à espera dos contributos finais dos Vereadores do Partido Socialista.

5
Assinatura
4

DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

APROVAÇÃO DE ATAS.

- Considerando que foram distribuídas, com antecedência, fotocópias das atas aos membros deste Órgão, a Câmara deliberou:

Por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador David Murta, por não ter estado presente, aprovar a Ata n.º 14 da reunião ordinária realizada em 6 de junho de 2017;

Por maioria, com as abstenções do Sr. Presidente e do Sr. Vereador David Murta, por não terem estado presentes, aprovar a Ata n.º 15 da reunião ordinária realizada em 20 de junho de 2017.

6
A. Silva



HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE PRÉDIO URBANO SITO EM MONTE GORDO - PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta, Célia Paz e Álvaro Leal, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser ratificado o seu despacho que autorizou a prorrogação do prazo para apresentação de propostas, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

CONCURSO PÚBLICO PARA CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE 3 IMÓVEIS NO CENTRO HISTÓRICO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser submetida à Assembleia Municipal a não adjudicação nos termos da alínea a) do n.º 1 do 79º do Código dos Contratos Públicos e a revogação da decisão de contratar nos termos do n.º 1 do artigo 80º do mesmo diploma, conforme projeto de decisão do Júri do Procedimento, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

7
adene


PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO 2017 (CONTRATAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL – ADVOGADO) – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta, Célia Paz e Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 1 e 7 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, para a celebração de contrato de prestação de serviços apoio jurídico, atividade de representante legal - advogado, pelo período de 1 (um) ano, na modalidade de avença, com possibilidade de renovação do contrato por 2 (dois) períodos sucessivos idênticos, com a entidade Isabel Pires Cruz Santos, e por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Extraordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2013, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

8
A. Soares

DIREITO PREFERÊNCIA E LEVANTAMENTO DO ÔNUS DE INALIENABILIDADE – CÁTIA ALEXANDRA DA ROSA NEVES URBANO SOARES.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora, Maria da Conceição Cabrita, no sentido da Câmara não exercer o direito de preferência e autorizar o levantamento do ónus de inalienabilidade na alienação da parcela de terreno registado na matriz predial sob o número 2834, e com registo na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António n.º 1703/20031017, Freguesia de Monte Gordo, a Cátia Alexandra da Rosa Neves Urbano Soares a favor de construtora TBM - Construções LDA., com NIPC 513773223, nos termos acima melhor descritos, com fundamento no teor da informação da Divisão de Ação Social, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

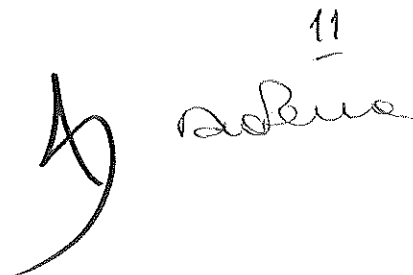

DIREITO PREFERÊNCIA E LEVANTAMENTO DO ÓNUS DE INALIENABILIDADE – MARIA
ALMERINDA BOTEQUILHA FERREIRA VIEGAS.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora, Maria da Conceição Cabrita, no sentido da Câmara não exercer o direito de preferência e autorizar o levantamento do ónus de inalienabilidade na alienação da parcela de terreno registado na matriz predial sob o número 3173, e com registo na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António n.º 2273/20170804, Freguesia de Monte Gordo, a Maria Almerinda Botequilha Ferreira Viegas a favor de Toni Soares Santos, com o NIF 198 497 431, residente em Travessa Santos, n.º2 – Martim-Godim, Carnide, nos termos acima melhor descritos, com fundamento no teor da informação da Divisão de Ação Social, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

10
Adelino

**DIREITO PREFERÊNCIA E LEVANTAMENTO DO ÓNUS DE INALIENABILIDADE –
MARIANA DO NASCIMENTO CALVINHO DA ROSA.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora, Maria da Conceição Cabrita, no sentido da Câmara não exercer o direito de preferência e autorizar o levantamento do ónus de inalienabilidade na alienação da parcela de terreno registado na matriz predial sob o número 837, e com registo na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António n.º 1924/20040415, Freguesia de Monte Gordo, a Mariana do Nascimento Calvinho da Rosa, Maria Adelaide da Rosa Botequilha, João Alberto da Rosa Botequilha e Isabel Maria da Rosa Botequilha Garrido, a favor de construtora Mario Lage – Construção Civil – Sociedade Unipessoal Lda., com NIPC 505 944 464, sede no Largo Maria Joaquina, n.º8 Monte Francisco, Castro Marim, nos termos acima melhor descritos, com fundamento no teor da informação da Divisão de Ação Social, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

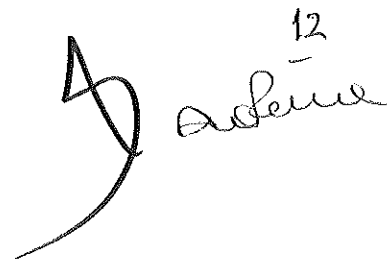
11


LEVANTAMENTO DE ÓNUS DE INALIENABILIDADE E NÃO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA – MARIA DA CONCEIÇÃO BOTEQUILHA PALERMO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora, Maria da Conceição Cabrita, no sentido da Câmara não exercer o direito de preferência e autorizar o levantamento do ónus de inalienabilidade na alienação das parcelas de terreno registadas na matriz predial sob os números 1710 e 3473 e com registos na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António n.º 161/19870626 e 2088/20110406, respetivamente, na Freguesia de Monte Gordo, a Maria da Conceição Botequilha Palermo, a favor de construtora Guadieng – Serviços de Engenharia Unipessoal, Lda., com NIPC 506 564 231, e sede na Rua 5 de Outubro, n.º 48, R/C, em Vila Real de Santo António, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

APROVAÇÃO DO PROTOCOLO COM IBÉRICA EVENTOS & ESPECTÁCULOS COM VISTA A REALIZAÇÃO DO EVENTO “ETNIARTE - MERCADO ÉTNICO & MÚSICAS DO MUNDO” – 2017.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovado o protocolo com a empresa Ibérica Eventos & Espetáculos com vista a realização do evento “ETNIARTE- Mercado Étnico & Músicas do Mundo” a realizar em Monte Gordo, de 17 a 20 de Agosto de 2017, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

12


DISSOLUÇÃO DA ANAS – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE E DE HUELVA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vice-Presidente, Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser submetida à Assembleia Municipal a dissolução da ANAS - Associação de Municípios do Algarve e Huelva, nos termos das alíneas t) e u) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, a intervenção da AMAL – Associação de Municípios do Algarve como entidade promotora e interlocutora da reunião destinada à dissolução da associação ANAS, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

RATIFICAÇÃO DE CONVÉNIO DE COLABORAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS NO PROJETO "UMA RAIA DE ÁGUA" - COMEMORAÇÃO DOS 750 ANOS DA FRONTEIRA LUSO-ESPANHOLA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser ratificada a celebração do Protocolo de Colaboração para a Constituição do Projeto Cultural de âmbito transfronteiriço para comemorar o 750º Aniversário da delimitação da raia portuguesa, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

13
Aparece

RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA APOIO AO ARRENDAMENTO – MARINELA FERNANDES LORADOR.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizado o alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 7% do valor da renda, com fundamento no teor da informação da Divisão de Ação Social, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - JULIE ANNE VAN EIJK VAN VOORTHUIJSEN.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizado o alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 30% do valor da renda, com fundamento no teor da informação da Divisão de Ação Social, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

14
M. Duarte

**RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL -
BRUNO JOSÉ VIEGAS DA ROSA.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizado o alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 30% do valor da renda, com fundamento no teor da informação da Divisão de Ação Social, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

**RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA APOIO ARRENDAMENTO - FÁTIMA PATRÍCIA BATISTA
DUARTE.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizado o alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 12% do valor da renda, com fundamento no teor da informação da Divisão de Ação Social, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

15
A. S. S. S.

MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO PARA O ANO LETIVO 2017/2018.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a Minuta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e o Agrupamento de Escolas D. José I, no âmbito do fornecimento de refeições aos alunos do ensino pré – escolar e 1º ciclo do ensino básico para o ano letivo 2017/2018, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES DO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA O ANO LETIVO 2017/2018.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovado o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2017/2018, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.



APOIO A CONCEDER À ARTS TOMORROW - ASSOCIAÇÃO ACADEMIA DE BALLET CONTEMPORÂNEO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizado o apoio à ARTS TOMORROW - ASSOCIAÇÃO ACADEMIA DE BALLET CONTEMPORÂNEO, no valor de 5.000,00 €, documento que constitui parte integrante da presente ata.

APOIO A CONCEDER À ANIMASHOW - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizado o apoio à Associação Animashow - Associação Cultural e Recreativa, no valor de 5.000,00 €, documento que constitui parte integrante da presente ata.

17
adriana

APOIO A CONCEDER AO AGRUPAMENTO 1370 DO CNE - CORPO NACIONAL DE ESCUTAS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizado o apoio Agrupamento 1370 do CNE – Corpo Nacional de Escutas, no valor de 2.000,00 €, documento que constitui parte integrante da presente ata.

ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO ONCOLÓGICA DO ALGARVE PARA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO MAMAMARATONA 2017.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser atribuído um subsídio no valor de 150,00 €, à Associação Oncológica do Algarve para organização do evento MAMAMARATONA 2017, documento que constitui parte integrante da presente ata.

18
J. Adame

PROPOSTA DE REPOSIÇÃO DOS 25 DIAS DE FÉRIAS PARA OS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

- O Sr. Presidente solicitou que a proposta fosse retirada e presente na próxima reunião com informação jurídica.
- O Sr. Vereador Álvaro Leal concordou.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

Registaram-se as seguintes intervenções:

Sra. Maria Lurdes Paiva, que solicitou que fosse colocado um ponto de iluminação pública no Monte Caldeira, Hortas.

Sra. Maria Paula Munhoz, solicitou um ponto de situação sobre o seu requerimento relativo ao caminho pedonal do edifício Brisas do Guadiana.

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas nove horas e trinta minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, António Teófilo Mendes, Chefe da Divisão Jurídica e Recursos Humanos a redigi, subscrevo e assino.

António Teófilo Mendes

Ly. L.



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

20
Adelino

N.º Propostas/2017/274

Aprovado em reunião
de 16 AGO. 2017

ASSUNTO:

Hasta Pública para Alienação de Prédio Urbano Sito em Monte Gordo - Prorrogação do Prazo para Apresentação de Propostas

CONSIDERANDO QUE:

- Foi aprovado pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal, em reuniões dos órgãos datadas de 31 de agosto e 8 de setembro de 2016, respetivamente, a realização de hasta pública para alienação de prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1994/2010, freguesia de Monte Gordo, Concelho de Vila Real de Santo António;
- Uma dilação no prazo para apresentação de propostas garante uma maior oportunidade para os investidores eventualmente interessados bem como para o Município em obter um maior número de concorrentes e consequentemente melhores propostas;
- À data da realização do despacho de prorrogação, não existiam propostas apresentadas, bem como à data atual não existe qualquer proposta entrada nos serviços dos Município;
- Atenta a urgência decorrente dos prazos impostos pelo procedimento, e nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, proferi despacho de prorrogação do prazo para apresentação de propostas, conforme anexo;

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

- A ratificação do despacho supra mencionado.

Vila Real de Santo António, 11 de Agosto de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

Luis Filipe Soromenho Gomes



VILAREALSTºANTONIO

21
D. *[Handwritten signature]*

DESPACHO

Considerando que foi aprovado pela Câmara e Assembleia Municipal, em reuniões dos órgãos datadas de 31 de agosto e 8 de setembro de 2016, respetivamente, a realização de hasta pública para alienação de prédio urbano sito em Monte Gordo.

Considerando que uma dilação no prazo para apresentação de propostas garante uma maior oportunidade para os investidores eventualmente interessados bem como para o Município em obter um maior número de concorrentes.

Determino:

- 1 – Que as propostas possam ser entregues pessoalmente ou enviadas por correio, sob registo, para a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, até às 16 horas do dia 10 de outubro de 2017.
- 2 – Que a praça seja realizada no dia 11 de outubro de 2017, pelas 10 horas, no edifício da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

Atenta a urgência decorrente dos prazos impostos pelo procedimento, e nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação,



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António

Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

agende-se a ratificação da prorrogação de prazo por mim aprovada na próxima sessão do executivo municipal.

Vila Real de Santo António, 8 de Agosto de 2017

P/ O Presidente da Câmara Municipal

Luís Filipe Soromenho Gomes



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António

Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

22
pública

Aprovado em reunião
de 16 AGO. 2017

N.º Propostas/2017/257

ASSUNTO:

Concurso Público para Concessão, Construção e Exploração de 3 Imóveis no Centro Histórico de Vila Real de Santo António

CONSIDERANDO QUE:

- O procedimento pré-contratual de Concurso Público para a Concessão, Construção e Exploração de 3 Imóveis no Centro Histórico de Vila Real de Santo António, aprovado por deliberação de Câmara Municipal e Assembleia Municipal datadas de 16 de agosto de 2016 e 8 de setembro de 2016, respetivamente;
- O referido procedimento foi publicitado em Diário da República e Jornal Oficial da União Europeia nos termos do previsto no Código dos Contratos Públicos;
- Concluído o decurso do prazo para apresentação de propostas não se registou qualquer proposta apresentada tendo o Júri do Procedimento efetuado o correspondente projeto de decisão que se anexa, onde propõe a não adjudicação do procedimento supra identificado nos termos da alínea a) d n.º 1 do artigo 79º do Código dos Contratos Públicos e a consequente revogação da decisão de contratar nos termos do n.º 1 do artigo 80º do mesmo diploma;

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

- Que se submeta à Assembleia Municipal:
 - A não adjudicação nos termos da alínea a) do n.º 1 do 79º do Código dos Contratos Públicos e a revogação da decisão de contratar nos termos do n.º 1 do artigo 80º do mesmo diploma, conforme projeto de decisão do Júri do Procedimento.

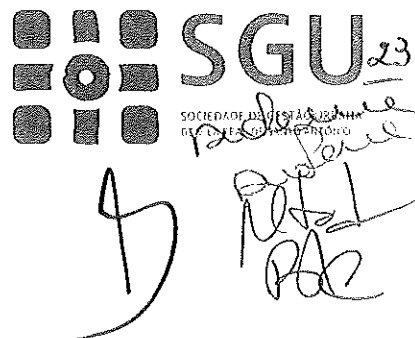
Vila Real de Santo António, 4 de Agosto de 2017

} O Presidente da Câmara Municipal

Luís Filipe Soromenho Gomes



VILAREALSTºANTONIO



PROJETO DE DECISÃO DO CONCURSO PÚBLICO DE CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE 3 IMÓVEIS NO CENTRO HISTÓRICO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

(Art. 125º e 146º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro)

1. Preâmbulo

O presente procedimento pré-contratual tem como objeto a concessão de obras públicas, na modalidade de conceção e execução de obras públicas, bem como à posterior exploração, destinando-se à escolha de um operador para a remodelação e exploração dos prédios identificados nos pontos 1.2, 1.3 e 1.4 do Caderno de Encargos, que se destinam a utilização turística (classificação mínima de 4 estrelas), sendo apenas admissíveis propostas que prevejam a sua utilização como empreendimentos turísticos na aceção do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, na sua redação atual (nomeadamente não enquadráveis nas formas previstas de alojamento local), ficando este com os proveitos dessa exploração durante o período de 30 anos, com as especificações previstas no presente programa do procedimento e no caderno de encargos.

O prazo limite para apresentação de propostas concluiu no dia 14 de novembro de 2016, pelas 18 horas, na Plataforma Eletrónica VORTALGOV.

2. Abertura de propostas dos concorrentes

No dia 15 de Novembro de 2016, procedeu-se à abertura das propostas apresentadas pelos concorrentes na plataforma eletrónica. O Júri do Procedimento designado para o efeito, constituído pelos Srs., Ana



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António

Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003



VILAREALSTºANTONIO



Teresa Roberto Palma Guerreiro, Chefe de Divisão do Município de Vila Real de Santo António, que preside, Renato Sérgio Paulo Figueira, Coordenador da Unidade do Território da VRSA Sociedade de Gestão Urbana, E.M., S.A., 1ª vogal efetivo, e Bárbara Isabel Rocha Narciso, Técnica Superior do Município de Vila Real de Santo António, 2ª vogal efetivo, que procederam à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica, conforme previsto no n.º 1 do art. 138º do DL 18/2008, de 29 de Janeiro.

3. Documentos e Propostas Submetidas

Foram submetidas pelos concorrentes, as propostas das seguintes empresas:

MAJA – Manuel António & Jorge Almeida - Construções, S.A., apresentou proposta no dia 14 de novembro de 2016, pelas 16:20H-----

4. Concorrente excluídos

Deliberou por unanimidade o Júri do Procedimento, excluir o seguinte concorrente:

MAJA-MANUEL ANTONIO & JORGE ALMEIDA-CONST., SA.

A empresa apresenta apenas uma declaração de não apresentação de proposta.

Nestes termos, o júri considera que a empresa não é considerada concorrente por não ter formalizado vontade de contratar – *cfr.* Artigos 53º e 56º do Código da Contratação Pública.

5. Conclusão

Face ao exposto, propõe o Júri por unanimidade, a não adjudicação do presente procedimento pré-contratual nos termos do da alínea a) do n.º 1 do artigo 79º do Código dos Contratos Públicos e consequente revogação da decisão de contratar conforme previsto n.º 1 do artigo 80º do mesmo Código.





VILAREALSTºANTONIO



Por não haver mais nada a tratar, foi lavrado o presente projeto de decisão, que vai assinado pelos membros do Júri do Procedimento.

Vila Real de Santo António, 17 de novembro de 2016

O Júri do Procedimento

Ana Teresa Roberto Palma Guerreiro

Renato Sérgio Paulo Figueira

Bárbara Isabel Rocha Narciso



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António

Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

25
admir

Aprovado em reunião

cc 16 AGO. 2017

N.º Propostas/2017/258

ASSUNTO:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO 2017 (CONTRATAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL - ADVOGADO) - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO

CONSIDERANDO QUE:

1. O Município pretende contratar serviços de apoio jurídico, atividade de representante legal - advogado, pelo período de 1 (um) ano, na modalidade de avença, com possibilidade de renovação do contrato por 2 (dois) períodos sucessivos idênticos;
2. A Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2017, impõe, através dos n.ºs 1 e 8 do artigo 51.º, a emissão de um parecer prévio vinculativo, a emitir antes da decisão de contratar, para a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços nas modalidades de tarefa e avença, independentemente da natureza da contraparte;
3. Nas autarquias locais, o parecer, previsto no n.º 8 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 1, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, do artigo 51.º do citado diploma, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, ou seja, por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais, das finanças e da Administração Pública;
4. Não existe pessoal no quadro de pessoal da Câmara Municipal, e é impossível obter qualquer informação relativamente à situação de requalificação apto para o desenvolvimento das funções subjacentes à contratação em causa, que segundo informação dos Recursos Humanos, não emitem qualquer declaração de inexistência. A portaria a que se refere o ponto anterior, já se encontra publicada, trata-se da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, que define os requisitos para a emissão de declaração

B



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

- para o procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, referindo que as autarquias estão dispensadas de consultar o INA e a Entidade Gestora da Mobilidade Especial Autárquica, ainda não foi constituída;
5. O serviço a contratar não consubstancia trabalho subordinado pois será prestado com autonomia, bem como não se encontrará sujeito à disciplina e direção do Órgão nem irá impor o cumprimento de horário de trabalho;
 6. Seria inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público constituída ou a constituir, pois o trabalho a executar é limitado ao desenvolvimento de uma atividade ocasional, considerada com uma situação pontual;
 7. O procedimento de contratação tem um custo económico estimado de 20.100,00€ (vinte mil e cem euros), acrescido de IVA à taxa legal, tendo-se optado por realizar um ajuste direto nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho);
 8. Na Reunião Extraordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2013, deliberou aprovar o Ponto 6 da Ordem de Trabalhos relativo a Assunção de Compromissos Plurianuais pela Câmara Municipal, assim sendo, este procedimento enquadra-se na autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais, n.º 2, alínea b);
 9. De forma a dar cumprimento ao estipulado na alínea c) do n.º 1 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, foi efetuada a prévia cabimentação da despesa de 24.723,00€ (vinte e quatro mil setecentos vinte e três euros), na rubrica 0102020214, tendo a mesma sido registada com o n.º 934/2017, em 23 de junho de 2017;
 10. A contraparte à qual se efetuará o convite para a apresentação de proposta à entidade Isabel Pires Cruz Santos, contribuinte n.º 164 886 710, Rua Alexandre Herculano n.º 16, 8800-394 Tavira.



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

26
Isabel Pires Cruz Santos

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Emitir o parecer previsto nos n.ºs 1 e 7 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de Dezembro, para a celebração de contrato de prestação de serviços apoio jurídico, atividade de representante legal - advogado, pelo período de 1 (um) ano, na modalidade de avença, com possibilidade de renovação do contrato por 2 (dois) períodos sucessivos idênticos, com a entidade Isabel Pires Cruz Santos, contribuinte n.º 164 886 710, Rua Alexandre Herculano n.º 16, 8800-394 Tavira;

E por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Extraordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2013, a realização deste contrato de prestação de serviços.

Vila Real de Santo António, 8 de agosto de 2017

O Vereador do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

João Filipe de Brito Sol Pereira
João Filipe de Brito Sol Pereira



VILAREALSTºANTONIO

27
J. Soares
INFORMAÇÃO

DATA: 9 de Agosto de 2017

PARA: Presidente da Câmara Municipal

DE: Divisão Jurídica e de Recursos Humanos - Ana Teresa
Guerreiro

ASSUNTO: Parecer prévio vinculativo – Prestação de serviços de apoio jurídico 2017 (contratação de representante legal – advogado) na modalidade de avença

Relativamente ao âmbito de aplicação da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, cumpre-me informar:

A Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, prevê no seu artigo 51.º n.º 1 e 8, a existência de parecer prévio vinculativo à celebração e renovação de contratos celebrados por entidades da Administração Pública, referente à prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, independentemente da natureza da contraparte.

Pretende-se desta forma efetuar um controlo rigoroso nas contratações públicas relativamente a este tipo de aquisição de serviços.

O n.º 8 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, prevê que a emissão do respetivo parecer é da competência do órgão executivo.

Em causa, a contratação da prestação de serviços na modalidade de avença com ISABEL PIRES CRUZ SANTOS, contribuinte n.º 164 886 710, Rua Alexandre Herculano n.º 16, 8800-394 Tavira, a realizar pelo período de 1 (um) ano, pelo valor de 20.100,00€ (vinte mil e cem euros), acrescido de IVA à taxa legal.



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

A presente contratação tem por objeto a contratação da advogada Dr.^a Isabel Santos, a fim de dar continuidade aos processos judiciais nos quais é a mesma a mandatária legal do Município, pelo período de 1 (um) ano, na modalidade de avença, com possibilidade de renovação do contrato por 2 (dois) períodos sucessivos idênticos.

Segundo informação do serviço de recursos humanos, não existe pessoal apto no quadro do Município para o desenvolvimento das funções em causa, bem como a Portaria 48/2014 de 26 de fevereiro, que define os requisitos para a emissão de declaração para o procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, refere que as autarquias estão dispensadas de consultar o INA e sendo que a Entidade Gestora da Mobilidade Especial Autárquica ainda não se encontra constituída.

Nos termos da legislação em vigor, foi efetuado o prévio cabimento orçamental da verba, na rubrica 0102020214, tendo a mesma sido registada com o n.º 934/2017, em 23 de Junho de 2017, pelo valor de 24.723,00€ (vinte e quatro mil setecentos vinte e três euros), IVA incluído.

Face ao exposto, considero estarem reunidos os requisitos legalmente definidos para a emissão de parecer prévio vinculativo, favorável à celebração do presente contrato.

Salvo melhor opinião, é o que me cumpre informar.

À Consideração Superior.

A Chefe da Divisão Jurídica e de Recursos Humanos

Ana Teresa Guerreiro





VILAREALSTºANTONIO

Proposta

[Handwritten signature] 28
[Handwritten signature]

Aprovado em reunião

de 16 AGO. 2017

N.º Propostas/2017/268

ASSUNTO:

Direito Preferência e Levantamento do Ónus de Inalienabilidade – Cátia Alexandra da Rosa Neves Urbano Soares

CONSIDERANDO QUE:

- 1) Por escritura celebrada em oito de agosto de 2017, foi alienada a propriedade da parcela de terreno registado na matriz predial sob o número 2834, e com registo na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António n.º 1703/20031017, Freguesia de Monte Gordo, a Cátia Alexandra da Rosa Neves Urbano Soares, anteriormente detida em regime de direito de superfície.
- 2) De acordo com as cláusulas apostas no contrato de compra e venda da parcela, “A parcela de terreno destina-se a habitação própria e permanente dos adquirentes, não podendo, consequentemente, ser alienado, arrendado ou ocupado por outrem, a qualquer título, no prazo de cinco anos, salvo motivo justificado e aceite pela Câmara Municipal e que, após esse prazo de cinco anos e no caso de alienação, por qualquer motivo e seja qual for a data, a Câmara beneficia do direito de preferência.”
- 3) De acordo com requerimento com entrada no Município em 8 de agosto de 2017, veio a Sra. Cátia Alexandra da Rosa Neves Urbano Soares requerer o não exercício do direito de preferência na alienação do prédio acima identificado e o levantamento do ónus de inalienabilidade a favor de construtora TBM - Construções LDA., com NIPC 513773223, sede na Rua Oliveira Martins, nº26, a qual atribuir-lhes-á um apartamento de tipologia T1+1, juntamente com a quantia de 20.000,00€.
- 4) A aquisição da referida parcela de terreno não reveste de especial interesse para o Município, considerando que a edificação nela erigida foi construída pelos requerentes, pelo que, não fez o Município qualquer investimento na referida construção que justificasse exercer o direito de preferência.
- 5) De acordo com a alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMNG.



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

6) A documentação em anexo à presente proposta.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Aprovar o não exercício do direito de preferência e o levantamento do ónus de inalienabilidade na alienação da parcela de terreno registado na matriz predial sob o número 2834, e com registo na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António n.º 1703/20031017, Freguesia de Monte Gordo, a Cátia Alexandra da Rosa Neves Urbano Soares a favor de construtora TBM - Construções LDA., com NIPC 513773223, sede na Rua Oliveira Martins, nº26, nos termos acima melhor descritos.

Vila Real de Santo António, 9 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita



VILAREALSTºANTONIO

29
Sobrinho

INFORMAÇÃO

DATA: 9 de Agosto de 2017

PARA: Patrícia Alexandra Teixeira Rodrigues

DE: Divisão de Ação Social

ASSUNTO: Direito Preferência – Cátia Alexandra da Rosa Neves Urbano Soares

Para os devidos efeitos cumpre-me informar que, no dia 8 de agosto de 2017 deu entrada na Secção Administrativa da Divisão de Ação Social um requerimento em nome de **Cátia Alexandra da Rosa Neves Urbano Soares** a solicitar à autarquia que não exerça o direito de preferência e ónus de inalienabilidade, na alienação do prédio urbano com o artigo matricial nº2834, sito na Rua dos Pescadores, nº52, na freguesia de Monte Gordo, Concelho de Vila Real de Santo António.

O artigo supracitado pertence a Cátia Alexandra da Rosa Neves Urbano Soares e ao seu esposo Telmo Alexandre Lopes Soares, casados sob o regime de comunhão de adquiridos, titulares dos Cartões de Cidadão nº11635870 OZX e nº116690035 6ZY1, com residência no Sítio da Campina, Caixa Postal 857-X, Campina, Luz de Tavira, Tavira.

A propriedade situada na Rua dos Pescadores, nº52, com área total de 89,5m², inscrita na matriz nº2834 de natureza urbana é composta pelo edifício térreo com quintal.

De acordo com o exposto, os proprietários do terreno tem intenções de alienar o mesmo à construtora TBM - Construções LDA., com NIPC 513773223, sede na Rua Oliveira Martins, nº26.

A construtora irá proceder à construção de um bloco de apartamentos, sendo que os proprietários receberão em troca um apartamento T1+1; juntamente da quantia de 20.000,00€.



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



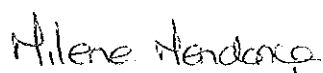
VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

Considerações Finais

Neste sentido, sugere-se deixar à consideração, exercer ou não o direito de preferência na alienação do imóvel.

À consideração superior,


Milene Mendonça



Município de Vila Real de Santo António



CERTIDÃO

CERTIFICO que: _____

O presente documento contém Quatro folhas, incluindo esta e reproduz, em conformidade com o original, o título do contrato de: _____

☒ Compra e Venda

☐ Compra e Venda e Mutuo com Hipoteca

☐ Mutuo com Hipoteca

☐ Hipoteca

☐ Permuta

☐ Doação

☐ Doação em cumprimento

☐ Constituição de Propriedade Horizontal

Respeitante ao processo casa pronta nº 42627/2017

Todas as folhas vão numeradas, rubricadas e autenticadas com o selo branco exclusivo desta repartição. _____

Gratuita ao abrigo do disposto no Artº 11º do Decreto-Lei nº 263-A/2007

Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António, 08 / 08 / 2017

RECIBO INFORMATIZADO Nº 4129/2017

O Oficial Público

Amatias Ribeiro

Escriturária Superior

Cátia Soc
Telmo Soares
Am

TÍTULO DE COMPRA E VENDA

A1. Data do ato – Oito de agosto de dois mil e dezassete. _____

A2. Local – Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António. _____

A3. Oficial público – José Viegas Rufino, Primeiro Ajudante. _____

B. IDENTIFICAÇÃO DOS INTERVENIENTES _____

B1. PRIMEIRO – PARTE VENDEDORA: _____

__ “Município de Vila Real de Santo António”, com sede na Praça Marquês de Pombal, Vila Real de Santo António, pessoa coletiva de direito público nº. 506.833.224; _____

__ A parte vendedora é representada neste ato por: _____

__ Maria da Conceição Cipriano Cabrita, natural da freguesia e concelho de Vila Real de Santo António, com domicílio profissional na sede da sua representada, solteira, maior, titular do cartão de cidadão nº. 07639761 OZY3, válido até 29/07/2019 e emitido pelo Estado Português, que intervém na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal. _____

B2. SEGUNDO – PARTE COMPRADORA: _____

__ Cátia Alexandra da Rosa Neves Urbano Soares, natural da freguesia de Faro (Sé), concelho de Faro, NIF 224.399.390, residente no Sítio da Campina, Caixa Postal 857-X, Campina, Luz de Tavira, Tavira, casada com Telmo Alexandre Lopes Soares, sob o regime de comunhão de adquiridos, titular do cartão de cidadão nº. 11635870 OZX5, válido até 29/05/2019 e emitido pelo Estado Português. _____

B3. TERCEIRO – OUTROS INTERVENIENTES: _____

__ Autorizante: _____

__ Telmo Alexandre Lopes Soares, natural da freguesia de Faro (Sé), concelho de Faro, NIF 214.559.599, residente no Sítio da Campina, Caixa Postal 857-X, Campina, Luz de Tavira, Tavira, casado com Cátia Alexandra da Rosa Neves Urbano Soares, sob o regime de comunhão de adquiridos, titular do cartão de cidadão nº. 11669035 6ZY1, válido até _____

27/05/2019 e emitido pelo Estado Português. _____

C. VERIFICAÇÃO DA IDENTIDADE, QUALIDADE E PODERES DOS INTERVENIENTES _____

_ A identidade dos intervenientes foi verificada por exibição dos respetivos documentos de identificação; e, _____

_ A qualidade e suficiência dos poderes invocados relativamente à parte vendedora foram verificadas por certidão da ata de instalação do executivo camarário e por certidão da ata nº. 22/2013, da reunião ordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada em 18/10/2013, referente à Delegação de Competências da Câmara Municipal no Presidente no âmbito dos artigos 33º., 34º. e 35º. do Decreto-Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, que já se encontram arquivadas a instruir o processo casa pronta nº. 53324/2015 e por uma certidão emitida em 07 de agosto de 2017 pela Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, que arquivo. _____

D. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO _____

D1. ELEMENTOS DESCRITIVOS DO PRÉDIO _____

_ Natureza: Urbano, composto de edifício térreo com quintal; _____

_ Destino: Habitação; _____

_ Situação: Rua dos Pescadores, nº. 52, freguesia de Monte Gordo, concelho de Vila Real de Santo António; _____

_ Inscrição matricial: 2834; _____

_ Valor Patrimonial: 19.944,88 €. _____

D2. SITUAÇÃO REGISTRAL _____

Prédio descrito sob o número 1703 da freguesia de Monte Gordo, na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António, sobre o qual incidem: _____

- Registo de aquisição a favor do representado da PRIMEIRA pela apresentação 7 de 1979/01/18; e, _____

- Registo de direito de superfície a favor da PRIMEIRA pela apresentação 2035 de 2011/04/28. _____

E. COMPRA E VENDA _____

E.1. _____

_ O representado da PRIMEIRA, por escritura nº. 46/1996, de 23/05/1996, lavrada a fls: 3 do Livro 91 do Notariado Privativo da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, constituiu o direito de superfície, pelo prazo de setenta anos, prorrogável, sobre a parcela de terreno onde já se encontra construído o edifício atrás identificado, a favor de Manuel da Rosa Botequilha e mulher Antónia Isabel da Rosa Galhardo, que por sua vez, doaram o referido direito de superfície à SEGUNDA. _____

_ O representado da PRIMEIRA, de acordo com o despacho emitido em 28/07/2017 pelo Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, vende à SEGUNDA a propriedade do solo do imóvel supra identificado, pelo preço de cento e setenta e oito euros e cinquenta e cinco cêntimos, que já recebeu. _____

_ A PARTE VENDEDORA declara que o imóvel é vendido livre de ónus ou encargos. _____

E.2. OUTRAS CLÁUSULAS _____

_ a) A COMPRADORA e o interveniente mencionado em TERCEIRO seu cônjuge, declaram que o imóvel fica integrado no acervo de bens próprios da adquirente, por ter sido adquirido com dinheiro que já possuía anteriormente ao casamento; _____

_ b) A parcela de terreno destina-se a habitação própria permanente do agregado familiar e logradouro da mesma, não podendo, consequentemente, ser alienado, arrendado ou ocupado por outrem, a qualquer título no prazo de cinco anos, salvo motivo justificado e aceite pela Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e que após esse prazo de cinco anos e no caso de alienação, por qualquer motivo e seja qual for a data, a Câmara beneficia do direito de preferência; A adquirente fica inibida de concorrer a

Fr 3
Cte

32
Assine

futuros processos de atribuição de lotes de terreno para auto-construção ou de habitação social de promoção da autarquia; e, _____

☐ c) As partes declaram que não houve intervenção de mediador imobiliário no negócio. _____

E.3. ACEITAÇÃO _____

☐ As partes declaram aceitar o negócio, nos termos exarados. _____

F. OBRIGAÇÕES FISCAIS _____

☐ Verificada a isenção técnica de I.M.T. em 07/08/2017 – DUC nº. 160.717.237.596.039 e verificada a isenção técnica de I.S. nos termos do nº. 2 do artigo 44º. do C.I.S. _____

G. ADVERTÊNCIAS ÀS PARTES _____

☐ De que o cliente de empresa de mediação imobiliária que omita a informação sobre a intervenção desta no negócio incorre na pena aplicável ao crime de desobediência previsto no artigo 348º. do Código Penal. _____

H. INSTRUÇÃO DO ATO _____

H.1. ELEMENTOS OBTIDOS POR CONSULTA DIRETA _____

☐ a) Foi consultada a Base de Dados da AT, para comprovar a situação matricial e a inscrição do prédio na matriz; e, _____

☐ b) Foi consultada a Base de Dados do SIRP, para comprovar a situação registral – descrição e inscrições em vigor. _____

H.2. DOCUMENTOS ARQUIVADOS _____

☐ a) Certidão emitida em 07/08/2017 pela Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, do mencionado Despacho; e, _____

☐ b) Os comprovativos da isenção técnica do I.M.T. e I.S. e respetivos extratos de declarações. _____

J. LEITURA DO TÍTULO _____

☐ O título foi lido e o seu conteúdo explicado aos intervenientes. _____

L. ASSINATURA DO TÍTULO _____

_ A interveniente, Maria da Concelção Cipriano Cabrita _____

Maria da Concelção Cipriano Cabrita

_ O interveniente, Cátia Alexandra da Rosa Neves Urbano Soares _____

Cátia Soares

_ O interveniente, Telmo Alexandre Lopes Soares _____

Telmo Soares

_ O Primeiro Ajudante, José Viegas Rufino _____

José Viegas Rufino



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

33
A. Almeida

Aprovado em reunião

de 16 AGO. 2017.

N.º Propostas/2017/272

ASSUNTO:

Direito Preferência e Levantamento do Ónus de Inalienabilidade – Maria Almerinda Botequilha Ferreira Viegas

CONSIDERANDO QUE:

- 1) Por escritura celebrada em quatro de junho de 2008, foi alienada a propriedade da parcela de terreno registado na matriz predial sob o número 3173, e com registo na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António n.º 2273/20170804, Freguesia de Monte Gordo, a João António Agostinho Viegas, anteriormente detida em regime de direito de superfície.
- 2) De acordo com as cláusulas apostas no contrato de compra e venda da parcela, “A parcela de terreno destina-se a habitação própria e permanente dos adquirentes, não podendo, consequentemente, ser alienado, arrendado ou ocupado por outrem, a qualquer título, no prazo de cinco anos, salvo motivo justificado e aceite pela Câmara Municipal e que, após esse prazo de cinco anos e no caso de alienação, por qualquer motivo e seja qual for a data, a Câmara beneficia do direito de preferência.”
- 3) De acordo com requerimento com entrada no Município em 9 de agosto de 2017, veio a Sra. Maria Almerinda Botequilha Ferreira Viegas (enquanto cabeça de casal da herança de João António Agostinho Viegas) requerer o não exercício do direito de preferência na alienação do prédio acima identificado e o levantamento do ónus de inalienabilidade a favor de Toni Soares Santos, com o NIF 198 497 431, residente em Travessa Santos, n.º2 – Martim-Godim, 3105 Carnide, pelo valor de 200.000,00€.
- 4) A aquisição da referida parcela de terreno não reveste de especial interesse para o Município, considerando que a edificação nela erigida foi construída pelos requerentes, pelo que, não fez o Município qualquer investimento na referida construção que justificasse exercer o direito de preferência.
- 5) De acordo com a alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMNG.



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

6) A documentação em anexo à presente proposta.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Aprovar o não exercício do direito de preferência e o levantamento do ónus de inalienabilidade na alienação da parcela de terreno registado na matriz predial sob o número 3173, e com registo na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António n.º 2273/20170804, Freguesia de Monte Gordo, a Maria Almerinda Botequilha Ferreira Viegas a favor de Toni Soares Santos, com o NIF 198 497 431, residente em Travessa Santos, n.º2 – Martim-Godim, 3105 Carnide, nos termos acima melhor descritos.

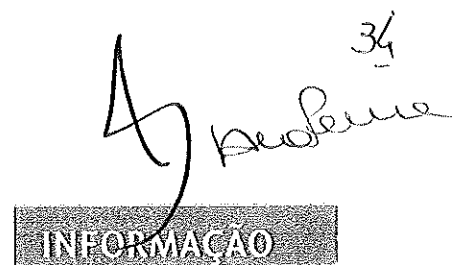
Vila Real de Santo António, 10 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita



VILAREALSTºANTONIO



DATA: 10 de Agosto de 2017

PARA: Patrícia Alexandra Teixeira Rodrigues

DE: Divisão de Ação Social

ASSUNTO: Direito Preferência – Maria Almerinda Botequilha Ferreira Viegas

Para os devidos efeitos cumpre-me informar que, no dia 9 de agosto de 2017 deu entrada na Secção Administrativa da Divisão de Ação Social um requerimento em nome da munícipe **Maria Almerinda Botequilha Ferreira Viegas** a solicitar à autarquia que não exerça o direito de preferência e ónus de inalienabilidade, na alienação do prédio urbano com o artigo matricial nº3173, sito na Rua Nova de Lisboa, lote 8 - B, na freguesia de Monte Gordo, Concelho de Vila Real de Santo António.

O artigo supracitado pertence à munícipe Maria Almerinda Botequilha Ferreira Viegas, herdeira na herança aberta de João António Agostinho Viegas – cabeça de casal, residente na Rua Nova de Lisboa, lote 8 - B, na freguesia de Monte Gordo, Concelho de Vila Real de Santo António.

A propriedade tem área total de 145,1m², inscrita na matriz nº3173 de natureza urbana e composta por edifício de 1 piso, com valor patrimonial de 66.308,61€ (calculado em 2016).

De acordo com o exposto, a proprietária do imóvel tem intenções de alienar o mesmo, a Toni Soares Santos, portador do Cartão de Cidadão nº00960728 O ZY3, com contribuinte fiscal nº198497431, residente na Travessa Santos, nº2, Martim-Godim, Carnide; pela quantia de 200.000,00€.

De acordo com as informações prestadas, a munícipe tem intenções de alienar o imóvel para adquirir um imóvel mais pequeno, sendo que, após a perda do seu esposo, a munícipe referiu que torna-se complicado a vivência na habitação sem a presença do mesmo.



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

Considerações Finais

Neste sentido, sugere-se deixar à consideração, exercer ou não o direito de preferência na alienação do imóvel.

À consideração superior,

Milene Mendonça
Milene Mendonça



Município de Vila Real de Santo António

35/2008

Escritura de compra e venda da Propriedade
do Solo de uma parcela de terreno sita na
Freguesia de Monte Gordo, com a área de
145,10 metros quadrados, a João António
Agostinho Viegas, pelo valor de 289,47 €. -----

----- Aos quatro dias do mês de Junho do ano dois mil e oito, nesta cidade de Vila Real de Santo António, na Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, perante mim, Ana Rita Sequeira Martins Alves Pereira de Almeida Costa, Directora do Departamento de Administração e Finanças da mesma Câmara Municipal e seu Notário Privativo, nos termos legais, compareceram: -----

----- - Como Primeiro Outorgante o Senhor Luís Filipe Soromenho Gomes, casado, natural da Freguesia de Santiago, Concelho de Tavira, residente na Freguesia e Concelho de Vila Real de Santo António, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, e em representação do Município de Vila Real de Santo António, pessoa colectiva de Direito Público com o número 506833224, conforme poderes que lhe são conferidos pelo disposto na alínea a) do número 1 do artigo 68.º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de onze de Fevereiro; -----

----- - Como Segundo Outorgante o Senhor João António Agostinho Viegas, casado no regime de comunhão de adquiridos com Maria Almerinda Botequilha Ferreira Viegas, natural da Freguesia e Concelho de Vila Real de Santo António, residente na Rua Nova de Lisboa, Lote número 8 B, Freguesia de Monte Gordo, Concelho de Vila Real de Santo António, contribuinte fiscal número 177515970, portador do Bilhete de Identidade número 6744896, emitido em sete de Novembro de dois mil e três, pelos Serviços de Identificação Civil da Direcção-Geral dos Registos e Notariado, Arquivo de Lisboa. -----

----- Reconheço a identidade dos outorgantes, o primeiro por ser do meu conhecimento pessoal e o segundo pela exibição do Bilhete de Identidade com validade nesta data. -----

----- E pelo primeiro outorgante foi dito: Que o Município de Vila Real de Santo António, seu representado, é dono e legítimo proprietário de um terreno, sito na Freguesia de Monte Gordo, Concelho de Vila Real de

Santo António, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António com o número 9.607, a folhas setenta e quatro verso, do Livro B-24 e omisso na respectiva matriz predial, do qual já cedeu o direito de superfície pelo prazo de cinquenta anos prorrogável, ao segundo outorgante, por escrituras celebradas em vinte e oito de Novembro de mil novecentos e oitenta, lavrada com o número 62, a folhas sessenta e seis a sessenta e oito, no Livro sessenta e sete, e vinte e oito de Agosto de dois mil e sete, lavrada com o número 47, a folhas trinta e oito a trinta e nove, no Livro cento e nove, neste Notariado Privativo, sobre uma parcela de terreno com a área total de cento e quarenta e cinco metros quadrados e dez décimos quadrados, localizada na Rua Nova de Lisboa, onde se encontra construído um edifício com o número de Lote 8-B, a desanexar do terreno acima descrito, desde já inscrita na matriz com o artigo provisório número 3173, sem valor patrimonial tributário atribuído, mas solicitada a sua avaliação através da Declaração Modelo 1 do Imposto Municipal sobre Imóveis com data de recepção do Serviço de Finanças deste Concelho em um de Outubro de dois mil e sete; -----

----- - Que confronta a Norte com Lote 79, Sul com Lote 8-A, Nascente com Rua Nova de Lisboa e Poente com Terrenos Municipais; -----

----- - Que por Despachos de dez de Setembro de dois mil e sete e vinte e seis de Maio de dois mil e oito do Presidente da Câmara Municipal, vende ao segundo outorgante a respectiva propriedade do solo da parcela de terreno acima descrita, com a área de cento e quarenta e cinco metros quadrados e dez décimos quadrados, pela importância de duzentos e oitenta e nove euros e quarenta e sete cêntimos, desde já liquidada na Tesouraria da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, pelo que lhes dá a respectiva quitação; -----

----- - Que este terreno está inserido no Plano de Recuperação do Sertão de Monte Gordo e destina-se única e exclusivamente, a habitação própria e permanente do adquirente, não podendo, consequentemente, ser alienado arrendado ou ocupado por outrem, a qualquer título no prazo de cinco anos, salvo motivo justificado e aceite pela Câmara Municipal de Vila Real de Santo António; -----

----- - Que após esse prazo de cinco anos e no caso de alienação, por qualquer motivo e seja qual for a data, a Câmara Municipal beneficiará do direito de preferência; -----

----- - Que a atribuição deste direito de preferência goza de eficácia real, devendo ser inscrito no registo predial; -----

----- - Que o adquirente fica inibido de concorrer a futuros processos de atribuição de Lotes de terreno para auto-construção ou de habitação social de promoção da Autarquia; -----

----- - Que a venda é feita livre de quaisquer outros ónus ou encargos. -----

----- Pelo segundo outorgante foi dito que aceita esta venda na forma como está redigido este contrato. -

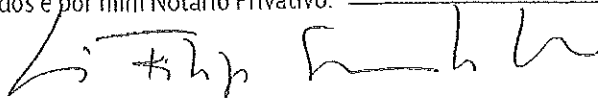
----- Pelos outorgantes foi declarado que não foi celebrado contrato-promessa. -----

----- Mais declararam que em relação ao presente contrato não houve intervenção de mediador imobiliário, tendo sido advertidos das consequências penais aplicáveis ao crime de falsidade de declaração se omitirem ou falsearem a declaração atrás prestada, conforme o ponto 2 do artigo 50.º do Decreto-Lei número 211/2004 de vinte de Agosto. -----

----- Assim o disseram e outorgaram. -----

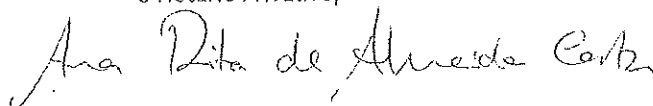
----- Foram-me entregues pelos outorgantes os seguintes documentos que vou arquivar no maço de documentos da presente escritura, para os efeitos legais: Despachos do Presidente da Câmara de dez de Setembro de dois mil e sete e vinte e seis de Maio de dois mil e oito; Fotocópia do Modelo 1 do IMI, que conferi com o original; Declaração referente ao pagamento do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, número 160508018674503, emitida em vinte e nove de Maio de dois mil e oito, no Serviço de Finanças de Vila Real de Santo António. -----

----- A leitura da escritura foi dispensada pelos outorgantes, visto terem tido prévio conhecimento da sua minuta. E após ter explicado o seu teor e efeitos, vai a mesma ser assinada por eles, pela ordem por que foram mencionados e por mim Notário Privativo. -----



João António Agostinho Kiegas

O Notário Privativo,



----- O Imposto do Selo, no valor de dois euros e trinta e dois cêntimos e de vinte e cinco euros, respeitante, respectivamente, às verbas 1.1 e 15.1 da Tabela, será pago através de guia mensal, -----

Verbete estatístico número 15/2008

Conta registada na Guia de Receita número 26/288/2008, Núcleo de Apoio ao Notariado, Execuções Fiscais e Espectáculos.



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

37
Mariana

Aprovado em reunião
16 AGO. 2017

N.º Propostas/2017/271

ASSUNTO:

Direito Preferência e Levantamento do Ónus de Inalienabilidade – Mariana do Nascimento Calvinho da Rosa

CONSIDERANDO QUE:

- 1) Por escritura celebrada em catorze de julho de 2008, foi alienada a propriedade da parcela de terreno registado na matriz predial sob o número 837, e com registo na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António n.º 1924/20040415, Freguesia de Monte Gordo, a Mariana do Nascimento Calvinho da Rosa, Maria Adelaide da Rosa Botequilha, João Alberto da Rosa Botequilha e Isabel Maria da Rosa Botequilha Garrido, anteriormente detida em regime de direito de superfície.
- 2) De acordo com as cláusulas apostas no contrato de compra e venda da parcela, "A parcela de terreno está inserida no Plano de Recuperação do Sertão de Monte Gordo e destina-se a habitação própria e permanente dos adquirentes, não podendo, consequentemente, ser alienado, arrendado ou ocupado por outrem, a qualquer título, no prazo de cinco anos, salvo motivo justificado e aceite pela Câmara Municipal e que, após esse prazo de cinco anos e no caso de alienação, por qualquer motivo e seja qual for a data, a Câmara beneficia do direito de preferência."
- 3) De acordo com requerimento com entrada no Município em 7 de agosto de 2017, veio a Sra. Mariana do Nascimento Calvinho da Rosa (enquanto cabeça de casal da herança de Zózimo da Rosa Botequilha) requerer o não exercício do direito de preferência na alienação do prédio acima identificado e o levantamento do ónus de inalienabilidade a favor de construtora Mario Lage – Construção Civil – Sociedade Unipessoal Lda., com NIPC 505 944 464, sede no Largo Maria Joaquina, n.º8 Monte Francisco, 8950 Castro Marim, a qual atribuir-lhes-á um apartamento de tipologia T2 (no valor de 80.000,00€), juntamente com a quantia de 70.000,00€.
- 4) A aquisição da referida parcela de terreno não reveste de especial interesse para o Município, considerando que a edificação nela erigida foi construída pelos requerentes, pelo que, não fez o Município qualquer investimento na referida construção que justificasse exercer o direito de



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

preferência.

5) De acordo com a alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMNG.

6) A documentação em anexo à presente proposta.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Aprovar o não exercício do direito de preferência e o levantamento do ónus de inalienabilidade na alienação da parcela de terreno registado na matriz predial sob o número 837, e com registo na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António n.º 1924/20040415, Freguesia de Monte Gordo, a Mariana do Nascimento Calvino da Rosa, Maria Adelaide da Rosa Botequilha, João Alberto da Rosa Botequilha e Isabel Maria da Rosa Botequilha Garrido, a favor de construtora Mario Lage – Construção Civil – Sociedade Unipessoal Lda., com NIPC 505 944 464, sede no Largo Maria Joaquina, n.º8 Monte Francisco, 8950 Castro Marim, nos termos acima melhor descritos.

Vila Real de Santo António, 10 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cíprano Cabrita



VILAREALSTºANTONIO

38
Autêntica

INFORMAÇÃO

DATA: 10 de Agosto de 2017

PARA: Patrícia Alexandra Teixeira Rodrigues

DE: Divisão de Ação Social

ASSUNTO: Direito Preferência – Mariana do Nascimento Calvinho da Rosa

Para os devidos efeitos cumpre-me informar que, no dia 7 de agosto de 2017 deu entrada na Secção Administrativa da Divisão de Ação Social um requerimento em nome da munícipe **Mariana do Nascimento Calvinho da Rosa** a solicitar à autarquia que não exerça o direito de preferência e ónus de inalienabilidade, na alienação do prédio urbano com o artigo matricial nº837, sito na Rua 25 Abril, nº134, na freguesia de Monte Gordo, Concelho de Vila Real de Santo António.

O artigo supracitado pertence à munícipe Mariana do Nascimento Calvinho da Rosa, herdeira na herança aberta de Zózimo da Rosa Botequilha – cabeça de casal, residente na Rua 25 Abril, nº134, na freguesia de Monte Gordo, Concelho de Vila Real de Santo António.

A propriedade tem área total de 95,04m², inscrita na matriz nº.837 de natureza urbana e composta pelo edifício térreo, destinado a habitação com quintal, com valor patrimonial de 44.740,00€ (calculado em 2015).

De acordo com o exposto, os proprietários do terreno têm intenções de alienar o mesmo à empresa **MARIO LAGE- CONSTRUÇÃO CIVIL-SOCIEDADE UNIPessoal, LDA.**, titular do Alvará nº50676, Pessoa Coletiva nº505944464 com sede no Largo Maria Joaquina, nº8, Monte Francisco, Castro Marim.

A construtora tem intenções de alienar o imóvel, cedendo um apartamento no rés-do-chão de tipologia T2 no valor de 80.000,00€, do prédio que a empresa construirá no mesmo local do imóvel, acrescido da quantia de 70.000,00€.



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

Considerações Finais

Neste sentido, sugere-se deixar à consideração, exercer ou não o direito de preferência na alienação do imóvel.

À consideração superior,

Milene Mendonça
Milene Mendonça



Município de Vila Real de Santo António

39
Fi. 13
Muno 110

42/2008

Escritura de compra e venda da propriedade do solo de um prédio urbano sito na Freguesia de Monte Gordo, com a área de 95,04 metros quadrados, a Mariana do Nascimento Calvinho da Rosa, Maria Adelaide da Rosa Botequilha Fernandes, António Manuel da Rosa Botequilha, João Alberto da Rosa Botequilha e Isabel Maria da Rosa Botequilha Garrido, pelo valor de 189,60 €. ---

----- Aos catorze dias do mês de Julho do ano de dois mil e oito, nesta Cidade de Vila Real de Santo António, no edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Ana Rita Sequeira Martins Alves Pereira de Almeida Costa, Directora do Departamento de Administração e Finanças da mesma Câmara Municipal e seu Notário Privativo, nos termos legais, compareceram: -----

----- - Como Primeiro Outorgante o Senhor Luís Filipe Soromenho Gomes, casado, natural da Freguesia de Santiago, Concelho de Tavira e residente na Freguesia e Concelho de Vila Real de Santo António, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e em representação do Município de Vila Real de Santo António, pessoa colectiva de direito público com o número 506833224, conforme poderes que lhe são conferidos pelo disposto na alínea a) do número 1 do artigo 68.º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de onze de Fevereiro, ora avante designado por MUNICÍPIO; -----

----- - Como Segundos Outorgantes: -----

- A Senhora Mariana do Nascimento Calvinho da Rosa, viúva, natural da Freguesia e Concelho de Vila Real de Santo António, residente na Rua Vinte e Cinco de Abril, número 134, Freguesia de Monte Gordo, Concelho de Vila Real de Santo António, contribuinte fiscal número 111905710, portadora do Bilhete de Identidade número 5377640, emitido em catorze de Novembro de dois mil e cinco, pelos Serviços de Identificação Civil da Direcção-Geral dos Registos e Notariado, Arquivo de Lisboa; -----

- A Senhora Maria Adelaide da Rosa Botequilha Fernandes, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com João Manuel Calvinho Fernandes, natural da Freguesia e Concelho de Vila Real de Santo António, residente no Edifício São José, Lote número sete, segundo andar esquerdo, em Portimão, contribuinte fiscal número 154373966, portadora do Bilhete de Identidade número 5056965, emitido em vinte e um de Agosto de dois mil e seis, pelos Serviços de Identificação Civil da Direcção-Geral dos Registos e Notariado, Arquivo de Faro; -----

- O Senhor António Manuel da Rosa Botequilha, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Maria José Lamêra Ferramacho Botequilha, natural da Freguesia e Concelho de Vila Real de Santo António, residente no Sítio do Pena, número 11, Hortas, Freguesia e Concelho de Vila Real de Santo António, contribuinte fiscal número 161478662, portador do Bilhete de Identidade número 6237609, emitido em dez de Agosto de dois mil e seis, pelos Serviços de Identificação Civil da Direcção-Geral dos Registos e Notariado, Arquivo de Faro; --

- O Senhor João Alberto da Rosa Botequilha, solteiro, maior, natural da Freguesia e Concelho de Vila Real de Santo António, residente na Rua Vinte e Cinco de Abril, número 134, Freguesia de Monte Gordo, Concelho de Vila Real de Santo António, contribuinte fiscal número 188945326, portador do Bilhete de Identidade número 5656617, emitido em vinte de Setembro de dois mil e um, pelos Serviços de Identificação Civil da Direcção-Geral dos Registos e Notariado, Arquivo de Lisboa; -----

- A Senhora Isabel Maria da Rosa Botequilha Garrido, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com João Carlos Gutierrez Serrador Garrido, natural da Freguesia e Concelho de Vila Real de Santo António, residente na Rua Dez de Junho, número 48, Casais da Lapa, Cartaxo, contribuinte fiscal número 195069609, portadora do Bilhete de Identidade número 9566127, emitido em onze de Novembro de dois mil e dois, pelos Serviços de Identificação Civil da Direcção-Geral dos Registos e Notariado, Arquivo de Santarém; -----

na qualidade de herdeiros legítimos de Zózimo da Rosa Botequilha, casado que foi em primeiras e únicas núpcias com Mariana do Nascimento Calvinho da Rosa, sob o regime de comunhão geral de bens, conforme me provaram pela exibição da escritura de Habilitação de Herdeiros lavrada em nove de Junho de dois mil e oito, documento este que vou arquivar no maço de documentos da presente escritura, através da sua fotocópia, depois de rubricada pelos outorgantes, para todos os efeitos legais.-----

----- Reconheço a identidade dos outorgantes, o primeiro por ser do meu conhecimento pessoal e os segundos pela respectiva exibição dos Bilhetes de Identidade. -----

----- E pelo primeiro outorgante foi dito: -----

----- - Que o Município, seu representado, é dono e legítimo proprietário de um terreno sito na Freguesia de Monte Gordo, Concelho de Vila Real de Santo António, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António com o número oito mil quatrocentos e sessenta e um, a folhas quinze verso, do Livro B-21, e omisso na respectiva matriz predial do qual já cedeu o direito de superfície a Zózimo da Rosa Botequilha, pelo prazo de cinquenta anos, prorrogável, por escritura celebrada em dezanove de Março de mil novecentos e oitenta, lavrada com o número 4/80, de folhas treze verso a quinze verso, do Livro número sessenta e seis, neste Notariado Privativo, sobre uma parcela de terreno com a área de noventa e cinco metros quadrados e quatro decímetros quadrados, localizada na Rua 25 de Abril, onde se encontra construído um edifício, com o número de polícia 134, inscrito na matriz predial urbana com o artigo número 837, valor patrimonial tributário de quarenta e cinco mil oitocentos e setenta euros, não descrito na Conservatória do Registo Predial deste Concelho; -----

----- - Que o Município, por Despacho de vinte e quatro de Junho de dois mil e oito do Presidente da Câmara, vende aos segundos outorgantes, em comum e sem determinação de parte ou direito, a respectiva propriedade do solo do prédio acima identificado, com a área de noventa e cinco metros quadrados e quatro decímetros quadrados, pela importância de cento e oitenta e nove euros e sessenta cêntimos, desde já liquidada na Tesouraria da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, através de dinheiro que lhes coube por parte da herança de Zózimo da Rosa Botequilha, nos termos da alínea c) do artigo 2.069 do Código Civil, pelo que lhes dá a respectiva quitação; -----

----- - Que este terreno está inserido no Plano de Recuperação do Sertão de Monte Gordo e destina-se única e exclusivamente a habitação própria e permanente dos adquirentes, não podendo, consequentemente, ser alienado arrendado ou ocupado por outrem, a qualquer título no prazo de cinco anos, salvo motivo justificado e aceite pela Câmara Municipal de Vila Real de Santo António; -----

----- - Que após esse prazo de cinco anos e no caso de alienação, por qualquer motivo e seja qual for a data, a Câmara Municipal beneficiará do direito de preferência; -----

----- - Que a atribuição deste direito de preferência goza de eficácia real, devendo ser inscrito no registo predial; -----

----- - Que os adquirentes ficam inibidos de concorrer a futuros processos de atribuição de Lotes de terreno para auto construção ou de habitação social de promoção da Autarquia; -----

----- - Que a venda é feita livre de quaisquer outros ónus ou encargos. -----

----- Pelos segundos outorgantes foi dito que aceitam este contrato na forma como está redigido. -----

----- Pelos outorgantes foi declarado que não foi celebrado contrato-promessa. -----

----- Mais declararam que em relação ao presente contrato não houve intervenção de mediador imobiliário, tendo sido advertidos das consequências penais aplicáveis ao crime de falsidade de declaração se omitirem ou falsearem a declaração atrás prestada, conforme o ponto 2 do artigo 50 do Decreto-Lei número 211/2004 de vinte de Agosto. -----

----- Assim o disseram e outorgaram. -----

----- Foram-me entregues os seguintes documentos que vou arquivar no maço de documentos da presente escritura para os efeitos legais: Certidão do Despacho de vinte e quatro de Junho de dois mil e oito do Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António; Declaração referente ao Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, número 160708021086903, emitida em dois de Julho de dois mil e oito, pelo Serviço de Finanças de Vila Real de Santo António. -----

----- Exibiram: Fotocópia da Certidão da Conservatória do Registo Predial deste Concelho e da Caderneta Predial Urbana, que conferi com os originais. -----

----- A leitura da escritura foi dispensada pelos outorgantes, visto terem tido prévio conhecimento da sua minuta. E após ter explicado o seu teor e efeitos, vai a mesma ser assinada por eles pela ordem por que foram mencionados e por mim Notário Privativo. -----



[Handwritten marks]
Fl. 80
Lido 110

Mariana Nascimento Calvino Rosa
Mónica Adelaide da Rosa Boteguilha Fernandes
[Signature]
Vitor Alberto da Rosa Boteguilha
Isabel Maria da Rosa Boteguilha Garrido

O Notário Privativo :

[Signature]
Ana Rita de Almeida Costa

----- Foi liquidado o Imposto de Selo no valor de um euro e cinquenta e dois cêntimos e vinte e cinco euros, respeitante, respectivamente, às verbas 1 e 15.1 da Tabela Geral do Imposto de Selo. ----- *[Signature]*

Conta registada na Guia de Receita número 26/ ⁷⁸2008, Núcleo de Apoio ao Notariado, Execuções Fiscais e Espectáculos. *[Signature]*

Verbete Estatístico número ¹⁸*/2008 *[Signature]*



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

62
7
Bedeine

Aprovado em reunião
de 16 AGO. 2017

N.º Propostas/2017/275

ASSUNTO:

Maria da Conceição Botequilha Palermo - Levantamento de ónus de inalienabilidade e não exercício do direito de preferência

CONSIDERANDO QUE:

- 1) Por escritura celebrada em oito de agosto de 2017, foi alienada a propriedade das parcelas de terreno registadas na matriz predial sob os números 1710 e 3473 e com registos na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António n.º 161/19870626 e 2088/20110406, respetivamente, Freguesia de Monte Gordo, a Maria da Conceição Botequilha Palermo, anteriormente detida em regime de direito de superfície.
- 2) De acordo com as cláusulas apostas no contrato de compra e venda da parcela, "As parcelas de terreno destinam-se a habitação própria e permanente dos adquirentes, não podendo, consequentemente, ser alienadas, arrendadas ou ocupadas por outrem, a qualquer título, no prazo de cinco anos, salvo motivo justificado e aceite pela Câmara Municipal e que, após esse prazo de cinco anos e no caso de alienação, por qualquer motivo e seja qual for a data, a Câmara beneficia do direito de preferência."
- 3) De acordo com requerimento com entrada no Município em 9 de agosto de 2017, veio a Sra. Maria da Conceição Botequilha Palermo requerer o não exercício do direito de preferência na alienação dos prédios acima identificados e o levantamento dos respetivos ónus de inalienabilidade a favor de construtora Guadieng - Serviços de Engenharia Unipessoal, Lda., com NIPC 506 564 231, sede na Rua 5 de Outubro, n.º 48, R/C, em Vila Real de Santo António, pela quantia de 105.000€ (cento e cinco mil euros) e um apartamento situado no edifício a construir, a título de permuta;
- 4) A aquisição da referida parcela de terreno não reveste de especial interesse para o Município, considerando que a edificação nela erigida foi construída pelos requerentes, pelo que, não fez o Município qualquer investimento na referida construção que justificasse exercer o direito de



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

preferência.

5) De acordo com a alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMNG.

6) A documentação em anexo à presente proposta.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Aprovar o não exercício do direito de preferência e o levantamento do ónus de inalienabilidade na alienação das parcelas de terreno registadas na matriz predial sob os números 1710 e 3473 e com registos na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António n.º 161/19870626 e 2088/20110406, respetivamente, na Freguesia de Monte Gordo, a Maria da Conceição Botequilha Palermo, a favor de construtora Guadieng - Serviços de Engenharia Unipessoal, Lda., com NIPC 506 564 231, e sede na Rua 5 de Outubro, n.º 48, R/C, em Vila Real de Santo António, nos termos acima melhor descritos.

Vila Real de Santo António, 11 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria da Conceição Cipriano Cabrita

André

[Handwritten mark]

RESOLUÇÃO

Em ____/____/200__

O ____

REGISTO DE ENTRADA

N.º 2017 / Liv.º ____

Proc.º M.º 2017 /

Em 01/03/2017

O Func.º 7183

Ex.º Senhor

Presidente da Câmara Municipal de

VILA REAL SANTO ANTÓNIO

ASSUNTO: LEVANTAMENTO DE ÔNUS DE ALIENABILIDADE / DIREITO DE PREFERÊNCIA

(1) MARIA DA CONCEIÇÃO BOICRICHIA PALMAYR, estado civil DIVORCIADA, profissão Doméstica, contribuinte fiscal n.º 103 874 275, com residência/sede na (2) Rua Nova Lisboa, n.º 70, ____º andar, na localidade de Monte Gordo (código postal ____), telef. ____), freguesia de Monte Gordo, município de Vila Real de St. António, na qualidade de (3) Proprietária.

Vem requerer a V. Ex.ª (4) o LEVANTAMENTO DE ÔNUS DE ALIENABILIDADE E NÃO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DOS TERREÑOS COM OS ARTIGOS MATRICIAL 1710 E 3473, REGISTRADOS RESPECTIVAMENTE, NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, FREGUESIA DE MONTE GORDO SOB OS ARTIGOS NUMERAIS 161/19870626 E 2088/20100406, NA JENDA A FIRMA GUADALUPE SERVICOS DE ENGENHARIA UNIVERSAL Lda SOCIEDADE COMERCIAL COM SEDE NA RUA 5 DE OUTUBRO, N.º 48 - R/C RUA VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, E REGISTRADA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DE VILA REAL DE ST. ANTÓNIO SOB O N.º 506 564 231, PELO VALOR DE 105.000 € (cento e cinco mil euros) e um apartamento situado no edifício A construído (Pernova).

O requerente junta, para o efeito, os seguintes documentos:

(5) TM - 963675987 - TM - 962916181 (Gênero)
junta: 2 certidões
2 cadernets

Pede deferimento,

VILA SANTO ANTÓNIO, 9 de ABRIL de 2017.

O requerente,

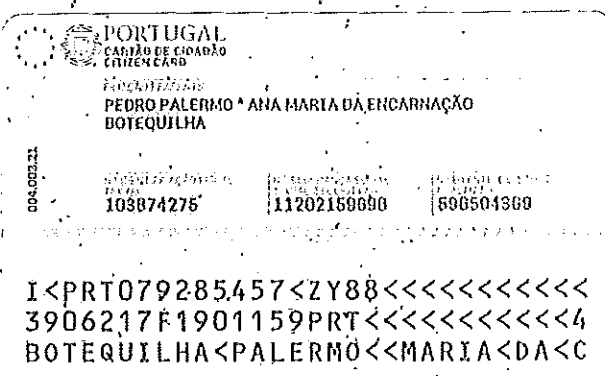
[Handwritten signature]

Conferi a assinatura pelo D. I. n.º ____ de ____/____/____. O Func.º ____

Satisfeito o pedido em ____/____/200__: ☐ - Taxa; ☐ - Licença; ☐ - Alvará; ☐ - Certidão; ☐ - Fotocópia;

☐ - Averbamento; ☐ - ____

Quil. de recibo R. I. n.º ____ de ____/____/____, em ____/____/200__, O Func.º ____



Certidão Permanente

Código de Acesso: 01-1500-1987-031801-00-103

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

URBANO

SITUADO EM: Monte Gordo

Rua Nova de Lisboa, lote n.º 70

ÁREA TOTAL: 107,2 M2

ÁREA COBERTA: 71 M2

ÁREA DESCOBERTA: 36,2 M2

MATRIZ n.º: 1710 NATUREZA: Urbana

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Edifício de rés-do-chão e primeiro andar, com sótão e quintal. Norte e Sul: Terrenos Municipais; Nascente: Lote 31; e Poente: Rua Nova de Lisboa.
Desanexado do prédio n.º. 9.607 a fls. 74v do livro B-24.

O(A) Ajudante

Noémia Maria Dias Trindade

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 6 de 1987/06/26 - Direito de Superfície

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** MARIA DA CONCEIÇÃO BOTEQUILHA PALERMO

Divorciado(a)

Morada: Monte Gordo

Localidade: Vila Real de Santo António

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Prazo: 70 anos prorrogáveis.

Prazo para início da construção: até 29 de Maio de 1988, devendo a mesma estar concluída no prazo de três anos, sob pena de reversão do direito de superfície para a cedente.

(Reprodução da inscrição F-1)

O(A) Escriuturário(a) Superior

Elsa Roberto Pires Fernandes dos Reis

AVULSÃO DE INFORMAÇÕES - ANOTAÇÃO

Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António
AP. 1494 de 2017/07/07 16:12:48 UTC - Hipoteca Judicial
Registado no Sistema em: 2017/07/07 16:12:48 UTC

CAPITAL: 49.000,00 Euros

MONTANTE MÁXIMO ASSEGURADO: 49.000,00 Euros

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** RODRIGO FELÍCIO AFONSO SALGUEIRO CARVALHO

NIF 105716405

Divorciado(a)

Morada: Rua Cais do Paraíso, n.º 2, 2.º

Localidade: Aveiro

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** MARIA DA CONCEIÇÃO BOTEQUILHA PALERMO

NIF 103874275

HIPOTECA DO DIREITO DE SUPERFÍCIE.

FUNDAMENTO: garantia do pagamento do acordo de transação efectuado entre Autor e Ré, no processo 2360/15.1T8FAR- Inst. Central- 1.ª Secção Cível J2, Comarca de Faro.

O(A) Ajudante

Noémia Maria Dias Trindade

Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António
AP. 1122 de 2017/08/08 12:07:54 UTC - Aquisição
Registado no Sistema em: 2017/08/08 12:07:54 UTC
ABRANGE 2 PRÉDIOS

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** MARTA DA CONCEIÇÃO BOTEQUILHA PALERMO

NIF 103874275

Divorciado(a)

Morada: Rua de Nova Lisboa, Lote 70, Monte Gordo

Localidade: Vila Real de Santo António

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

NIPC 506823224

Cláusula: A parcela de terreno destina-se a habitação própria permanente do agregado familiar e logradouro da mesma, não podendo, consequentemente, ser alienado, arrendado ou ocupado por outrem, a qualquer título no prazo de cinco anos, salvo motivo justificado e aceite pela Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e que após esse prazo de cinco anos e no caso de alienação, por qualquer motivo e seja qual for a data, a Câmara beneficia do direito de preferência.

O(A) Ajudante

José Viegas Rufino

REGISTO DE APROPRIAÇÃO DE SOLO

Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António

OFÍCIO

AVERB. - AP. 1122 de 2017/08/08 12:20:33 UTC - Rectificação

Registado no Sistema em: 2017/08/08 12:20:33 UTC

DA APRESENT. 1122 de 2017/08/08 - Aquisição

AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE DO SOLO.

O(A) Ajuðante
José Viegas Rufino

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

Certidão permanente disponibilizada em 08-08-2017 e válida até 08-11-2017

Registo Predial

Certidão Permanente

Código de acesso: 01-1506-81941-0910-4-002081

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

URBANO

SITUADO EM: Monte Gordo

RUA NOVA DE LISBOA

ÁREA TOTAL: 97,38 M2

ÁREA DESCOBERTA: 97,38 M2

MATRIZ n.º: 3473 NATUREZA: Urbana

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Parcela de terreno destinada a alinhamento do prédio n.º 161/10870626; norte: Terrenos Municipais; sul: Domínio Público Municipal; nascente: Maria da Conceição Boteguilha Palermo; poente: Rua Nova de Lisboa. Desanexo do prédio n.º 2020/20100527.

O(A) Conservador(a)

Maria João Rama de Matos Ferreira de Oliveira

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António.

AP. 2801 de 2011/04/06 16:02:43 UTC - Direito de Superfície

Registado no Sistema em: 2011/04/06 16:02:43 UTC

CAUSA : Compra

PRAZO: 70 ANOS.

COM INÍCIO EM: 1987/05/29

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** MARIA DA CONCEIÇÃO BOTEQUILHA PALERMO

NIF 103874275

Divorciado(a)

Morada: Rua Nova de Lisboa, n.º. 70, Monte Gordo

Localidade: Vila Real de Santo António

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

NIF 506633224

O(A) Conservador(a)

Maria João Rama de Matos Ferreira de Oliveira

INSCRIÇÃO - AVERBAMENTO - APROVAÇÃO

Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António

AP. 1122 de 2017/08/08 12:07:54 UTC - Aquisição

Registado no Sistema em: 2017/08/08 12:07:54 UTC

ALANCE 2 PRÉDIOS

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S) :

** MARIA DA CONCEIÇÃO BOTEQUILHA PALERMO

NIF 103874275

Divorciado(a)

Morada: Rua de Nova Lisboa, Lote 70, Monte Gordo

Localidade: Vila Real de Santo António

SUJEITO(S) PASSIVO(S) :

** MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

NIPC 506833224

Cláusula: A parcela de terreno destina-se a habitação própria permanente do agregado familiar e logradouro da mesma, não podendo, conseqüentemente, ser alienado, arrendado ou ocupado por outrem, a qualquer título no prazo de cinco anos, salvo motivo justificado e aceite pela Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e que após esse prazo de cinco anos e no caso de alienação, por qualquer motivo e seja qual for a data, a Câmara beneficia do direito de preferência.

O(A) Ajudante
José Viegas Rufino

Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António

OFICIOSO

AVERB. - AP. 1122 de 2017/08/08 12:21:51 UTC - Rectificação

Registado no Sistema em: 2017/08/08 12:21:51 UTC

DA APRESENT. 1122 de 2017/08/08 - Aquisição

AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE DO SOLO.

O(A) Ajudante
José Viegas Rufino

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

Certidão permanente disponibilizada em 08-08-2017 e válida até 08-11-2017

IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

DISTRITO: 08 - FARO CONCELHO: 16 - VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO FREGUESIA: 03 - MONTE GORDO
 ARTIGO MATRICIAL: 3473 NIP:

LOCALIZAÇÃO DO PRÉDIO

Av./Rua/Praça: Rua Nova de Lisboa Lugar: Monte Gordo Código Postal: 8900-438 MONTE GORDO

CONFRONTAÇÕES

Norte: Terrenos Municipais Sul: Domínio Público Municipal Nascente: Maria da Conceição Botequilha Palermo
 Poente: Rua Nova de Lisboa

DESCRIÇÃO DO PRÉDIO

Tipo de Prédio: Terreno para Construção

ÁREAS (em m²)

Área total do terreno: 97,3800 m² Área de implantação do edifício: 97,3800 m² Área bruta de construção:
 97,3800 m² Área bruta dependente: 0,0000 m²

DADOS DE AVALIAÇÃO

Ano de inscrição na matriz: 2011 Valor patrimonial actual (CIMI): €17.832,40 Determinado no ano: 2014

Percentagem para cálculo da área de implantação: 22,00 % Tipo de coeficiente de localização: Habitação

Coordenada X: 259.955,00 Coordenada Y: 23.691,00

$$V = \frac{V_f}{17,43600} = \frac{V_c}{602,60} \times \left[\frac{A}{97,3800} \right] + \left[\frac{A_d}{22,00} \right] + \left[\frac{A_d}{6,0000} \right] \times \left[\frac{C_l}{1,35} \right] + \left[\frac{C_a}{1,00} \right] + \left[\frac{C_q}{1,000} \right]$$

V = valor patrimonial tributário; Vc = valor base dos prédios edificados; A = área bruta de construção menos a área excedente à área de implantação; Ca = coeficiente de afectação; Cl = coeficiente de localização; Cq = coeficiente de qualificação; Cd = coeficiente de declividade; sendo A = Ab + Ad + Ac + Ad, em que Ab representa a área bruta dependente; Ad representa as áreas brutas dependentes; Ac representa a área do terreno livre, não superior de duas vezes a área de implantação; Ad representa a área do terreno livre que excede o limite de duas vezes a área de implantação.

Tratando-se de terrenos para construção: A = área bruta de construção elegível de Ab.
 * Valor arredondado nos termos do 2.º do Art.º 30.º do CIMI

Mod1 do IMI nº: 2680809 Entregue em: 2011/03/15 Ficha de avaliação nº: 3431610 Avaliada em:
 2011/03/22

TITULARES

Identificação fiscal: 103874275 Nome: MARIA DA CONCEIÇÃO BOTEQUILHA PALERMO
 Morada: R NOVA LISBOA LT 70, MONTE GORDO, 8900-438 MONTE GORDO

Tipo de titular: Superfidiário Periodicidade: Temporário Ano início: 2011 Ano fim: 2081 Parte: 1/1

Documento: DOCUMENTO PARTICULAR Entidade: CM CÂMARA MUNICIPAL PA-375/2011 Livro/Folha:
 113/67 NIF do proprietário da raiz: 506833224 Nome: MUNICIPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

13.2 tributária e aduaneira

CADERNETA PREDIAL URBANA
SERVIÇO DE FINANÇAS: LER - LER - RECEITAS - ANEXO

ht
S. Sene

Obtido via Internet em 2017-06-09

O Chefe de Finanças



(Frederico Manuel Ricardo Godinho)

IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

DISTRITO: 08 - FARO CONCELHO: 16 - VILA REAL DE SANTO ANTONIO FREGUESIA: 03 - MONTE GORDO
ARTIGO MATRICIAL: 1710 NIP:

TEVE ORIGEM NOS ARTIGOS

DISTRITO: 08 - FARO CONCELHO: 16 - VILA REAL DE SANTO ANTONIO FREGUESIA: 03 - MONTE GORDO
Tipo: URBANO
Artigo: 1422

LOCALIZAÇÃO DO PRÉDIO

Av./Rua/Praça: Rua. Nova de Lisboa Lote: 70 Lugar: Monte Gordo

Av./Rua/Praça: Rua. Nova de Lisboa Nº: 70 Lugar: Monte Gordo Código Postal: 8900-111 MONTE GORDO

CONFRONTAÇÕES

Norte: Terrenos Municipais Sul: Terrenos Municipais Nascente: Lote nº31 Poente: Rua. Nova de Lisboa

DESCRIÇÃO DO PRÉDIO

Tipo de Prédio: Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente

Descrição: Prédio urbano de rés-do-chão, primeiro andar e solão, destinado a habitação, composto por sala, hall, casa de banho, quarto, despensa e garagem no rés-do-chão; três quartos e casa de banho no primeiro andar e arrecadação no solão.

Afectação: Habitação Nº de pisos: 2 Tipologia/Divisões: 5

ÁREAS (em m²)

Área total do terreno: 107,0000 m² Área de implantação do edifício: 71,0000 m² Área bruta de construção: 71,0000 m² Área bruta dependente: 0,0000 m² Área bruta privativa: 71,0000 m²

DADOS DE AVALIAÇÃO

Ano de inscrição na matriz: 1992 Valor patrimonial actual (CIMI): €48.700,00 Determinado no ano: 2015

Tipo de coeficiente de localização: Habitação Coordenada X: 259.961,00 Coordenada Y: 23.895,00

V_t	=	V_v	×	A	×	C_k	×	C_l	×	C_q	×	C_v
48.700,00	=	603,00	×	71,0000	×	1,00	×	1,35	×	1,040	×	0,80

V_t = valor patrimonial actual; V_v = valor base dos prédios edificados; A = área bruta de construção menos a área existente na área de implantação; C_k = coeficiente de afectação; C_l = coeficiente de localização; C_q = coeficiente de qualidade e conforto; C_v = coeficiente de velustez, sendo $A = (A_p + A_d) \times C_q + A_c + A_j$, em que A_p representa a área bruta privativa; A_d representa as áreas brutas dependentes; A_c representa a área do terreno livre até ao limite de duas vezes a área de implantação; A_j representa a área do terreno livre que excede o limite de duas vezes a área de implantação; $C_q = 1,00 + (A_p + A_d) \times 0,00001$. Tratando-se de terrenos para construção: A = área bruta de construção integrada de A_d .

* Valor arredondado, nos termos do nº2 do Artº 36º do CIMI

Mod 1 do IMI nº: 5377482 Entregue em : 2012/11/16 Ficha de avaliação nº: 8015274 Avaliada em : 2013/03/14

TITULARES

Identificação fiscal: 103874275 Nome: MARIA DA CONCEIÇÃO BOTEQUILHA PALERMO
Morada: R NOVA LISBOA LT 70, MONTE GORDO, 8900-433 MONTE GORDO

Tipo de titular: Superfideiário Periodicidade: Temporário Ano início: 1987 Ano fim: 2057 Parte: 1/1

Documento: ESCRITURA PUBLICA Entidade: 506833224 Livro/Folha: PA709/2017 NIF do proprietário da raiz: 506833224 Nome: MUNICIPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTONIO

Obtido via internet em 2017-08-09

O Chefe de Finanças

(Frederico Manuel Ricardo Godinho)

e

II. GUADIENG - Serviços de Engenharia Unipessoal, Lda., sociedade comercial com sede na Rua 5 de Outubro nº. 48 - r/c R em Vila Real de Santo António, freguesia de Vila Real de Santo António, concelho de Vila Real de Santo António, com o capital social de cem mil euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Real de Santo António sob o número 506 564 231 neste acto representada por Nelson Afonso Rodrigues, doravante designada por **SEGUNDA,**

colectivamente designados por **PARTES CONTRATANTES:**



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

49
[Signature]

Aprovado em reunião

de 16 AGO. 2017

N.º Propostas/2017/256

ASSUNTO:

Aprovação do Protocolo com Ibérica Eventos & Espectáculos com vista a realização do evento "ETNIARTE - Mercado Étnico & Músicas do Mundo" - 2017

CONSIDERANDO:

- A necessidade de continuar a promover eventos com uma componente cultural e de promoção turística;
- A necessidade de continuar a promover eventos da cultura mediterrânica e das nossas raízes históricas;
- A intenção de continuar a promover Monte Gordo como um destino turístico por excelência;
- Que em 2014, 2015 e 2016 a empresa Ibérica Eventos & Espectáculos organizou em conjunto com a autarquia este mesmo evento, tendo o mesmo decorrido da melhor forma;
- Que em 2013, 2014, 2015 e 2016 a empresa Ibérica Eventos & Espectáculos organizou em conjunto com a autarquia o evento "Noites de Encanto" em Cacela Velha, tendo também este corrido da melhor forma, atraindo milhares de visitantes àquela localidade;
- A intenção da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António dinamizar culturalmente Monte Gordo oferecendo aos seus habitantes e aos turistas eventos de qualidade;
- A disponibilidade da empresa Ibérica Eventos & Espectáculos em realizar em conjunto com a autarquia um Mercado Étnico & Músicas do Mundo, designado ETNIARTE;
- Que a proposta de protocolo não prevê a atribuição de valores financeiros a terceiros;

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

No sentido de aprovar o presente protocolo com a empresa Ibérica Eventos & Espectáculos com vista a realização do evento "ETNIARTE- Mercado Étnico & Músicas do Mundo" a realizar em Monte Gordo, de 17 a 20 de Agosto de 2017.

Vila Real de Santo António, 3 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

[Signature]

Maria Conceição Cipriano Cabrita

PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO,

E A

IBÉRICA EVENTOS & ESPECTÁCULOS, RELATIVO

AO EVENTO "ETNIARTE" A REALIZAR NOS DIAS 17,18, 19 e 20 DE AGOSTO 2017

PRIMEIRO OUTORGANTE: Senhor Luis Filipe Soromenho Gomes, casado, natural da Freguesia de Santiago, Concelho de Tavira residente na Freguesia e Concelho de Vila Real de Santo António, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e em representação do Município de Vila Real de Santo António, pessoa colectiva de direito público com o número 506833224. Que outorga no uso dos poderes que lhe são conferidos e que ora avante designado por MUNICIPIO;

SEGUNDO OUTORGANTE: A Ibérica Eventos & Espectáculos. SLU, com sede na Calle Ciprés 20 - Aljarque (Huelva) Espanha, contribuinte fiscal número B-21320163, adiante designado por IBÉRICA, representada pelo Sr. João Pedro Pereira Magalhães Vieira, na qualidade de administrador da empresa, adiante designado por IBÉRICA.

Celebram o presente protocolo, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO QUE:

- A. O Passeio pedonal de Monte Gordo reúne condições e características, sendo um espaço privilegiado para promoção das músicas do mundo e para a divulgação do artesanato de diferentes géneros e procedências;
- B. As partes envolvidas no presente protocolo demonstram interesse em colaborar reciprocamente na produção de um evento nos dias 17, 18, 19 e 20 agosto de 2017, que atraia visitantes, aproveitando as capacidades e conhecimentos técnicos de cada uma das partes;

Pelo exposto, é celebrado, e reciprocamente aceite, o presente PROTOCOLO ENTRE O MUNICIPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A IBÉRICA EVENTOS & ESPECTÁCULOS RELATIVO À ORGANIZAÇÃO DA "ETNIARTE" NO PASSEIO PEDONAL DE MONTE GORDO que se regerá pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

1. O evento a organizar será denominado de “ETNIARTE – Mercado Étnico & Músicas do Mundo”

Cláusula 2.ª

1. O evento a organizar decorrerá entre os dias 17 e 20 de agosto de 2017, no Passeio Pedonal de Monte Gordo.

2. O evento deverá prever os seguintes elementos:

- a) Mercado étnico com artesãos e comerciantes de diferentes partes do mundo;
- b) Animação diária no mercado com um espetáculo diário de world music que terá como temática
- c) O Município poderá prever outras actividades de animação, no âmbito do presente protocolo.

Cláusula 3.ª

É da responsabilidade do Município:

a) Logística e gestão do espaço público

- Ceder a utilização do espaço público do Passeio Pedonal de Monte Gordo à IBÉRICA, sendo esta livre de subconcessionar o espaço para mercado;
- Assumir a contratação de um seguro para o evento;
- Preparar antecipadamente um plano com a área disponível e a distribuição funcional para efeitos de segurança, gestão do espaço e distribuição dos inscritos;
- Assegurar a colocação de pontos de água e de luz, para artesãos, comerciantes e zona de restauração, conforme as necessidades;
- Assegurar a segurança do recinto, entre as 23h00 do dia 16 de agosto e as 18h00 dia 20 de agosto;
- Colocação de contentores de lixo repartidos pelo espaço e respetiva limpeza e manutenção durante os dias do evento;
- Ceder equipamento de som em linha para a sonorização no espaço público;
- Montagem de um palco de reduzidas dimensões para as atuações diárias
- Cedência do som e iluminação + técnico de som para os 4 dias (espetáculo diário entre as 22h00 e as 23h45)

c) Divulgação

- Ceder painéis exteriores / outdoors no concelho de Vila Real Santo António para a colocação de publicidade do evento.
- Divulgar na agenda cultural e outros meios de divulgação do Município.

51
Sede

Cláusula 4.ª

É da responsabilidade da IBÉRICA:

a) Logística e gestão do espaço público

b) Concertos e animação no mercado

- Pagar as remunerações devidas aos grupos e artistas, refeições, alojamento e transporte dos mesmos.
- Rececionar as inscrições para o mercado, seleccionar e gerir a distribuição do espaço;
- Assegurar a publicidade do evento;

Cláusula 5.ª

1. A IBÉRICA poderá livremente negociar e estabelecer contratos com entidades privadas que entenda necessárias ao cumprimento do disposto no presente protocolo.
2. O Município aceitará a escolha dos parceiros privados que a IBÉRICA levar a cabo, sendo, no entanto, alheio às relações contratuais estabelecidas entre os mesmos.
3. A IBÉRICA poderá cobrar aos parceiros privados que participem no evento um preço pela participação, calculado de acordo com área ocupada, de acordo com o Regulamento em anexo.

Cláusula 6.ª

1. As atividades a desenvolver no âmbito do evento estarão dispensadas do pagamento ao Município das respetivas taxas de ocupação do espaço público.
2. As referidas atividades não estarão, no entanto, dispensadas do respetivo licenciamento legalmente previsto, quando exigível, a obter junto do Município.
3. O Serviço de Fiscalização Municipal procederá à verificação do licenciamento previsto no número anterior.

Cláusula 7.ª

1. Os parceiros privados que venham a desenvolver a sua atividade durante o evento deverão ter seguro de responsabilidade civil atualizado, desde que legalmente exigível às atividades desenvolvidas.

Cláusula 8.ª

O presente protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura e extinguir-se-á no dia 21 de agosto de 2017, sem prejuízo da desmontagem de todo o material instalado no local do evento a realizar até ao dia 22 de agosto de 2017.

Cláusula 9.ª

O presente protocolo foi aprovado por deliberação da Câmara Municipal.

O presente Protocolo é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada outorgante, possui todas as suas folhas rubricadas e vai ser assinado.

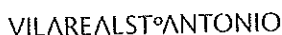
Feito em Vila Real de Santo António aos xxxxx dias do Mês de xxxx de 2017

Pelo Município de Vila Real de Santo António

Luis Filipe Soromenho Gomes

Pela Ibérica Eventos & Espectáculos, SLU

João Pedro Pereira Magalhães Vieira



Proposta

Aprovado em reunião
16 AGO. 2017

N.º Propostas/2017/269

ASSUNTO:

Dissolução da ANAS - Associação dos Municípios do Algarve e de Huelva

CONSIDERANDO QUE:

- a) A 5 de maio de 1995, numa reunião realizada na cidade de Huelva, foi fundada e constituída a ANAS - Associação de Municípios do Algarve e Huelva, constituída por 15 municípios de Huelva e 12 municípios do Algarve, e publicada a sua constituição no Diário da República, 3.ª Série, n.º 229, de 03.10.1997;
- b) Não obstante, compulsados os registos desta Câmara Municipal, não se identificou qualquer atividade da Associação desde, pelo menos, o ano de 2005;
- c) Porém, em julho de 2017, o Tribunal de Contas notificou todos os Municípios do Algarve que são membros da ANAS - Associação de Municípios do Algarve e Huelva, a fim de remeterem ao cuidado do mesmo a prestação de contas do ano de 2015 daquela associação, de acordo com a Resolução n.º 4/2001, 2.ª Secção - Instruções n.º 1/2001, 2.ª Secção - Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 191, de 18 de agosto de 2001, e da Resolução n.º 44/2015, publicada no DR, 2.ª Série, n.º 231, de 25.11.2015.
- d) Dada a situação de inatividade da associação, é impossível a remessa da informação solicitada pelo Tribunal de Contas, por inexistente;
- e) Desta forma, e a fim de se solucionar esta questão junto do Tribunal de Contas e evitar responsabilização dos respetivos presidentes de câmara municipal, deverá a associação ser legalmente dissolvida, de acordo com o artigo 43.º dos Estatutos da Associação publicados no Diário da República, 3.ª Série, n.º 229, de 03.10.1997;
- f) Sendo que, de harmonia com o artigo 43.º dos Estatutos da Associação publicados no Diário da República, 3.ª Série, n.º 229, de 03.10.1997, a dissolução carece de deliberação de assembleia geral, convocada para esse efeito (em primeira reunião com a presença de todos os membros, ou em segunda convocatória com a presença de 4/5 dos seus membros), tomada por maioria qualificada de $\frac{3}{4}$ do número de todos os seus membros;
- g) A dificuldade em reunir tantos Municípios do Algarve e Huelva, foi requerido, da parte de cada Município, uma prorrogação do prazo de resposta ao Tribunal Contas, de pelo menos até ao dia 31 de outubro, a fim dos Presidentes de Câmara Municipal submeterem às respetivas assembleias municipais na reunião ordinária de setembro, a aprovação da dissolução da ANAS, de acordo com o disposto no artigo 25.º n.º 1 alínea u) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- h) Deveria promover-se a intervenção da AMAL neste processo, como promotora da realização da reunião da assembleia geral da ANAS para dissolução da associação, sendo que, teria o papel



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

fundamental de convocar todos os municípios portugueses e espanhóis membros da associação e organizar toda a logística da realização da referida reunião;

i) Nos termos do disposto na alínea t) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constitui competência própria da Assembleia Municipal, sobre proposta da Câmara Municipal, autorizar a geminação do Município com outros municípios ou entidades equiparadas de outros países;

j) E, nos termos do disposto na alínea u) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constitui competência própria da Assembleia Municipal, sobre proposta da Câmara Municipal, autorizar o Município a constituir as associações previstas no Título V (entidades intermunicipais);

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

A submissão da presente proposta à Assembleia Municipal a fim de ser aprovada:

1) A dissolução da ANAS - Associação de Municípios do Algarve e Huelva, nos termos das alíneas t) e u) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2) A intervenção da AMAL - Associação de Municípios do Algarve como entidade promotora e interlocutora da reunião destinada à dissolução da associação ANAS.

Vila Real de Santo António, 9 de Agosto de 2017

A Vice-Presidente da Câmara Municipal

Em substituição do Presidente da Câmara Municipal,
por despacho datado de 14 de outubro de 2013

Maria da Conceição Cipriano Cabrita

ARTIGO 72.º

Incompatibilidades

- 1 — Nenhum associado poderá figurar como candidato ou proponente em mais de uma lista.
- 2 — Nenhum candidato poderá acumular cargos em diferentes órgãos da AAFDL.

CAPÍTULO III

Do processo eleitoral

ARTIGO 73.º

Sufrágio

- 1 — Os órgãos da AAFDL são eleitos anualmente por sufrágio universal, directo e secreto dos estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa.
- 2 — Haverá um boletim de voto para cada órgão da AAFDL.

ARTIGO 74.º

Período de votação e campanha

- 1 — As urnas estarão abertas ininterruptamente desde o início das aulas, do turno da manhã até ao termo do turno da noite dos dias das eleições.
- 2 — A campanha eleitoral terá a duração de três dias.
- 3 — A votação ocorrerá nos dois dias consecutivos seguintes ao termo da campanha eleitoral.

ARTIGO 75.º

Votação

- 1 — O boletim de voto será entregue ao eleitor pelo secretário da mesa de voto.
- 2 — O eleitor entregará o boletim de voto, dobrado em quatro, ao presidente da mesa de voto, que mandará dar descarga do nome nos cadernos eleitorais e introduzirá o boletim na urna.

ARTIGO 76.º

Apuramento dos votos

- 1 — Encerrada a sessão eleitoral, os membros das mesas de voto, perante a comissão eleitoral, procederão publicamente à contagem dos votos, verificando se correspondem ao número de descargas nos cadernos eleitorais.
- 2 — Apurados os resultados, o presidente da comissão eleitoral proclamará vencedoras as listas mais votadas e assinará a acta da reunião de apuramento eleitoral, que fará afixar.

ARTIGO 77.º

Impugnação

- 1 — As listas candidatas poderão reclamar, fundamentadamente, junto da comissão eleitoral, da validade do acto eleitoral.
- 2 — A comissão eleitoral, julgando procedente tal reclamação, convocará com urgência uma assembleia geral destinada a apreciar e decidir o pedido de impugnação.

ARTIGO 78.º

Tomada de posse

- 1 — O presidente da comissão eleitoral empossará os associados eleitos, no prazo de três dias após as eleições, em sessão pública, sendo lavrada acta da tomada de posse, assinada pelos associados eleitos.
- 2 — A direcção cessante só poderá exercer actos de gestão corrente até à tomada de posse da direcção eleita e entregará todos os valores e documentos da AAFDL, bem como o respectivo inventário, à direcção eleita, sendo desse acto lavrada acta contendo as assinaturas dos respectivos presidentes.
- 3 — Os restantes órgãos procederão nos mesmos termos do número anterior.

TÍTULO V

Disposições finais

ARTIGO 79.º

Dissolução

A dissolução da AAFDL só será válida se votada por três quartos dos estudantes, reunidos em assembleia geral expressamente convocada para esse fim.

ARTIGO 80.º

Destino dos bens

Em caso de dissolução da AAFDL os seus bens serão atribuídos à Faculdade de Direito de Lisboa, ficando sob a custódia da assembleia de representantes daquela instituição.

Aprovados em assembleia geral da AAFDL nas sessões de 22 e 27 de Novembro de 1995.

Lisboa, Faculdade de Direito, 28 de Novembro de 1995.

Está conforme o original.

Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 2 de Julho de 1997. —
R. Melo. 9-2-3112

ANAS — ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALGARVE E HUELVA

Acta de fundação e constituição

Cópia do documento apresentado para conferência no Cartório Notarial da Vila Real de Santo António.

Na cidade de Huelva, a 5 de Maio de 1995, reuniram os presidentes de câmara representantes legais dos municípios que se indicam:

Huelva:

Aljaraque — Angel Segador Nieves.
Ayamonte — Isalas Perez Saldana.
Cartaya — Juan A. Millan Jaldón.
El Almendro — Diego Ferrera Limón.
El Granado — Manuel Marquez Blas.
Huelva — Juan Cenda Infante.
Lepe — José Oria Galloso.
Moguer — Rosario Ballester Angulo.
Palos — Pilar Pulgar Fralle.
P. Umbría — José Hernández Albarracín.
S. Bartolome de la Torre — Pedro Medero Franco.
Sanlúcar de Guadiana — Candido Saldana Nieve.
San Silvestre de Guzman — Rafael Magro Fernandez.
Villablanca — Eugenio Lorenzo Díaz.
Villanueva Castillejo — Tomás Hernández Domínguez.

Algarve:

Albufeira — Fernando José dos Santos Anastácio.
Alcoutim — Francisco Augusto Calmote Amaral.
Castro Marim — José Luis Afonso Domingos.
Faró — Luis Manuel Fernandes Coelho.
Lagoa — Joaquim Carlos Piscarreta Rego.
Monchique — Carlos Alberto dos Santos Tuta.
Olião — António Francisco Ventura Pina.
São Brás de Alportel — José da Souza Pires.
Silves — José António Correia Viola.
Tavira — Jacinto Luis da Conceição Rodrigues.
Vila do Bispo — José Francisco Boaventura.
Vila Real de Santo António — António José Filipe Martins.

Como observadores, os representantes dos municípios da Isla Cristina, Aljezur, Loulé e Portimão.

Com o fim de realizar a assembleia da ANAS — Associação de Municípios do Algarve e Huelva, neste acto, e nos termos estatutários, constituem-se em assembleia e adoptam os seguintes acordos integrantes da ordem do dia, previamente aceites:

- 1 — Fundar e constituir a ANAS — Associação dos Municípios do Algarve e Huelva, sem fim lucrativo, nos termos do disposto na legislação aplicável sobre pessoas colectivas de natureza privada, e demais preceitos legais vigentes sobre a matéria e legislação comunitária aplicável.

Declaram a sua vontade de fundar a ANAS — Associação de Municípios do Algarve e Huelva e aprovam os respectivos estatutos, redigidos nos idiomas dos municípios integrantes, pelos quais se há-de reger.

- 2 — Nomeiam, de acordo com as normas estatutárias, os seguintes órgãos sociais:

Assembleia geral:

Presidente, Juan Cenda Infante.
Vice-presidente, Luis Manuel Fernández Coelho.
Secretários: Miguel Angel Mejias Arroyo e Fernando José dos Santos Anastácio.

Comissão executiva:

Presidente, Jacinto Luís da Conceição Rodrigues.

Vice-Presidente, Isafas Pérez Saldaña.

Secretários: António José Filipe Martins e José Hernández Albarracín.

Vogais: José de Sousa Pires, Juan Antonio Millán Jaldón, Francisco Augusto Calmote Amaral, Juan Ceada Infante, Francisco José Fernández Leal e Eugenio Lorenzo Díaz.

Conselho fiscal:

Presidente, Joaquim Carlos Piscarreta Rego.

Vogais: José Gloria Galloso, José Guilhermino Anacleto e Rosario Ballester Angulo.

3 — Autorizar, como gestor jurídico para a realização da escritura pública da ANAS — Associação de Municípios do Algarve e Huelva o licenciado do Ilustre Colégio de Huelva, Miguel Angel Mejias Arroyo, sendo mandatado para comparecer perante o notário público com o fim de outorgar a acta da fundação, a referida escritura pública e proceder à inscrição no registo correspondente.

Para os devidos e legais efeitos, vai a presente acta ser assinada por todos os intervenientes.

**Anexo à acta de fundação e constituição da ANAS
Associação de Municípios do Algarve e Huelva.**

Foi deliberado por unanimidade pelos associados da ANAS — Associação de Municípios do Algarve e Huelva, reunidos em 5 de Maio de 1995, a alteração do artigo 23.º dos estatutos, relativo aos membros da comissão executiva, ampliando a seis membros os representantes de cada país, passando o artigo 23.º a ter a seguinte redacção.

«A comissão executiva, que emana da assembleia geral, é formada por seis representantes de cada país. Será constituída por um presidente, um vice-presidente e dois secretários, e o seu mandato será de quatro anos.»

Mais foi deliberado, na sequência da designação da parte espanhola, que será vogal da referida comissão Pilar Pulgar Fraile, *alcaldesa* de Palos de la Frontera.

Mais foi ainda deliberado que o representante da parte portuguesa será designado em momento posterior.

**Firmas da acta fundacional de la Asociación de Municipios
Hispano-Lusos ANAS**

Aljarcue — Angel Segador Nieves.

Ayamonte — Isafas Pérez Saldaña.

Cartaya — Juan A. Millán Jaldón.

El Almendro — Diego Ferrera Limón.

El Granada — Manuel Márquez Blas.

Huelva — Juan Ceada Infante.

Lepe — José Orta Galloso.

Moguer — Rosario Ballester Angulo.

Palos de la Frontera — Pilar Pulgar Fraile.

Punta Umbría — José Hernández Albarracín.

San Bartolomé de la Torre — Pedro Medero Franco.

Sanlúcar de Guadiana — Candido Saldaña Nieve.

San Silvestre de Guzmán — Rafael Magro Fernández.

Villablanca — Eugenio Lorenzo Díaz.

Villanueva de los Castillejos — Tomás Fernández Domínguez.

Albufeira — Fernando José dos Santos Anastácio.

Alcoutim — Francisco Augusto Calmote Amaral.

Castro Marim — José Luís Afonso Domingos.

Faro — Luís Manuel Fernandes Coelho.

Lagoa — Joaquim Carlos Piscarreta Rego.

Monchique — Carlos Alberto dos Santos Tuta.

Olhão — António Francisco Ventura Pina.

São Brás de Alportel — José de Sousa Pires.

Silves — José António Correia Viola.

Tavira — Jacinto Luís da Conceição Rodrigues.

Vila do Bispo — José Francisco Boaventura.

Vila Real de Santo António — António José Filipe Martins.

Estatutos**CAPÍTULO I****Disposições gerais****ARTIGO 1.º****Constituição**

1 — A Associação dos Municípios de Huelva e Algarve, adiante designada por ANAS é uma pessoa colectiva de direito privado e visa a realização de interesses específicos comuns aos membros que a integram.

2 — A ANAS é formada pelos *ayuntamientos* e autarquias locais situadas nos territórios de Huelva e Algarve, baseando-se no espírito que constitui o alicerce fundamental da Comunidade Europeia (CE), desaparecimento das fronteiras e desenvolvimento dos povos — na promoção do homem, na defesa dos seus interesses, no respeito pelos seus valores históricos e sócio-culturais, na preservação ambiental e natural e no progresso económico das regiões.

ARTIGO 2.º**Âmbito da Associação**

O âmbito territorial da ANAS compreende o espaço que integra os municípios de Huelva e Algarve e integra os concelhos referidos no número anterior.

ARTIGO 3.º**Objecto**

1 — A Associação pretende ser o promotor e dinamizador do desenvolvimento no espaço em que se insere, caracterizado por realidades sócio-económicas, culturais, históricas, naturais e ambientais.

2 — Em consequência, é competente para a gestão de todo o tipo de ajudas económicas destinadas a financiar a Associação e a criação da infra-estrutura material e pessoal necessária para garantir o funcionamento da mesma.

ARTIGO 4.º**Objectivos**

1 — Os fins da Associação são o fomento e a dinamização de acções concertadas para o desenvolvimento sócio-económico, no âmbito transfronteiriço, nomeadamente em matéria de:

- a) Fomento da actividade empresarial;
- b) Transportes e comunicações;
- c) Ambiente e recursos naturais;
- d) Educação, formação e investigação;
- e) Serviços públicos;
- f) Cultura, desporto e lazer;
- g) Estruturas sociais;
- h) Tramitação de projectos.

2 — Para a realização das actividades previstas no número anterior, a ANAS poderá:

- a) Criar e explorar serviços associativos próprios;
- b) Criar serviços intermunicipais;
- c) Participar em empresas locais, regionais e nacionais e em outras empresas de interesse público e privado;
- d) Elaborar contratos de concessão de serviços;
- e) Adquirir, possuir, reivindicar, permutar e onerar toda a classe de bens;
- f) Interpor os recursos pertinentes e exercitar as acções legais.

ARTIGO 5.º**Sede**

- 1 — A Associação tem a sua sede em Vila Real de Santo António.
- 2 — A ANAS constitui-se por tempo indeterminado.

ARTIGO 6.º**Os associados**

Os sócios dividem-se em:

- a) De pleno direito: são associados de pleno direito todos os municípios que firmaram o protocolo de Villamora e todos os que adiram ao mesmo, tendo voz e voto em todos os órgãos de gestão da Associação;
- b) De número: são sócios de número e poderão, igualmente, pertencer à ANAS, desde que a assembleia geral assim o decida, as entidades públicas e privadas, tanto locais como regionais e nacionais que desenvolvam a sua actividade no âmbito da Associação e tenham interesses comuns ou afins.

Os associados de número terão os mesmos direitos e obrigações que os associados de pleno direito, mas somente terão voz, e não voto, nos órgãos de gestão da Associação.

CAPÍTULO II**Direitos e deveres dos associados****ARTIGO 7.º****Direitos**

Constituem direitos dos associados:

- a) Pertencer aos órgãos directivos da Associação;

- b) Tomar parte e votar nas assembleias gerais, elegendo a respectiva mesa;
 c) Requerer a convocação da assembleia geral, nos termos previstos nestes estatutos;
 d) Apresentar sugestões relativas à realização dos objectivos estatutários;
 e) Solicitar as informações e esclarecimentos que tiverem por conveniente sobre a condução das actividades da Associação e, nomeadamente, ser informados dos resultados dos estudos efectuados;
 f) Exercer os poderes previstos na lei, nos presentes estatutos e nos regulamentos internos da ANAS;
 g) Participar na elaboração de projectos.

ARTIGO 8.º**Deveres**

Constituem deveres dos associados:

- a) Desempenhar com zelo e diligência os cargos para que tenham sido eleitos ou designados, salvo motivo de escusa reconhecidamente impeditivo;
 b) Cumprir e fazer cumprir as disposições legais aplicáveis à ANAS, bem como os estatutos, regulamentos internos e deliberações dos seus órgãos;
 c) Colaborar nas actividades promovidas pela ANAS, aprovados em assembleia geral, bem como em todas as acções necessárias à prossecução dos seus objectivos;
 d) Participar na elaboração dos projectos com a colaboração adequada;
 e) Participar nas decisões relativas ao desenvolvimento dos projectos;
 f) Participar no financiamento da Associação;
 g) Notificar as informações que possam ser de interesse para os trabalhos da Associação.

ARTIGO 9.º**Admissão e exclusão de associados**

- a) Qualquer município do distrito do Faro e da província de Huelva poderá solicitar a sua admissão, devendo dirigir-se à comissão executiva, apresentando documento de aprovação do respectivo município.
 Poderão, igualmente, solicitar a sua admissão os sócios de número referidos na alínea b) do artigo 6.º, através da comissão executiva;
 b) Qualquer membro da ANAS poderá propor à comissão executiva a admissão de novos associados;
 c) A comissão executiva, por si ou através da criação de uma comissão mista estabelecida para o efeito, determinará as condições económicas de entrada e demais obrigações a assumir por aqueles que solicitem o ingresso na Associação;
 d) O acordo de adesão a apresentar à assembleia geral deverá ser formulado através de voto favorável de três quartos dos membros presentes em reunião da comissão executiva.
 A Assembleia necessitará, para adoptar o acordo, que estejam presentes em primeira convocatória três quartos dos seus membros e dois terços em segunda convocatória;
 e) A exclusão de algum dos associados poderá ser voluntária ou forçada;
 f) A exclusão voluntária produzirá-se a pedido do associado interessado, por motivos económicos ou qualquer outro que os mesmos entendam; Neste caso, requerer-se-á prévio acordo do respectivo órgão plenário com o quórum da maioria absoluta;
 g) Dar-se-á a exclusão forçada em caso de incumprimento das obrigações económicas ou pela concorrência de causas que afectem notoriamente a viabilidade da Associação. Esta exclusão será aprovada em assembleia geral, com o quórum de três quartos dos membros presentes e com prévia proposta da comissão executiva.
 A assembleia geral exigirá para uma válida constituição que estejam presentes em primeira convocatória três quartos dos seus membros e dois terços em segunda convocatória;
 h) A exclusão produzida em qualquer dos casos anteriores implicará a liquidação de direitos e obrigações mútuos existentes entre a Associação e o sócio correspondente.
 Incumbe à comissão executiva ou à comissão mista estabelecida para o efeito determinar as condições económicas de saída e a liquidação de direitos e obrigações antes mencionados. Do mesmo modo, a exclusão de qualquer associado deverá respeitar o prazo de um ano, podendo produzir-se no momento em que se satisficam as obrigações correspondentes.

CAPÍTULO III**Estrutura e funcionamento dos órgãos****SECÇÃO I****Disposições gerais****ARTIGO 10.º****Órgãos sociais**

Os órgãos da ANAS são a assembleia geral, a comissão executiva e o conselho fiscal.

ARTIGO 11.º**Mandato**

O mandato dos membros da assembleia geral, como dos membros da comissão executiva e do conselho fiscal tem uma duração de quatro anos.

ARTIGO 12.º**Continuidade do mandato**

Os titulares dos órgãos sociais servem pelo período do mandato e mantêm-se em actividade até serem legalmente substituídos.

ARTIGO 13.º**Deliberações**

As deliberações, com ressalva dos casos previstos na lei e nos presentes estatutos, serão tomadas por maioria qualificada de dois terços dos votos dos membros presentes.

ARTIGO 14.º**Actas**

Será sempre lavrada acta das reuniões de qualquer órgão, a qual deve ser assinada pelo presidente e pelos secretários.

SECÇÃO II**Assembleia geral****ARTIGO 15.º****Constituição da assembleia geral**

- 1 — A assembleia geral será constituída por um representante de cada associado, sendo o alcalde ou o presidente respectivo ou pessoa autorizada por delegação apresentada por escrito à assembleia.
 2 — A assembleia elegerá de entre os seus membros um presidente e um vice-presidente, que não poderão ter a mesma nacionalidade.
 3 — O presidente será assistido por dois secretários, designados também pelos membros presentes.
 A presidência e a vice-presidência serão exercidas, de forma rotativa, em cada período de dois anos.

ARTIGO 16.º**Competência da assembleia geral**

- 1 — A assembleia geral é o órgão deliberativo da ANAS e tem como competências:
 a) Determinar as linhas estratégicas a seguir pela ANAS;
 b) Acompanhar e fiscalizar a actividade da comissão executiva e apreciar em cada uma das sessões ordinárias uma informação da comissão executiva sobre a actividade da ANAS;
 c) Aprovar, sob proposta da comissão executiva, o orçamento da Associação e as quotas de cada associado para a comparticipação nas despesas da Associação;
 d) Fixar anualmente, sob proposta da comissão executiva, as taxas de disponibilidade de serviços, as taxas de utilização e as respeitantes à prestação de serviços ao público;
 e) Tomar posição perante os órgãos do poder central sobre assuntos de interesse para a Associação;
 f) Deliberar sobre o modelo estrutural dos serviços, exigido pelo desenvolvimento da actividade associativa;
 g) Deliberar e autorizar a concessão de serviços públicos;
 h) Autorizar a comissão executiva a contrair empréstimos a curto, médio e longo prazo, junto de entidades autorizadas à concessão de crédito;
 i) Aprovar regulamentos internos, sob proposta da comissão executiva;
 j) Velar pelo cumprimento destes estatutos, das leis, regulamentos internos e demais normas aplicáveis;
 k) Aprovar planos anuais e plurianuais relacionados com os objectivos da ANAS;
 l) Aprovar anualmente o balanço, o relatório e conta de exercício sob proposta da comissão executiva, acompanhado do parecer do conselho fiscal;
 m) Alterar os estatutos nos termos do artigo 41.º dos estatutos;
 n) Eleger os membros da comissão executiva e conselho fiscal, de acordo com as normas de convocatória e maiorias qualificadas, estabelecidas, para a admissão e exclusão dos associados;
 o) Aprovar a admissão ou exclusão dos associados;
 p) Aprovar a extinção da Associação e nomear a comissão liquidatária;
 q) Aprovar a estrutura básica do pessoal da Associação.

ARTIGO 17.º**Reuniões**

- 1 — A assembleia geral reunir-se-á ordinária e extraordinariamente.

- 2 — A assembleia reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano:
- a) Uma, antes do dia 31 de Março de cada ano, para apreciar a relação de actividades e as contas relativas ao exercício do ano anterior;
 - b) Outra, antes de 30 de Novembro, para discutir e votar o programa de actividades e regulamento do ano seguinte.
- 3 — A assembleia geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que seja convocada pelo:
- a) Presidente da comissão executiva;
 - b) Presidente do conselho fiscal;
 - c) A requerimento de, pelo menos, um terço dos seus membros, os quais definirão os assuntos a tratar na assembleia.
- Neste caso, a comissão executiva, através do seu presidente, deverá convocar a sessão extraordinária, dentro dos 30 dias seguintes àqueles em que tenha recebido a solicitação, não podendo aprazar-se a sua efectivação para além de dois meses, a partir da data da apresentação da proposta à comissão.

ARTIGO 18.º**Convocação de reuniões**

A assembleia geral será convocada pelo presidente da mesa, mediante aviso postal dirigido a cada membro com a antecedência mínima de 15 dias, do qual constem obrigatoriamente a data, hora e local da reunião e a respectiva ordem de trabalhos, sob proposta da comissão executiva.

ARTIGO 19.º**Constituição da mesa**

1 — A assembleia geral é dirigida por uma mesa composta por um presidente, um vice-presidente, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, e dois secretários.

2 — Aos secretários e presidente compete redigir a acta ou minuta de acta das sessões.

ARTIGO 20.º**Quórum**

A assembleia geral não pode deliberar, em primeira convocação, sem a presença da maioria absoluta dos seus membros, e em segunda, com um terço dos associados, exigindo-se a presença do presidente ou vice-presidente, uma hora depois da primeira convocatória.

ARTIGO 21.º**Votação**

O direito de voto será exercido por cada um dos representantes dos associados.

Tomar-se-ão as deliberações por maioria de dois terços dos membros presentes, salvo o estipulado nestes estatutos e na lei.

ARTIGO 22.º**Direito de representação**

1 — Na ausência ou impedimento de um presidente de câmara, de um alcaide ou de qualquer outro associado, pode aquele fazer-se representar pelo seu substituto legal, bastando, para estar assegurada a legitimidade do mandato, carta dirigida ao presidente de mesa.

SECÇÃO III**Comissão executiva****ARTIGO 23.º****Constituição da comissão executiva**

A comissão executiva, que emana da assembleia geral, é formada por cinco representantes de cada país. Será constituída por um presidente, um vice-presidente e dois secretários, e o seu mandato será de quatro anos.

ARTIGO 24.º**Competência da comissão executiva**

A comissão executiva é o órgão ao qual compete executar as deliberações da assembleia e tem como competências:

- a) Propor à assembleia a realização de projectos, trabalhos ou estudos das actividades da Comunidade Europeia (CE), de outras instituições ou com as suas próprias receitas;
- b) Aprovar os orçamentos necessários para realizar os trabalhos antes referidos;
- c) Elaborar os planos anuais e plurianuais de actividade;
- d) Elaborar o balanço, relatório anual, conta de exercício e apresentá-los à assembleia geral, com prévio parecer do conselho fiscal;
- e) Preparar as sessões da assembleia geral;
- f) Aceitar heranças, legados e doações feitas à Associação, devendo a aceitação ser feita a benefício de inventário;

- g) Adquirir os bens imobiliários e mobiliários necessários para os serviços da Associação;
- h) Instaurar pleitos para defesa dos direitos e interesses da Associação e defendê-la naqueles que contra ela sejam instaurados;
- i) Contrair empréstimos para a Associação, estabelecer a sua dotação, condições de amortização e encargos financeiros;
- j) Celebrar protocolos ou contratos de cooperação técnica e financeira com qualquer organismo público ou entidade privada;
- k) Elaborar os orçamentos da Associação;
- l) Contratar o pessoal necessário aos serviços, estabelecer as suas remunerações e formas de contratação;
- m) Acompanhar e apoiar os serviços da Associação para o seu melhor funcionamento;
- n) Alienar os bens mobiliários da Associação;
- o) Exercer todos os poderes conferidos por deliberação da assembleia geral;
- p) Avaliar e determinar a natureza jurídica e a condição económico-financeira dos novos membros aderentes, para efeitos de ingresso, e a situação obrigacional dos associados, para efeitos de exclusão, e submeter competente proposta à assembleia geral, para sua ratificação;
- q) Propor e coordenar as acções das comissões mistas de trabalhos;
- r) Elaborar o quadro de pessoal básico necessário ao funcionamento dos serviços.

ARTIGO 25.º**Reuniões**

A comissão executiva reúne em sessão ordinária uma vez cada mês, e sempre em lugares alternativos de Espanha e Portugal, podendo reunir-se em sessão extraordinária quando o presidente ou pelo menos um terço dos seus membros o solicitarem.

ARTIGO 26.º

A comissão executiva ficará validamente constituída quando compareçam à reunião quatro quintos dos seus membros. Para a adopção de acordos exige-se o voto da maioria absoluta dos seus membros.

ARTIGO 27.º**Presidente e vice-presidente**

A presidência e a vice-presidência da comissão executiva é exercida anualmente, em regime de rotatividade, pelo período de dois anos.

ARTIGO 28.º**Competências do presidente**

Compete ao presidente:

- a) Representar a ANAS, em juízo e fora dele;
- b) Convocar as reuniões da comissão executiva e dirigir os respectivos trabalhos;
- c) Executar as deliberações da comissão executiva e coordenar e dirigir a respectiva actividade;
- d) Autorizar o pagamento das despesas orçamentais;
- e) Assinar ou visar a correspondência da comissão executiva destinada a quaisquer entidades ou organismos públicos;
- f) Gerir os assuntos correntes da ANAS;
- g) Exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos pela comissão executiva.

ARTIGO 29.º**Substituição do presidente**

A substituição do presidente nos casos em que este não possa representar a ANAS, por impedimento ou impossibilidade, compete ao vice-presidente, que desempenhará as funções que lhe forem delegadas pelo presidente, para esse efeito.

ARTIGO 30.º**Delegação de competências**

A comissão executiva e ou o seu presidente podem delegar ou subdelegar o exercício das suas competências em qualquer dos membros daquele órgão.

ARTIGO 31.º**Director**

A comissão executiva poderá designar ou contratar um director. A remuneração do director é fixada pela comissão executiva. As funções do director cessam, a qualquer momento, por deliberação da comissão executiva.

ARTIGO 32.º**Competências do director**

São competências do director:

- a) Coordenar os trabalhos que integram as atribuições da comissão executiva;

- b) Organizar e documentar um arquivo geral informativo;
 c) Apresentar à comissão executiva, nos meses de Março a Novembro, um relatório sobre as actividades da ANAS;
 d) A gestão geral da Associação e a coordenação dos serviços;
 e) Assistir às reuniões da comissão executiva e da assembleia geral, com voz e sem voto;
 f) Propor à comissão executiva a criação de comissões mistas;
 g) Exercer as competências delegadas ou subdelegadas pela comissão executiva.

ARTIGO 33.º**Regulamento**

A comissão executiva elaborará um regulamento interno de funcionamento, para sua articulação e actividade.

ARTIGO 34.º**Comissões mistas**

- a) A comissão executiva poderá formar comissões mistas para o desenvolvimento de tarefas específicas de natureza técnica, nas quais podem participar técnicos e profissionais privados, segundo as características dos projectos;
 b) As comissões mistas terão carácter técnico e serão formadas por um número indeterminado de membros. Deverão, contudo, ser compostas por igual número de membros de cada país;
 c) As comissões mistas não terão duração determinada, pois o seu trabalho desenvolver-se-á segundo a elaboração dos projectos, finalizando a sua acção aquando da conclusão dos mesmos;
 d) As comissões mistas terão um presidente, que coordenará os trabalhos, participando nos mesmos o director da comissão executiva, caso seja necessário ou conveniente;
 e) Todos os trabalhos executados pelas comissões mistas serão ratificados pela comissão executiva, a qual decidirá da sua viabilidade.

SECÇÃO IV**Conselho fiscal****ARTIGO 35.º****Constituição do conselho fiscal**

- 1 — O conselho fiscal, órgão que emana da assembleia geral, é constituído por quatro membros, sendo um presidente, designado pela assembleia, e três vogais, eleitos de entre os seus membros, devendo ser assessorados por um revisor oficial de contas.
 2 — O presidente do conselho fiscal intervirá, sem direito a voto, nas reuniões da comissão executiva, desde que esta o solicite.

ARTIGO 36.º**Competências**

Compete ao conselho fiscal:

- a) Elaborar anualmente relatório sobre a sua acção fiscalizadora, apresentando-o à assembleia geral, e dar pareceres sobre os relatórios, contas e propostas apresentados pela comissão executiva;
 b) Verificar a exactidão do balanço, dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
 c) Fiscalizar a actividade da comissão executiva;
 d) Cumprir as demais atribuições resultantes da lei.

ARTIGO 37.º**Reuniões**

O conselho fiscal reunirá ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente a pedido da assembleia geral, da comissão executiva ou por convocação do seu presidente.

CAPÍTULO IV**Meios financeiros****ARTIGO 38.º****Património**

- Constituem receitas da Associação:
 a) Os bens e os direitos para ela transferidos no acto da constituição ou posteriormente adquiridos;
 b) O produto das participações sociais;
 c) O rendimento das actividades da ANAS;
 d) As subvenções que lhe sejam concedidas;
 e) Os donativos, doações, legados e outros proventos aceites pela ANAS;
 f) Quaisquer outros rendimentos permitidos por lei.

ARTIGO 39.º**Quotas**

Para o funcionamento interno da ANAS serão fixadas quotas pela assembleia geral a suportar por cada associado.

ARTIGO 40.º**Candidatura a financiamento**

Com o fim de alcançar os objectivos fixados pela ANAS recorrer-se-á ao financiamento da Comunidade Europeia (CE) e a qualquer instituição estatal ou supra-estatal, sendo os respectivos fundos aplicados nos projectos.

CAPÍTULO V**Disposições finais e transitórias****ARTIGO 41.º****Instalação da Associação**

- 1 — Convocar-se-á uma assembleia geral para designar a comissão executiva e o conselho fiscal e nomear-se-ão os respectivos presidentes. O seu mandato iniciará-se 30 dias após a sua designação e prolongar-se-á por quatro anos, nos termos dos presentes estatutos, com a rotatividade estabelecida no artigo 27.º

ARTIGO 42.º**Alteração dos estatutos**

- 1 — Os presentes estatutos só podem ser alterados em assembleia geral convocada para esse fim.
 2 — As deliberações da assembleia geral sobre alterações dos estatutos só serão válidas se tomadas por maioria qualificada de três quartos dos seus membros, presentes em primeira convocatória, e de quatro quintos em segunda convocatória.
 3 — Para efeitos do disposto no presente artigo, a assembleia geral só poderá funcionar em primeira convocatória quando estejam presentes, pelo menos, três quartos dos seus membros e dois terços em segunda convocatória.

ARTIGO 43.º**Dissolução da Associação**

- 1 — A Associação pode ser dissolvida mediante deliberação da assembleia geral expressamente convocada para esse fim.
 2 — A deliberação sobre a dissolução deverá ser tomada por maioria qualificada de três quartos do número de todos os seus membros.
 3 — Para efeitos do disposto neste artigo, só poderá deliberar em primeira convocatória quando estejam presentes todos os seus membros, e em segunda convocatória quando estejam presentes quatro quintos dos seus membros.

ARTIGO 44.º**Nomeação da comissão liquidatária**

- Dissolvida a Associação, a assembleia deverá nomear imediatamente a comissão liquidatária, definindo o seu estatuto, que distribuirá o património entre os membros da Associação, em proporção às respectivas posições, respondendo, igualmente, pelas dívidas contraídas.

ARTIGO 45.º**Normas subsidiárias**

Os casos omissos serão resolvidos em assembleia geral extraordinária de acordo com a legislação em vigor, do lugar da sede da ANAS.

ARTIGO 46.º**Conflitos**

Em caso de conflitos de natureza jurídica privada, aplicar-se-á a legislação em vigor do país em que os mesmos ocorrem.

ARTIGO 47.º**Cláusula adicional**

Em resultado da decisão da assembleia fundacional da Associação, realizada em Huelva, Espanha, no dia 5 de Maio de 1995, fica alterado o artigo 23.º dos presentes estatutos, que passa a ter a seguinte redacção:
 «A comissão paritária que emana da assembleia geral é constituída por seis representantes de cada país, sendo composta por um presidente, um vice-presidente, dois secretários e oito vogais. O período do mandato é de quatro anos.»

Está conforme.

Cartório Notarial de Vila Real de Santo António, 17 de Junho de 1997. — O Escrivão Superior, (Assinatura ilegível.) 0-1-70 638



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

56
[Signature]

Aprovada em reunião
de 16 AGO. 2017

N.º Propostas/2017/259

ASSUNTO:

RATIFICAÇÃO DE CONVÉNIO DE COLABORAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS NO PROJETO "UMA RAIA DE ÁGUA" - COMEMORAÇÃO DOS 750 ANOS DA FRONTEIRA LUSO-ESPANHOLA.

CONSIDERANDO QUE:

- a) A participação ativa do nosso Município na constituição da Eurocidade, na construção dos projetos e na consolidação dos seus objetivos estratégicos;
- b) A necessidade e o interesse da continuidade na cooperação territorial e transfronteiriça com os nossos parceiros, na Região do Algarve e da Andaluzia;
- c) A existência deste projeto cultural transfronteiriço fortalece o laço com os nossos parceiros, para além de nos favorecer em termos de económicos e turísticos, pois permite incrementar exponencialmente a visibilidade do nosso concelho como destino cultural e turístico;
- d) Assegura uma estratégia de conjunto, com sustentabilidade académica, técnica e empenho das entidades envolvidas com vista ao sucesso da candidatura a Património Imaterial da Humanidade;
- e) Vem desenvolver ações de coprodução luso-espanhola com diferentes formatos e em diversos âmbitos, com ações educativas, culturais e turísticas, bem como valorizar o nosso património;
- f) Impôs-se a necessidade de garantir a nossa participação neste convénio de colaboração, de acordo com os termos expostos no protocolo em anexo;
- g) O referido protocolo já se encontra assinado por todas as partes intervenientes, sendo necessária a respetiva ratificação pela câmara municipal, ao abrigo do artigo 35.º n.º 3 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

a ratificação da celebração do Protocolo de Colaboração para a Constituição do Projeto



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

Cultural de âmbito transfronteiriço para comemorar o 750º Aniversário da delimitação da raia portuguesa, em anexo à presente proposta.

Vila Real de Santo António, 8 de Agosto de 2017

P) O Presidente da Câmara Municipal

Luis Filipe Soromenho Gomes



57
-
p. 1

**CONVÉNIO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DE ATIVIDADES CULTURAIS
ENTRE OS AYUNTAMIENTOS DE AYAMONTE E CORTEGANA, DE
GUADIANA, AS CÂMARAS MUNICIPAIS DE CASTRO MARIM E VILA REAL
DE SANTO ANTÓNIO, E A UNIVERSIDADE DE HUELVA**

Eurocidade do Guadiana, a 3 de agosto de 2017

REUNIDOS

De uma parte: **Don Alberto Fernández Rodríguez**, na qualidade de Alcalde-Presidente do *Ayuntamiento de Ayamonte*,

De outra parte: **Don José Enrique Borrallo Romero**, na qualidade de Alcalde-Presidente do *Ayuntamiento de Cortegana*,

De outra parte: **Don Francisco Amaral**, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Marim,

De outra parte: **Doña Maria da Conceição Cipriano Cabrita**, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo Antonio,

E de outra parte: **Doña María Antonia Peña**, na qualidade de Reitora da *Universidad de Huelva*

DECLARAM

Primeiro.- Que é da competência dos *Ayuntamientos* de **Ayamonte e Cortegana (Huelva-Espanha)**, o fomento e a administração dos interesses peculiares dos seus municípios, mediante o exercício das atividades e serviços de diversas áreas da ação pública, propriamente previstas, resultem inerentes ou adequadas a tal fim, encontrando-se, sem dúvida, entre as mesmas, a definição de formas de colaboração entre instituições que permitam rentabilizar os recursos humanos e materiais, especialmente com entidades cujos interesses sejam coincidentes.

Segundo.- Que é da competência das Câmaras Municipais de **Castro Marim e Vila Real de Santo António (Algarve-Portugal)** o fomento e a administração dos interesses peculiares dos seus municípios, mediante o exercício das atividades e serviços de diversas áreas da

ação pública, propriamente previstas, resultem inerentes ou adequadas a tal fim, encontrando-se, sem dúvida, entre as mesmas, a definição de formas de colaboração entre instituições que permitam rentabilizar os recursos humanos e materiais, especialmente com entidades cujos interesses sejam coincidentes.

Terceiro.- Que é da competência, visão e missão da **Universidade de Huelva**, o desenvolvimento de planos de ação cultural com critérios de globalidade, responsabilidade, inovação permanente e solidariedade em cooperação com outros agentes culturais, para contribuir para o desenvolvimento do seu entorno, bem como facilitar uma formação integral, mediante a cooperação na área cultural, e o fomento de projetos com coletividades, instituições e universidades, com as que se partilham sensibilidades e preocupações, bem como ações de cooperação cultural.

Em virtude do anteriormente exposto, as partes subscrevem os presentes

ACORDOS

Primeiro.- As instituições que subscrevem comprometem-se a colaborar na realização e difusão de um grande projeto cultural de âmbito transfronteiriço para comemorar o **750.º aniversário da delimitação da raia portuguesa (Tratado de Badajoz de 1267) que, através do rio Guadiana, constitui a fronteira mais antiga da Europa.**

Também, relativamente a este contexto, irão realizar-se atividades culturais conjuntas, que procurem a prosperidade destes territórios e da sua sociedade, e que evidenciem os vínculos históricos da província de Huelva e da sua fronteira com Portugal.

Segundo.- As instituições que subscrevem o presente documento prestar-se-ão, sempre que possível, à mútua e recíproca colaboração em questões de logística, recursos humanos e materiais. No caso da Universidade de Huelva, o seu contributo será de cariz académico, ficando esta Universidade expressamente excluída de ter que assumir qualquer tipo de despesa gerada no âmbito das atividades que se realizem por aplicação do presente convénio.

Terceiro.- A participação das instituições signatárias ficará explicitamente manifestada através da sua respetiva imagem corporativa em todas as atividades que se organizem em regime de colaboração.

Quarto.- Não existe nenhuma relação jurídica entre as instituições e as pessoas vinculadas a cada entidade, para além das atuações derivadas da assinatura do presente Convénio de Colaboração.

Quinto.- O presente acordo terá vigência durante o desenvolvimento das atividades, podendo o mesmo ser prorrogado e ampliado por acordo das partes.

Prof. Dr. [illegible]

Sexto.- O presente Convénio de Colaboração enquadra-se dentro dos "Convenios no constitutivos ni de Tratado internacional, ni de Acuerdo internacional administrativo, ni de Acuerdo internacional no normativo, firmados entre las Administraciones Públicas y los órganos, organismos públicos o entes de un sujeto de Derecho internacional", aos que se refere o artigo 47.2.d) da Ley 40/2015, de 1 de octubre, de Régimen Jurídico del Sector Público.

Consequentemente, as partes acordam realizar as prestações derivadas do presente documento, conforme os princípios de boa-fé e colaboração administrativa. Não obstante, qualquer constrangimento que possa surgir da realização das atuações incluídas no âmbito deste Convénio de Colaboração deverá ser resolvido pelas Autoridades e Tribunais competentes do Reino de Espanha.

Como prova de conformidade com tudo o exposto, as partes assinam o presente documento, por quintuplicado exemplar e com um só efeito, no local e data indicados no seu cabeçalho.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

39
Receber

Aprovado em reunião

de 16 AGO. 2017

N.º Propostas/2017/260

ASSUNTO:

Renovação Extraordinária Apoio ao Arrendamento – Marinela Fernandes Lorador

CONSIDERANDO QUE:

O agregado familiar de Marinela Fernandes Lorador apresenta uma condição sócio-económica vulnerável;

A família não está a conseguir fazer face às despesas mensais;

A medida Apoio ao Arrendamento Habitacional possibilitará à família a melhoria das suas condições de vida.

O Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional de Vila Real de Santo António, prevê no seu artigo 6º, ponto 6, que *“Em casos excecionais, que mediante relatório técnico fundamentado se comprove a necessidade de apoio e consequentemente o alargamento do limite de apoio estabelecido no anexo VI, cabe ao órgão Câmara Municipal deliberar sobre os mesmos”*

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

O alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 7% do valor da renda.

Vila Real de Santo António, 9 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita



VILAREALSTºANTONIO

60
Bucina

INFORMAÇÃO

DATA: 7 de Agosto de 2017

PARA: Patrícia Alexandra Teixeira Rodrigues

DE: Divisão de Ação Social

ASSUNTO: Renovação Extraordinária Apoio ao Arrendamento – Marinela Fernandes Lorador

Para os devidos efeitos cumpre-me informar que, no dia 12 de julho de 2017 deu entrada nos serviços administrativos da Divisão de Ação Social, um requerimento em nome da munícipe **Marinela Fernandes Lorador**, residente no Sítio das Cevadeiras – Beco dos Emigrantes, apartado 28, na freguesia de Vila Nova de Cacela, Concelho de Vila Real de Santo António, a solicitar novamente, apoio ao arrendamento habitacional, devido às suas dificuldades económicas.

Na sequência do pedido, importa relembrar que esta família beneficiou de apoio ao arrendamento habitacional pelo período de 4 anos:

- No primeiro ano de apoio (maio de 2011 a abril de 2012), foi-lhe atribuído uma comparticipação de 100% do valor da renda;
- No segundo ano de apoio (novembro de 2012 a outubro de 2013), a beneficiária recebeu comparticipação de 37% do valor da renda;
- No terceiro ano de apoio (dezembro de 2013 a novembro de 2014), beneficiou da comparticipação de 22% do valor da renda;
- No quarto ano de apoio (setembro de 2016 a agosto de 2017), renovação extraordinária, foi beneficiada com a comparticipação de 22% do valor da renda.

Pelo exposto, informa-se que na visita domiciliária e através da análise documental apurou-se que:

Constituição do Agregado Familiar

O agregado familiar é composto por 3 elementos, nomeadamente:

- **Requerente:** Marinela Fernandes Lorador, nascida a 5 de fevereiro de 1950.



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

- **Filho:** Luís Miguel Lorador Frederico Pires, nascido a 27 de abril de 1975.
- **Mãe:** Antónia da Conceição Ogeda Fernandes Lorador, nascida a 1 de outubro de 1925.

Condição Económica

A requerente é pensionista, encontra-se a receber da sua pensão de velhice a quantia mensal de 221,05€; o filho está a desempenhar funções de ajudante de lar e centro de dia, com vencimento mensal de 557,00€; a mãe encontra-se a receber pensão de sobrevivência no valor mensal de 158,59€.

N.º de elementos: 3

- **Rendimento anual bruto do agregado familiar**= 15.667,48€
3.456,60€ (IRS 2016)
557,00€×14=7.798,00€
4.412,88€(IRS 2016)
- **Rendimento mensal bruto do agregado familiar** = 1.305,62€
- **Rendimento mensal bruto per capita do agregado familiar** = 435,21€

Verifica-se, assim, que o rendimento mensal *per capita* localiza-se dentro dos limites máximos fixados no regulamento municipal.

Cálculos

Procedeu-se ao cálculo do valor do apoio, conforme estipulado no ponto n.º1. do Artigo 6.º do Regulamento supra indicado:

Renda mensal: 400,00€

Rendimento mensal bruto: 1.305,62€

$Rm/RMBD \times 100 = 400,00€ / 1.305,62€ \times 100 = (<35\%)$

Todavia este ano de apoio, seria o 5º ano do apoio, sendo que segundo o regulamento vigente para o apoio ao arrendamento, concretamente o ponto 3 do artigo 6º, "O apoio será atribuído por um período de 12 meses, com possibilidade de duas renovações consecutivas ou interpoladas, caso o beneficiário solicite e



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

61
prefeitura

INFORMAÇÃO

comprove que as condições socioeconómicas e habitacionais justificam essa renovação. O valor da comparticipação será redefinido em função da relação entre o valor da renda mensal e o rendimento mensal bruto disponível do agregado familiar".

O mesmo artigo refere ainda que "Em casos excepcionais, que mediante relatório técnico fundamentado se comprove a necessidade de apoio e consequentemente o alargamento do limite de apoio estabelecido no anexo VI, cabe ao órgão câmara municipal deliberar sobre os mesmos."

Apreciação Técnica

Em síntese estamos perante um agregado familiar que não irá ascender a sua situação económica, o qual vem solicitar novamente a renovação extraordinária do Apoio ao Arrendamento Habitacional.

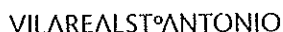
De um modo geral, tendo em conta o exposto deixa-se à consideração superior a atribuição do alargamento do apoio.

Assim sendo, de acordo com o ponto 6 do artigo 6º, pelo que considera-se que a atribuição em caso de deferimento deverá ter a comparticipação de 7% do valor da renda, correspondente a 28,00€ mensais.

À consideração superior,

Milene Mendonça





Proposta

Aprovado em reunião
de 16 AGO. 2017

N.º Propostas/2017/262

ASSUNTO:

Renovação Extraordinária do Apoio ao Arrendamento Habitacional - Julie Anne Van Eijk Van Voorthuisen

CONSIDERANDO QUE:

O agregado familiar de Julie Anne Van Eijk Van Voorthuijsen apresenta uma condição sócio-económica bastante vulnerável, tendo em conta que se trata de um elemento isolado, o qual apenas dispõe do seu subsídio de desemprego como rendimento.

A muni cipe não dispõe de qualquer apoio familiar e possui problemas de saúde que a impossibilitam de trabalhar.

A medida Apoio ao Arrendamento Habitacional possibilitará à família a melhoria das suas condições de vida.

O Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional de Vila Real de Santo António, prevê no seu artigo 6º, ponto 6, que “Em casos excepcionais, que mediante relatório técnico fundamentado se comprove a necessidade de apoio e consequentemente o alargamento do limite de apoio estabelecido no anexo VI, cabe ao órgão Câmara Municipal deliberar sobre os mesmos”

PROponho QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

O alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 30% do valor da renda.

Vila Real de Santo António, 9 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,


Maria Conceição Cipriano Cabrita



VILAREALSTºANTONIO

63
9
P. Ribeiro

INFORMAÇÃO

DATA: 27/07/2017

PARA: Patrícia Alexandra Teixeira Rodrigues

DE: Divisão de Ação Social

ASSUNTO: Renovação Extraordinária do Apoio ao Arrendamento Habitacional

Para os devidos efeitos cumpre-me informar, que deu entrada na DAS um requerimento a solicitar a renovação extraordinária do apoio ao arrendamento habitacional em nome da Sr^a Julie Anne Van Eijk Van Voorthuijsen, residente na Praceta Casablanca Edifício Sol Nascente nº 3 – F em Monte Gordo.

A requerente beneficiou de apoio ao arrendamento (1º ano) de 01/09/2014 a 31/08/2015, com a comparticipação mensal no valor de 150.00€ (50%).

De 01/09/2015 a 31/08/2016 (2º ano) correspondente à 1ª renovação beneficiou do apoio no valor de 120.00€ (40%).

Candidatou-se à 2ª renovação (3º ano), sendo apoiada com 30% do valor da renda habitacional ou seja 90.00€ de 01/09/2016 a 31/08/2017.

Na sequência do referido pedido e por forma a possibilitar a análise do mesmo foi realizada visita domiciliária, tendo-se apurado o seguinte (tendo também em conta os documentos entregues na instrução do presente pedido e que constam no DM e as informações prestadas pela requerente).

IDENTIFICAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

Trata-se de uma família constituída por 1 elemento

Requerente: Julie Anne Van Voorthuijsen, data de nascimento: 08/12/1958, de nacionalidade inglesa.



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

CONDIÇÃO SOCIOECONÓMICA

Relativamente à condição económica do agregado familiar, não surgiram alterações uma vez que, à data do presente pedido a munícipe beneficia de Subsídio de Desemprego no valor mensal de 337.20€. Acrescentou ainda, que tem ajuda de familiares e amigos.

Durante a visita, verificou-se que a munícipe devido a uma fratura no braço, tem dificuldades em realizar certas tarefas domésticas, aguarda recuperação para poder exercer atividade profissional como ajudante de cozinha.

Ressalva-se que esta requerente está a atravessar um período complicado da sua vida pessoal e financeira, devido à rutura conjugal, segundo informações da mesma o ex- marido retirou-lhe os bens e contraiu dívidas em nome da requerente. Durante a visita domiciliária, mostrou documentos do tribunal, onde constam as dívidas em nome da Srª Julie Anne, as quais teve que assumir, sem recursos financeiros.

Nos recibos de ordenado do emprego anterior, já era descontado um valor de penhora. Tem apoio judiciário para resolver estas questões e foi-lhe atribuído um advogado em Almancil.

Rendimento anual bruto= 4.046.40€

Rendimento mensal bruto= 337.20€

Rendimento mensal bruto per capita = 337.20€

ENQUADRAMENTO HABITACIONAL:

A requerente reside num apartamento tipologia T1, arrendado pelo valor de 300,00€/mês, o qual possui contrato de arrendamento devidamente autenticado pela Repartição de Finanças.

De acordo com a Certidão de Bens Imóveis emitida pelas Finanças, em nome do agregado familiar não constam quaisquer bens imóveis.



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

64
D. António

INFORMAÇÃO

ENQUADRAMENTO DO APOIO:

Procedendo à fórmula de cálculo do apoio ao arrendamento habitacional, verifica-se que:

Renda mensal: 300,00€

Rendimento mensal bruto: 337.20€

Renda mensal/RMBDX 100 = $300,00\text{€}/337.20\text{€} \times 100 = 88.96\%$ - escalão n.º1

APLICAÇÃO DA GRELHA DE AVALIAÇÃO INDIRETA

Tendo em conta que as alterações ao regulamento deste apoio, publicadas a 20 de Junho de 2012, visam a aplicação de uma grelha de avaliação indireta para avaliação dos sinais exteriores de riqueza, pôde-se verificar que a requerente não se enquadra em nenhuma categoria.

ENQUADRAMENTO DA RENOVAÇÃO

Segundo o presente regulamento concretamente o ponto 3 do artigo 6º, “O apoio será atribuído por um período de 12 meses, com possibilidade de duas renovações consecutivas ou interpoladas, caso o beneficiário solicite e comprove que as condições socioeconómicas e habitacionais justificam essa renovação. O valor da comparticipação será redefinido em função da relação entre o valor da renda mensal e o rendimento mensal bruto disponível do agregado familiar”.

Refere ainda o ponto 6 do mesmo artigo, o seguinte: “Em casos excecionais, que mediante relatório técnico fundamentado se comprove a necessidade de apoio e consequentemente o alargamento do limite de apoio estabelecido no anexo VI, cabe ao órgão Câmara Municipal deliberar sobre os mesmos.”

APRECIACÃO TÉCNICA:

Neste caso em apreço, constatou-se que a requerente está a recuperar dos tratamentos de fisioterapia que realizou, no entanto a sua estabilidade emocional encontra-se fragilizada.

Não tem familiares a residir em Portugal, apenas algumas pessoas amigas.

Todavia este ano seria o 5º ano do apoio, sendo que segundo o regulamento vigente para o apoio ao arrendamento, concretamente o ponto 3 do artigo 6º. “O apoio será atribuído por um período de 12



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

meses, com possibilidade de duas renovações consecutivas ou interpoladas, caso o beneficiário solicite e comprove que as condições socioeconómicas e habitacionais justificam essa renovação. O valor da comparticipação será redefinido em função da relação entre o valor da renda mensal e o rendimento mensal bruto disponível do agregado familiar”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Em síntese, estamos perante um agregado familiar em que, a requerente vem solicitar a 1ª renovação extraordinária do Apoio ao Arrendamento Habitacional, tendo consciência que o referido apoio apenas prevê duas renovações.

Atualmente, a requerente beneficia do apoio em 30% do valor da renda (90.00€), o que se traduz num auxílio económico para fazer face às despesas mensais, mas com o término do apoio, não terá condições financeiras para suportar as necessidades básicas.

Face ao descrito e tendo em conta que se trata de uma situação de saúde da munícipe, o que a impede de exercer atividade profissional, sugere-se atribuir o apoio ao arrendamento habitacional, no valor de 30% ou seja 90.00€, do valor da renda durante 12 meses consecutivos, ficando o remanescente (210.00€) a cargo da requerente.

Assim sendo e tendo em conta o exposto deixa-se à consideração superior a atribuição do alargamento do apoio.

À Consideração Superior,

Maria Adelaide Vieira



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

65
Audiência

Aprovação em reunião
16 AGO, 2017

N.º Propostas/2017/264

ASSUNTO:

Renovação Extraordinária do Apoio ao Arrendamento Habitacional - Bruno José Viegas da Rosa

CONSIDERANDO QUE:

O agregado familiar de Bruno José Viegas da Rosa apresenta uma condição sócio-económica vulnerável, tendo em conta que se trata de uma família nuclear com filhos (casal e dois filhos menores de idade), onde a única fonte de subsistência é o vencimento da esposa do titular.

A família não está a conseguir fazer face às despesas mensais;

A medida Apoio ao Arrendamento Habitacional possibilitará à família a melhoria das suas condições de vida.

O Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional de Vila Real de Santo António, prevê no seu artigo 6º, ponto 6, que *"Em casos excecionais, que mediante relatório técnico fundamentado se comprove a necessidade de apoio e consequentemente o alargamento do limite de apoio estabelecido no anexo VI, cabe ao órgão Câmara Municipal deliberar sobre os mesmos"*

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

O alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 30% do valor da renda.

Vila Real de Santo António, 9 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita



VILAREALSTºANTONIO

66
adine

INFORMAÇÃO

DATA: 20 de Julho de 2017

PARA: Patrícia Alexandra Teixeira Rodrigues

DE: Divisão de Ação Social

ASSUNTO: Bruno José Viegas da Rosa - Renovação Extraordinária do Apoio ao Arrendamento Habitacional

Para os devidos efeitos cumpre-me informar que no dia 12 de julho de 2017, o munícipe **Bruno José Viegas da Rosa**, requereu a Renovação Extraordinária do Apoio ao Arrendamento Habitacional, junto da Secção Administrativa da Divisão de Ação Social desta Câmara Municipal.

Na sequência deste pedido, importa relembrar que este munícipe beneficiou, pela primeira vez, de apoio ao arrendamento, por 12 meses, de 01 de setembro de 2014 a 31 de agosto de 2015, sendo a comparticipação da CMVRSa 105,00€ (30%).

Posteriormente beneficiou de uma comparticipação de 15% do valor da renda, ou seja 45,00€ mensais, com início a 1 de setembro de 2015 e termino a 31 de agosto de 2016.

Actualmente encontra-se a beneficiar de uma comparticipação de 60,00€, ou seja 20% do valor da renda, sendo que a mesma termina a 31 de agosto de 2017.

Perante o pedido de renovação foi realizada visita domiciliária no dia 20 de julho, desta e da análise da documentação actualizada resulta a seguinte informação:

IDENTIFICAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR:

O agregado familiar é constituído por quatro elementos, nomeadamente:

- Arrendatário: Bruno José Viegas da Rosa, nascido a 08 de julho de 1978;
- Companheira: Ana Cristina Sousa, nascida a 21 de março de 1988;
- Filho: Hélder Miguel Sousa da Rosa, nascido a 05 de maio de 2009;
- Filha: Mariana Sousa da Rosa, nascida a 22 de julho de 2016.



Município de Vila Real de Stº António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

SITUAÇÃO ECONÓMICA-PROFISSIONAL DO AGREGADO FAMILIAR:

O presente agregado tem como única fonte de rendimento o vencimento que a esposa do requerente auferir no valor mensal de 560,00€.

O requerente encontra-se desempregado e, de acordo com a declaração da Segurança Social, não está a ser concedido qualquer subsídio.

O município apresenta como despesas fixas a renda da habitação, água, electricidade, gás e ainda a prestação do infantário da filha, no valor mensal de 100,00€.

N.º de elementos: 4

- Rendimento anual bruto do agregado familiar= 4.456,00€
 $560,00€ \times 14 = 7.840,00€$
- Rendimento mensal bruto do agregado familiar = $653,33€ - 100€$ (infantário)= 553,33€
- Rendimento mensal bruto per capita do agregado familiar = 138,33€

ENQUADRAMENTO HABITACIONAL:

A situação mantém-se idêntica, o agregado familiar reside numa moradia T2 em regime de arrendamento, sito na rua da Leitaria nº13 – Hortas, freguesia e concelho de Vila Real de Santo António. Sendo o valor da renda mensal de 300,00€. Mais se informa, que a tipologia está adequada à dimensão do agregado familiar.

De acordo com a Certidão de Bens, emitida pela repartição de finanças de Vila Real de Santo António, em nome dos elementos do agregado familiar, não se encontram registados quaisquer bens imóveis.

INFORMAÇÃO ADICIONAL:

Segundo o regulamento vigente para o apoio ao arrendamento, concretamente o ponto 3 do artigo 6º, “O apoio será atribuído por um período de 12 meses, com possibilidade de duas renovações consecutivas ou interpoladas, caso o beneficiário solicite e comprove que as condições socioeconómicas e habitacionais justificam essa renovação. O valor da comparticipação será redefinido em função da relação entre o valor da renda mensal e o rendimento mensal bruto disponível do agregado familiar”.



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

62
B. Ribeiro

INFORMAÇÃO

Refere ainda o ponto 6 do mesmo artigo, o seguinte: "Em casos excepcionais, que mediante relatório técnico fundamentado se comprove a necessidade de apoio e consequentemente o alargamento do limite de apoio estabelecido no anexo VI, cabe ao órgão câmara municipal deliberar sobre os mesmos."

ENQUADRAMENTO DO APOIO:

Esta família reúne todos os critérios para continuar a beneficiar do apoio ao arrendamento.

De acordo com o estipulado no ponto n.º1 do artigo 6.º do Capítulo II do Regulamento de Apoio ao Arrendamento Habitacional, o valor de apoio a atribuir resultaria da fórmula abaixo indicada:

Renda mensal: 300€

Rendimento mensal bruto: 553,33€

Renda mensal/RMBDX 100 = $300\text{€}/553,33\text{€} \times 100 = 54,22\%$ - escalão n.º1

De acordo com as alterações introduzidas ao presente regulamento, publicadas em Diário da República a 20 de junho de 2012, os resultados acima apresentados indicam que esta família enquadra-se no 1.º escalão, o que se traduz num apoio correspondente a 30% do valor da renda, ou seja, 90,00€/mês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Em síntese estamos perante um agregado familiar que apresenta alguma fragilidade económica uma vez que apenas a esposa do requerente encontra-se empregada. Às despesas com a habitação acrescem ainda as despesas com água, electricidade, gás, prestação do infantário da filha, alimentação e vestuário dos filhos menores.

Mais se informa que, de acordo com o apurado na visita domiciliária, o munícipe não recebe qualquer tipo de ajuda por parte de familiares e que, em caso de impossibilidade de pagamento da renda, nenhum destes tem possibilidades de a alojar.



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

O munícipe beneficia de Cartão Família - Classe Ouro e AGARRA - vales de supermercado no valor mensal de 35€.

Tendo em conta os dados apresentados, e considerado a despesas com o infantário da filha Mariana que anteriormente não existia, o munícipe passa a enquadrar-se no 1º escalão.

Assim sendo, deixa-se à consideração superior a atribuição do alargamento do apoio. Em caso de deferimento sugere-se que o valor a atribuir seja de 30% do valor da renda, ou seja, 90,00€ mensais pelo período de 12 meses.

À consideração Superior,

Andreia Cipriano



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

68
batista

Aprovado em reunião
16 AGO. 2017
cc _____

N.º Propostas/2017/266

ASSUNTO:

Renovação Extraordinária Apoio Arrendamento - Fátima Patrícia Batista Duarte

CONSIDERANDO QUE:

O agregado familiar de Fátima Patrícia Batista Duarte apresenta uma condição sócio-económica vulnerável, tendo em conta que se trata de uma família monoparental (requerente e filho menor de idade), onde a única fonte de subsistência é o vencimento da titular;

A família não está a conseguir fazer face às despesas mensais;

A medida Apoio ao Arrendamento Habitacional possibilitará à família a melhoria das suas condições de vida;

O Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional de Vila Real de Santo António, prevê no seu artigo 6º, ponto 6, que *"Em casos excecionais, que mediante relatório técnico fundamentado se comprove a necessidade de apoio e consequentemente o alargamento do limite de apoio estabelecido no anexo VI, cabe ao órgão Câmara Municipal deliberar sobre os mesmos"*

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

O alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 12% do valor da renda.

Vila Real de Santo António, 9 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita



VILAREALSTºANTONIO

69
Deleite

INFORMAÇÃO

DATA: 18 de Julho de 2017

PARA: Patrícia Alexandra Teixeira Rodrigues

DE: Divisão de Ação Social

ASSUNTO: Renovação Extraordinária Apoio Arrendamento - Fátima Patrícia Batista Duarte

Para os devidos efeitos cumpre-me informar que no dia 23 de junho de 2017 deu entrada nos serviços administrativos da Divisão de Ação Social, um requerimento para a renovação extraordinária do Apoio ao Arrendamento Habitacional em nome da munícipe Fátima Patrícia Batista Duarte, residente na Rua Camilo Castelo Branco, nº8, 4ºdt, na freguesia e Concelho de Vila Real de Santo António.

Na sequência do pedido, importa relembrar que esta requerente beneficiou:

- No 1ºano de apoio (1/08/2014 a 31/07/2015) da comparticipação de 33% do valor da renda;
- No 2ºano de apoio (1/08/2015 a 31/07/2016) da comparticipação de 22% do valor da renda.
- No 3ºano de apoio (1/08/2016 a 31/07/2017) da comparticipação de 12% do valor da renda.

Na sequência do referido pedido e por forma a possibilitar a análise do mesmo foi realizada visita domiciliária, no dia 17 de julho de 2017, tendo-se apurado o seguinte (tendo também em conta os documentos entregues na instrução do presente pedido):

Constituição do Agregado Familiar

O agregado familiar é composto por uma família monoparental:

- **Requerente:** Fátima Patrícia Batista Duarte, nascida a 3 de janeiro de 1982.
- **Filho:** Martim Batista Fonseca, nascido a 22 de dezembro de 2007, transitou para o 4ºano.



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António

Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

Condição Económica

A requerente encontra-se a desempenhar funções de técnica de farmácia, grau III na Farmácia Pombalina, com vencimento base de 712,00€ mensais; juntamente a munícipe recebe pensão de alimentos no valor mensal de 75,00€ (conforme documentos constantes no dossiê do munícipe).

Proveitos

$712,00\text{€} \times 14 = 9.968,00\text{€}$

$75,00\text{€} \times 12 = 900,00\text{€}$

Despesas

Não foram apresentadas despesas de saúde e de educação.

Cálculos

N.º de elementos: 3

- Rendimento anual bruto do agregado familiar: 10.868,00€
- Rendimento mensal bruto do agregado familiar: 905,67€
- Rendimento mensal bruto *per capita* do agregado familiar: 452,83€

Verifica-se, assim, que o rendimento mensal *per capita* localiza-se dentro dos limites máximos fixados no regulamento municipal.

Procedeu-se ao cálculo do valor do apoio, conforme estipulado no ponto n.º1. do Artigo 6.º do Regulamento supra indicado:

Renda mensal: 325,00€

Rendimento mensal bruto: 905,67€

$Rm/RMBD \times 100 = 325,00\text{€} / 905,67\text{€} \times 100 = \leq 50$

Todavia este ano de apoio, seria o 4º ano do apoio, sendo que segundo o regulamento vigente para o apoio ao arrendamento, concretamente o ponto 3 do artigo 6º, *"O apoio será atribuído por um período de 12 meses, com possibilidade de duas renovações consecutivas ou interpoladas, caso o beneficiário solicite e comprove que as condições socioeconómicas e habitacionais justificam essa renovação. O valor da*



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

to
Rede

INFORMAÇÃO

comparticipação será redefinido em função da relação entre o valor da renda mensal e o rendimento mensal bruto disponível do agregado familiar".

O mesmo artigo refere ainda que "Em casos excecionais, que mediante relatório técnico fundamentado se comprove a necessidade de apoio e consequentemente o alargamento do limite de apoio estabelecido no anexo VI, cabe ao órgão câmara municipal deliberar sobre os mesmos."

Apreciação Técnica

Em síntese estamos perante um agregado familiar monoparental em que, a requerente vem solicitar a renovação extraordinária do Apoio ao Arrendamento Habitacional.

De um modo geral, tendo em conta o exposto deixa-se à consideração superior a atribuição do alargamento do apoio.

Assim sendo, de acordo com o ponto 6 do artigo 6º, pelo que considera-se que a atribuição em caso de deferimento deverá ter a comparticipação do terceiro ano de apoio, 12% do valor da renda, correspondente a 39,00€ mensais.

À consideração superior,

Milene Mendonça



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

[Handwritten signature]
H
K5
B. S. S.

N.º Propostas/2017/270

Aprovado em reunião
de 16 AGO, 2017

ASSUNTO:

Minuta de Protocolo de colaboração no âmbito do fornecimento de refeições aos alunos do ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico para o ano letivo 2017/2018

CONSIDERANDO QUE:

A Câmara Municipal de Vila Real de Santo António tem promovido medidas de combate à exclusão social e abandono escolar e de igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar;

O Decreto-Lei 55/2009 de 02 de março e o despacho nº 8452 – A/ 2015 de 31 de julho com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 5296/2017, aprovam o programa de generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º ciclo do ensino básico e visa garantir a todas as crianças uma refeição equilibrada;

O despacho nº 13503/2009 prevê o fornecimento de refeições para os alunos do ensino pré-escolar;

O fornecimento de refeições aos alunos do ensino pré-escolar e 1º ciclo é da competência da autarquia e que através do protocolo de colaboração com o Agrupamento de Escolas D. José I, deverão ser asseguradas as refeições escolares aos alunos do ensino pré-escolar e 1º ciclo das escolas EB1/JI Caldeira Alexandre e EB1/JI de Monte Gordo.

O valor previsto para o cumprimento do pagamento das refeições constante no protocolo de colaboração no âmbito do fornecimento de refeições aos alunos do ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, em anexo, encontra-se comprometido para o ano 2017 no documento interno 112/2017.

O fornecimento de refeições aos alunos do ensino pré-escolar e 1º ciclo terá início em Setembro 2017 e término em Julho de 2018, englobando 2 (dois) anos económicos e por isso enquadra-se num compromisso plurianual, segundo a alínea b) do Artigo 3.º da Lei de n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, definido como «compromissos plurianuais» os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, que segundo o n.º 1 do Artigo 6.º da Lei de n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, obriga que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

da administração local.

Na reunião extraordinária da Assembleia Municipal, datada de 28 de Novembro de 2013, foi aprovada a autorização de compromissos plurianuais considerados urgentes e inadiáveis no âmbito das refeições escolares.

A contratualização destes protocolos será condicionada pela existência de fundos disponíveis.

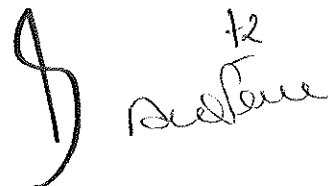
PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

A Minuta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e o Agrupamento de Escolas D. José I, no âmbito do fornecimento de refeições aos alunos do ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico para o ano letivo 2017/2018.

Vila Real de Santo António, 6 de Julho de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita



MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E AOS ALUNOS DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR

Entre a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, primeiro outorgante, representada pelo Sr. Eng.º Luís Filipe Soromenho Gomes, na qualidade de Presidente e o Agrupamento de Escolas D. José I de Vila Real de Santo António, segundo outorgante, representado pela Sra. Professora Maria Adelaide Pereira Rosa, na qualidade de Diretora deste Agrupamento, é estabelecido o presente protocolo que se rege pelo disposto no Decreto – Lei 55/ 2009 (1ª série), de 2 de março e no despacho nº 8452 – A/2015 de 31 de Julho, no âmbito do programa de generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º ciclo do ensino básico e pelo despacho nº 13503/2009 para o fornecimento de refeições aos alunos do ensino pré-escolar e ainda pelas seguintes cláusulas:

1ª Objetivo

O presente Protocolo de Colaboração tem por objetivo o estabelecimento dos termos e condições em que os outorgantes se comprometem a garantir o fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º ciclo do ensino básico e do ensino pré-escolar do Agrupamento de Escolas D. José I em Vila Real de Santo António, pelo ano letivo 2017/2018.

2ª Termos

Compete ao primeiro outorgante:

1. Aceder ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação, ao abrigo do Regulamento de acesso ao financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico e do despacho nº 8452 – A/2015, de 31 de Julho para o fornecimento das refeições do ensino pré-escolar.
2. Assegurar o pagamento das refeições escolares ao segundo outorgante de acordo com o valor fixado anualmente para as comparticipações correspondentes aos apoios destinados à alimentação e mediante apresentação dos mapas de refeições mensais emitidos pelo Agrupamento de Escolas D. José I, no que se refere aos alunos do ensino pré-escolar e 1º ciclo das escolas EB1 / JI Caldeira Alexandre e EB1/ JI Monte Gordo;
3. Assegurar o pagamento total ou parcial das refeições ao segundo outorgante, relativo aos alunos que beneficiam da ação social escolar;

4. Assegurar os recursos humanos necessários ao acompanhamento dos alunos do 1º ciclo e ensino pré-escolar ao refeitório escolar e durante o período estipulado para as refeições.

5. Fiscalizar o cumprimento das normas do presente protocolo.

Compete ao segundo outorgante:

1. Fornecer diariamente e durante todo o ano letivo 2017/2018, as refeições aos alunos do 1º ciclo do ensino básico e do ensino pré-escolar das escolas EB1 / JI Caldeira Alexandre e EB1/ JI Monte Gordo no refeitório escolar da Escola EB2,3 D. José I e no refeitório da EB2,3 de Monte Gordo;
2. Assegurar uma alimentação equilibrada e adequada às necessidades da população escolar, segundo as orientações emanadas da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento e com a observância das condições de higiene e segurança alimentar a que estão sujeitos os géneros alimentícios, de acordo com o disposto nos Regulamentos (CE) n.ºs 178/2002, de 28 de Janeiro, e 852/2004, de 29 de Abril, do parlamento Europeu e do Conselho;
3. Fixar o preço das refeições a fornecer aos alunos do 1º ciclo do ensino básico e ensino pré-escolar de acordo com o valor legal estipulado anualmente.
4. Afixar as ementas das refeições nos refeitórios antecipadamente, sempre que possível, no final da semana anterior.
5. Enviar para o primeiro outorgante, mensalmente, os mapas de refeições discriminados por dias e número de refeições com os respetivos valores para que este possa proceder ao pagamento das mesmas.
6. Disponibilizar ao primeiro outorgante toda a informação necessária para a atualização dos dados constantes no anexo I do presente protocolo.
7. Supervisionar o comportamento dos alunos que usufruem das refeições escolares e tomar as devidas diligências nos casos que se verifiquem faltas de disciplina.

3ª Participação financeira

1. O primeiro outorgante pagará ao segundo outorgante o valor da refeição que é estipulado anualmente em diploma legal, abatido do preço a pagar pelos alunos.
2. Os alunos que beneficiam da ação social escolar estão isentos do pagamento ou pagam somente 50% de acordo com o escalão em que estão inseridos.
3. Tendo em conta que a despesa dependerá do consumo, o cálculo do valor total a pagar pelo primeiro outorgante ao segundo é estimado pelo valor do ano transato descrito no anexo II do presente protocolo.

4ª Incumprimento e Rescisão do Protocolo de Colaboração

13
Pereira

A falta de cumprimento do presente Protocolo de Colaboração constitui justa causa de rescisão para qualquer um dos outorgantes.

5ª Revisão do Protocolo de Colaboração

Qualquer alteração ou adaptação ao presente protocolo carece de prévio acordo de ambos os outorgantes, a prestar por escrito.

6ª Vigência do Protocolo

1. O presente protocolo é válido durante o decurso do ano letivo 2017/2018.
2. O presente Protocolo foi aprovado por deliberação da Câmara Municipal datada de

Este protocolo é elaborado em 3 páginas e em duplicado, destinando-se um exemplar a cada um dos outorgantes.

Vila Real de Santo António, aos agosto de 2017

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

(Luís Filipe Soromenho Gomes)

A Diretora do Agrupamento de Escolas D. José I

(Maria Adelaide Pereira Rosa)

Anexos

ANEXO I

PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DAS ESCOLAS EB1 /JI CALDEIRA ALEXANDRE E EB1/JI MONTE GORDO – ANO LETIVO 2017/2018

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. JOSÉ I									
a) Escola	b) Nº de alunos do ensino pré-escolar que usufruem de refeições	c) Nº de alunos do 1º ciclo que usufruem de refeições	d) Total (b+c)	Local onde são servidas as refeições	Horário das refeições	Início do fornecimento das refeições	Término do fornecimento das refeições	Equipamentos e meios utilizados no fornecimento das refeições	
EB1 /JI Caldeira Alexandre	45 alunos	285 alunos	330 alunos	Refeitório da EB2,3 D. José I	12H00-13H30	14 de Setembro de 2017	22 de Junho de 2018 para o 1º ciclo e 20 de Julho de 2018 para o pré escolar	Recursos Humanos	
EB1 / JI Monte Gordo	46 alunos	161 alunos	207 alunos	Refeitório da EB2,3 Monte Gordo	12H00-13H30	14 de Setembro de 2017	22 de Junho de 2018 para o 1º ciclo e 20 de Julho de 2018 para o pré escolar	Recursos Humanos	
Total	91 alunos	446 alunos	537 alunos						



 26/09/2017

ANEXO II

Ano civil
2017
2018

FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES - ALUNOS DO ENSINO PRÉ ESCOLAR E 1º CICLO DA ESCOLA EB1/JI MONTE GORDO - ESTIMATIVA PARA O ANO LETIVO 2017/2018					
Mês	Nº almoços		Valor		Valor total
	Pré	1º ciclo	Pré	1º ciclo	
Setembro	441	1228	548,89 €	1.403,85 €	1.952,74 €
Outubro	786	2216	994,90 €	2.630,07 €	3.624,97 €
Novembro	689	2230	861,14 €	2.623,66 €	3.484,80 €
Dezembro	459	1076	563,80 €	1.298,14 €	1.861,94 €
Total	2375	6750	2968,73	7955,72	10.924,45 €
Janeiro	768	2261	982,91 €	2.768,45 €	3.751,36 €
Fevereiro	633	1882	818,16 €	2.280,65 €	3.098,81 €
Março	812	2485	1.066,32 €	3.005,34 €	4.071,66 €
Abril	449	862	582,77 €	1.055,42 €	1.638,19 €
Maio	784	2066	1.009,06 €	2.526,99 €	3.536,05 €
Junho	609	1408	783,68 €	1.760,27 €	2.543,95 €
Julho	200		249,86 €		249,86 €
Total	4255	10964	5492,76	13.397,12 €	18.889,88 €
Total	6630	17714	8.461,49 €	21.352,84 €	29.814,33 €

FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES - ALUNOS DO ENSINO PRÉ ESCOLAR E 1º CICLO DA ESCOLA EB1/JI CALDEIRA ALEXANDRE - ESTIMATIVA PARA O ANO LETIVO 2017/2018					
Mês	Nº almoços		Valor		Valor total
	Pré	1º ciclo	Pré	1º ciclo	
Setembro	317	2331	264,65	2410,82	2.675,47 €
Outubro	559	4297	506,96	4624,54	5.131,50 €
Novembro	566	4127	542,08	4545,53	5.087,61 €
Dezembro	409	2129	419,94	2350,32	2.770,26 €
Total	1851	12884	1.733,63	13.931,21 €	15.664,84 €
Janeiro	688	4379	668,93	4905,38	5.574,31 €
Fevereiro	536	3471	537,67	3887,29	4.424,96 €
Março	686	4694	687,47	5248,43	5.935,90 €
Abril	320	1607	333,20	1840,55	2.173,75 €
Maio	655	3962	652,18	4479,3	5.131,48 €
Junho	562	2867	551,42	3274,07	3.825,49 €
Julho					0,00 €
Total	3447	20980	3.430,87	23.635,02 €	27.065,89 €
Total	5298	33864	5.164,50	37.566,23 €	42.730,73 €

S. Padine



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

[Handwritten signature] 16

Aprovado em reunião
de 16 AGO. 2017

N.º Propostas/2017/273

ASSUNTO:

Plano de Transportes Escolares do Concelho de Vila Real de Santo António para o ano letivo 2017/2018

CONSIDERANDO QUE:

De acordo com o Decreto – Lei nº 299/84, de 5 de Setembro, alterado pela Lei nº 13/ 2006, de 17 de Abril, e pelos Decretos-Leis nº 7/2003, de 15 de Janeiro, 186/2008, de 19 de Setembro, 29-A/2011, de 01 de Março e 176/2012, de 02 de Agosto, é regulada a transferência para os municípios das novas competências em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares;

A Portaria 181/86, de 6 de Maio estabelece os termos em que é comparticipado o transporte dos estudantes do ensino secundário, definindo que os alunos abrangidos pelo transporte escolar, comparticipem em metade do custo do bilhete;

O Decreto – lei nº 55/2009, de 2 de Março, prevê no nº 1 do artigo 25º que seja facultado um serviço adequado de transportes escolares aos alunos que frequentam estabelecimentos de ensino básico que não sejam acessíveis a pé, a partir do lugar da sua residência, e que não possam utilizar transportes públicos coletivos para efeito da deslocação entre a residência e o estabelecimento de ensino;

A Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, estabelece o quadro de atribuições e competências para as autarquias locais, nomeadamente no artigo 23º, alínea d), que prevê as competências das autarquias na área da Educação e atendendo à alínea gg) do nº 1 do artigo 33º, compete à Câmara Municipal assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;

Existe um regulamento de transportes escolares do concelho de Vila Real de Santo António, tendo este sido publicado em Diário da República, segunda série, a 20 de Setembro de 2010;

Nos termos do número 3 do artigo 4º do Decreto-Lei 299/84 de 5 de Setembro, na sua atual redação, foi elaborado o Plano de Transportes Escolares, para o ano letivo de 2017/2018;

A Proposta do Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2017/2018 foi, no dia 9 de



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

Agosto de 2017, submetida à apreciação do Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 4 do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, a qual obteve parecer positivo pela unanimidade dos presentes;

A despesa prevista para o cumprimento do Plano de Transportes Escolares, no ano letivo 2017/2018, é de 91.662,12 € e o valor para cobrir a despesa no ano civil 2017 encontra-se comprometido no documento 376/2017;

O serviço de transportes escolares terá início em Setembro de 2017 e término em Julho de 2018, englobando 2 (dois) anos económicos e por isso enquadra-se num compromisso plurianual, segundo a alínea b) do Artigo 3.º da Lei de n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, definido como «compromissos plurianuais» os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, que segundo o n.º1 do Artigo 6.º da Lei de n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, obriga que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local;

Na reunião extraordinária da Assembleia Municipal, datada de 28 de Novembro de 2013, foi aprovada a autorização de compromissos plurianuais considerados urgentes e inadiáveis no âmbito dos transportes escolares;

A contratualização deste serviço será condicionada pela existência de fundos disponíveis.

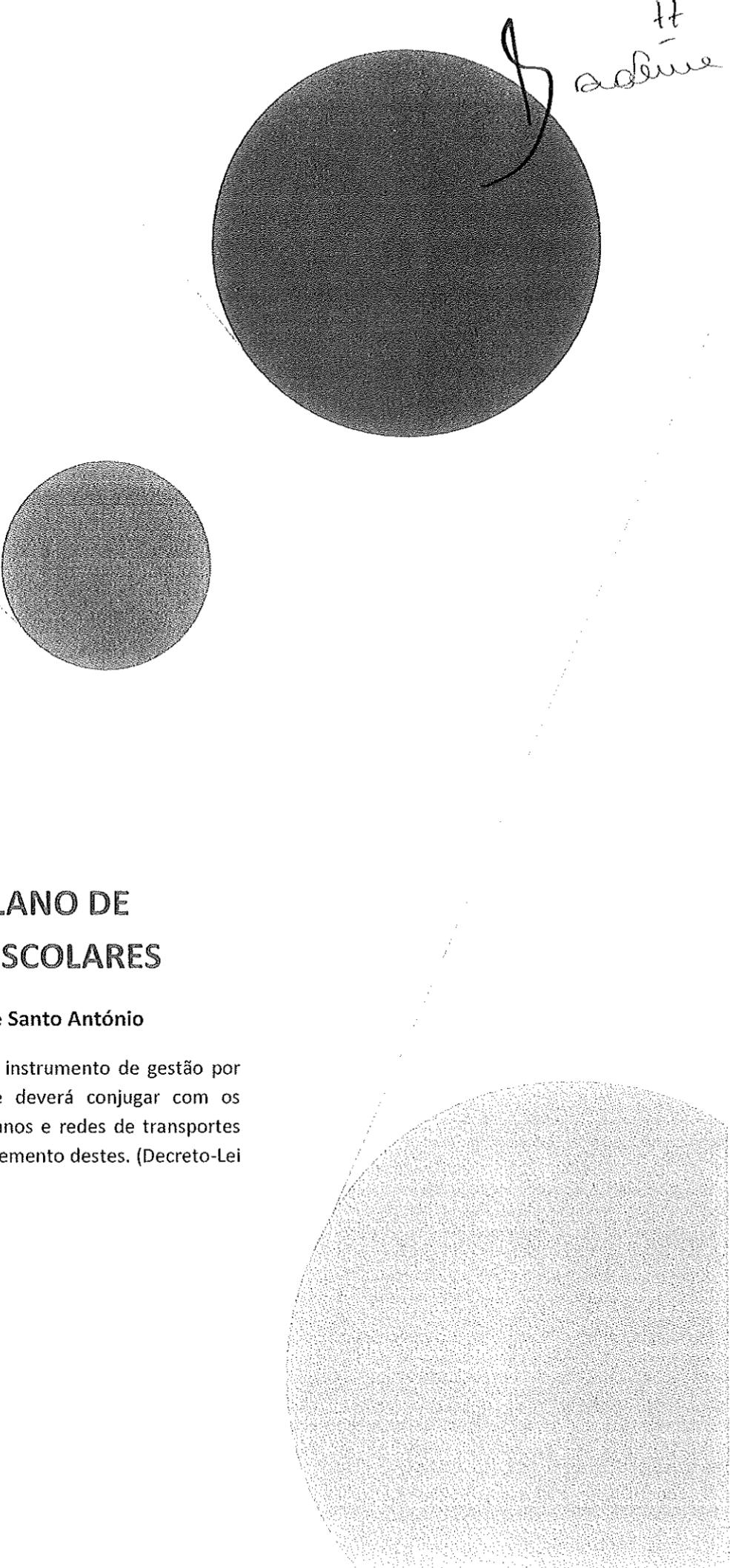
PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

O Plano de Transportes Escolares do Concelho de Vila Real de Santo António para o ano letivo 2017/2018.

Vila Real de Santo António, 8 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita



**PROPOSTA: PLANO DE
TRANSPORTES ESCOLARES**

Município de Vila Rica de Santo Antônio

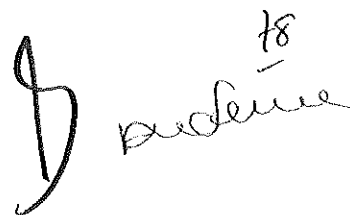
O Plano de Transportes Escolares é o instrumento de gestão por excelência desta atividade e que se deverá conjugar com os princípios e políticas inerentes aos planos e redes de transportes públicos locais, devendo ser um complemento destes. (Decreto-Lei nº 299/84 de 05 de setembro)

2017/2018

Índice

Preâmbulo	3
Enquadramento Legal	4
Enquadramento territorial e populacional do Concelho de Vila Real de Santo António.....	5
Rede Escolar	6
Mobilidade: Transportes Coletivos	8
Levantamento /Previsão do número de alunos a transportar	8
Mobilidade – circuitos especiais.....	12
Levantamento /Previsão do número de alunos a transportar.....	12
Definição dos circuitos especiais	15
Estimativa de custos	17

Preâmbulo



O Município de Vila Real de Santo António é um concelho com aproximadamente 62Km² e localiza-se no extremo este do Algarve, junto à foz do Rio Guadiana, tem cerca de 19.000 habitantes distribuídos pelas freguesias de Vila Real de Santo António, Monte Gordo e Vila Nova de Cacela.

É, sobretudo, na freguesia de Vila Nova de Cacela que se verifica maior densidade de áreas rurais e consequentemente uma fraca acessibilidade em transportes públicos, razão pela qual, o Município de Vila Real de Santo António tem reunido esforços para garantir o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares (*Lei de Bases do Sistema Educativo*).

Compete ao Município de Vila Real de Santo António organizar e gerir a rede de transportes escolares, de acordo com a alínea gg) do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. Deste modo, foi elaborado o plano de transportes escolares deste Município para o ano letivo 2017_2018.

O Plano de Transportes Escolares que se apresenta para o ano letivo 2017/2018 abrange os dois Agrupamentos de Escolas existentes no Concelho de Vila Real de Santo António, num total de 18 alunos do ensino pré-escolar, 93 alunos do ensino básico e 174 alunos do ensino secundário e atinge um valor estimado de despesa de **91.662,12 euros**.

Neste instrumento de gestão procurou-se garantir à população escolar dos diversos níveis de ensino uma rede de transportes adequada, em termos de horários e veículos.

De salientar que, de acordo com o regulamento de transportes escolares deste Concelho, a oferta de transportes escolares é suportada a 100% pelo Município de Vila Real de Santo António para os alunos do ensino básico e os alunos carenciados inseridos no 1º escalão do ensino secundário, a 75% para os alunos inseridos no 2º escalão do ensino secundário e a 50% para os restantes alunos.

O Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2017/2018 é submetido à apreciação do Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea e) do nº 1 do art.º 4 do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 41/2003, de 22 de Agosto e decreto-Lei nº 72/2015, de 11 de março e à aprovação da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

Enquadramento Legal

Nos termos do Decreto – Lei nº 299/84, de 5 de Setembro, alterado pela Lei nº 7/ 2003, de 15 de Janeiro e pelos Decretos-lei 186/2008, de 19/09 e 176/2012, de 02/08, é da competência das autarquias garantir o serviço de transporte aos alunos do ensino básico e secundário que residam a mais de 3 ou 4 kms dos Estabelecimentos de Ensino.

A Portaria 181/86, de 6 de Maio estabelece os termos em que é participado o transporte dos estudantes do ensino secundário, definindo que os alunos abrangidos pelo transporte escolar, participem em metade do custo do bilhete.

Considerando a Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro que estabelece o quadro de atribuições e competências para as autarquias locais, nomeadamente no artigo 23º que prevê as competências das autarquias na área da Educação e atendendo à alínea gg) do nº 2 do artigo 33º, compete à Câmara Municipal assegurar os transportes escolares.

O Decreto – lei nº 55/2009, de 2 de Março, prevê no nº 1 do artigo 25º que seja facultado um serviço adequado de transportes escolares aos alunos que frequentam estabelecimentos de ensino básico e secundário que não sejam acessíveis a pé, a partir do lugar da sua residência, e que não possam utilizar transportes públicos coletivos para efeito da deslocação entre a residência e o estabelecimento de ensino.

Também a Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril, na sua atual redação, veio definir o regime jurídico do transporte coletivo de crianças e jovens até aos 16 anos, de e para os estabelecimentos de educação e ensino, creches, jardim-de-infância e outras instalações ou espaços em que decorram atividades educativas ou formativas, designadamente os transportes para locais destinados à prática de atividades desportivas ou culturais, visitas de estudo e outras deslocações organizadas para ocupação de tempos livres, com implicações diretas nos Transportes Escolares.

O regulamento de transportes escolares municipal que prevê a participação de 100% do passe escolar aos alunos do ensino secundário integrados no 1º escalão da ação social escolar e a participação de 75% aos alunos integrados no 2º escalão.

Enquadramento territorial e populacional do Concelho de Vila Real de Santo António

79
André

O Concelho de Vila Real de Santo António localiza-se no extremo este do Algarve, junto à foz do Rio Guadiana. Dele fazem parte três Freguesias, Vila Real de Santo António, Monte Gordo e a freguesia de Vila Nova de Cacela que se encontra geograficamente separada das restantes.

Este Concelho faz fronteira a norte com o Concelho de Castro Marim, a sul com o Oceano Atlântico, a este com o Rio Guadiana e a oeste com o Concelho de Tavira.

O Concelho de Vila Real de Santo António tem, de acordo com os censos de 2011, cerca de 19 156 habitantes que se distribuíam pelo território de forma pouco homogénea. Na cidade sede de concelho reside a maior parte da população, 11 946 pessoas. Na freguesia de Monte Gordo residem 3308 habitantes e na de Vila Nova de Cacela cerca de 3902 habitantes.

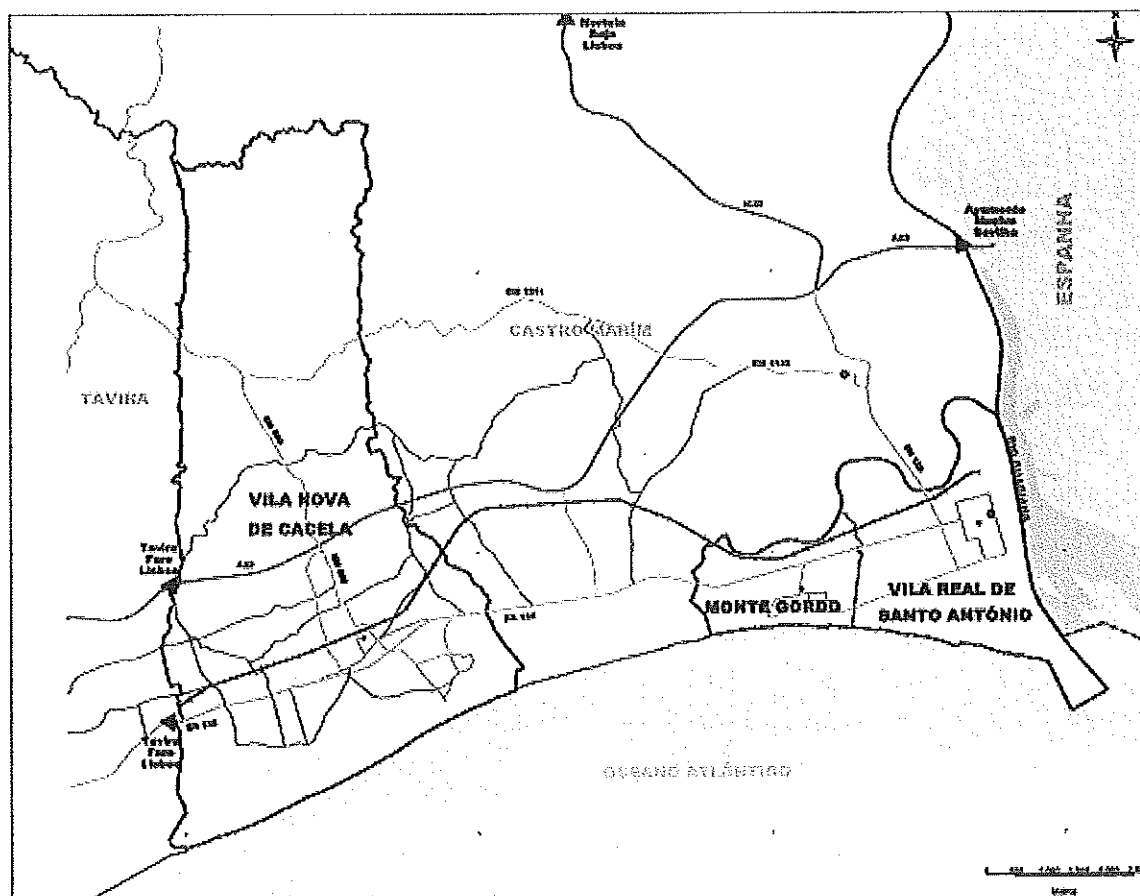


Fig. 1 - Enquadramento territorial do Concelho de Vila Real de Santo António

Rede Escolar

O Concelho de Vila Real de Santo António dispõe de uma rede escolar composta por dois Agrupamentos de escolas, com os seguintes estabelecimentos de ensino:

- a) Uma escola de ensino secundário com 3º ciclo;
- b) Três escolas básicas de 2º e 3º ciclo;
- c) Cinco escolas básicas de 1º ciclo com Jardim-de-infância

Os estabelecimentos de ensino distribuem-se da seguinte forma:

Agrupamento	Freguesia	Estabelecimento de ensino	Nº de alunos
Vila Real de Santo António	V.R. Sto. António	Escola Secundária com 3º ciclo	919
	V.N. Cacela	Escola EB 2,3 Infante D. Fernando	261
	V.N. Cacela	Escola EB1/JI Manuel Cabanas	131
D. José I	V.R. Sto. António	Escola EB 2,3 D. José I	501
	V.R. Sto. António	Escola EB1/JI Caldeira Alexandre	330
	V.R. Sto. António	Escola EB1/JI António Aleixo	91
	V.R. Sto. António	Escola EB1/JI Santo António	292
	Monte Gordo	Escola EB 2,3 Monte Gordo	210
	Monte Gordo	Escola EB1/JI Monte Gordo	207

O funcionamento dos estabelecimentos escolares rege-se pelo calendário escolar para o ano letivo 2017/2018 (Despacho 5458-A/2017, de 22 de Junho), com exceção para os cursos profissionais que poderão prolongar-se até ao final do mês de Julho.

O horário de abertura e encerramento dos estabelecimentos de ensino para o ano letivo 2017/2018 será o seguinte:

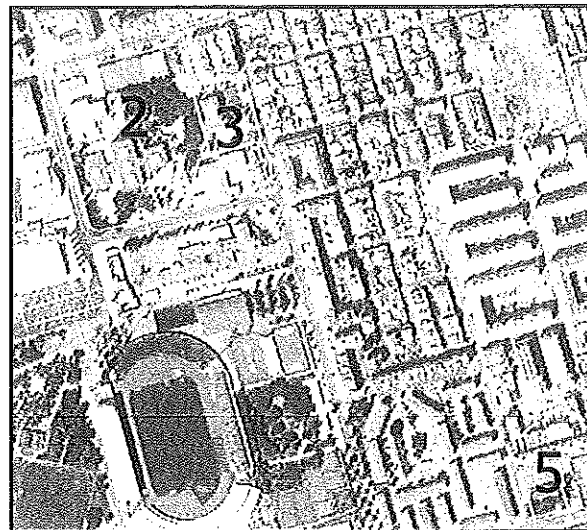
Estabelecimento	Nível de ensino	Horário de abertura	Período de almoço	Horário de encerramento
Escola Secundária	Secundário	8H10		17H20
EB2, 3 Infante D. Fernando	2º e 3º ciclo	8H10		16H40
EB1 Manuel Cabanas	1º ciclo	9H00		17H30
EB2,3 D. José I	2º e 3º ciclo	8H30		18H20
EB1 António Aleixo	Pré e 1º ciclo		12H00 – 13H30	

Fig. 2 - Enquadramento das escolas na Freguesia de Vila Real de Santo António

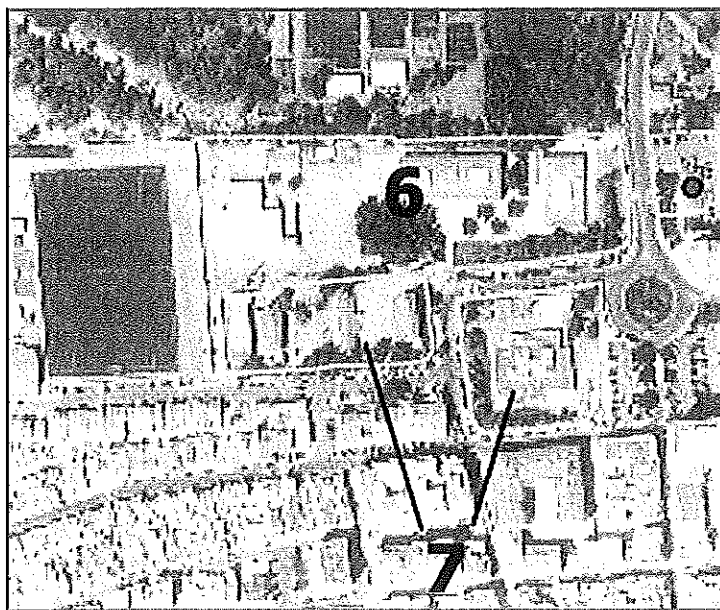
80
P. Ribeiro



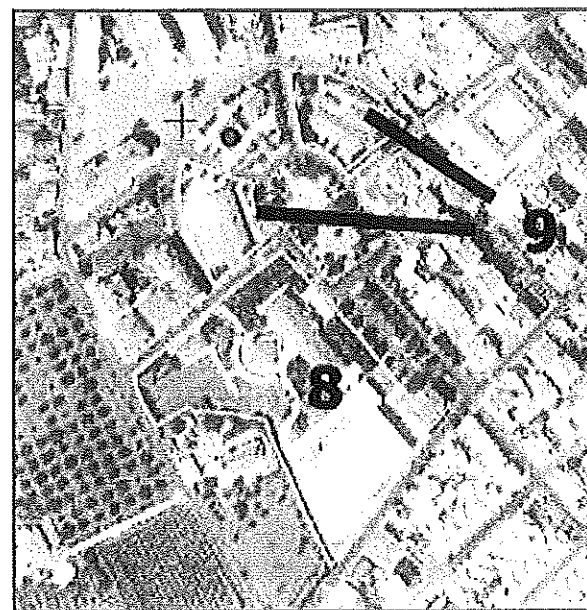
1 – Escola Secundária de Vila Real de Santo António
4 – EB 1 / JI Santo António



2 – Escola EB 2,3 D. José I
3 – EB 1 / JI Caldeira Alexandre
5 – EB 1 / JI António Aleixo



6 – Escola EB 2,3 de Monte Gordo
7 – EB 1 / JI Monte Gordo

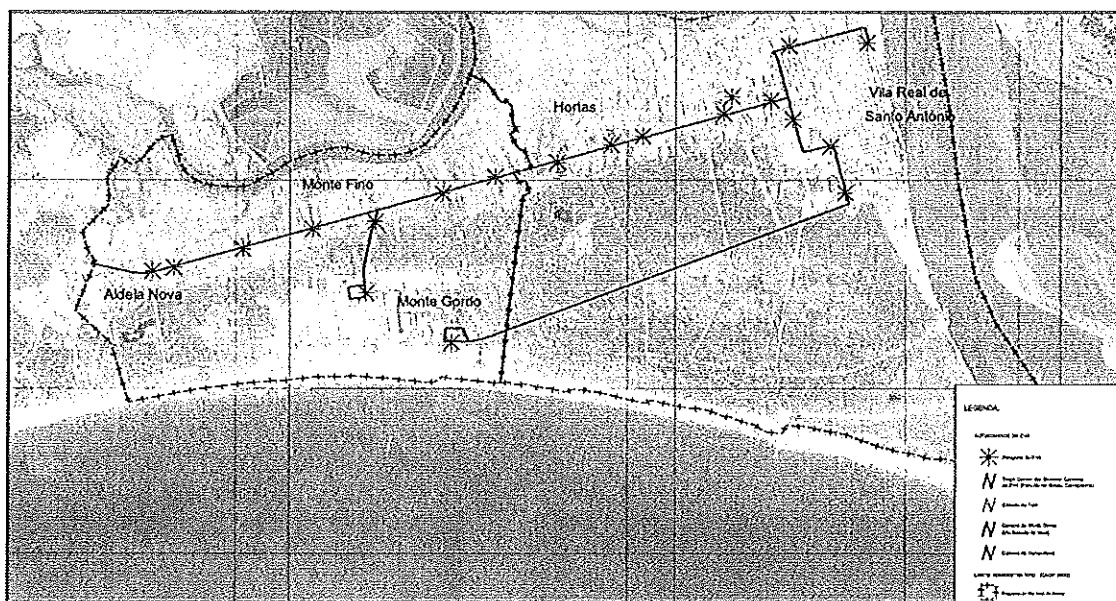


8 – Escola E.B. 2,3 Infante D. Fernando
9 – EB 1 / JI Manuel Cabanas

Mobilidade: Transportes Coletivos

A mobilidade interna do Concelho de Vila Real de Santo António, em termos de transporte coletivo é assegurada pela EVA – Transportes S.A. (transporte rodoviário), de acordo com a seguinte rede rodoviária:

Fig. 5 – Circuitos da EVA – transportes SA, nas Freguesias de VRSA e Monte Gordo



Levantamento / Previsão do número de alunos a transportar

Quadro 1 - previsão do número de alunos da Escola EB 23 D. José I						
Freguesia de Residência dos alunos	Localidade de residência dos alunos	Zona / Código	Alunos a transportar			
			2º ciclo		3º ciclo	Total
			<13 anos	> 13 anos		
Monte Gordo	Sítio do Madrigal	.02	0	0	1	1
Monte Gordo	Monte Gordo	.01	0	0	1	1
TOTAL DE ALUNOS A TRANSPORTAR			0	0	2	2

Quadro 3- previsão do número de alunos da Escola Secundária de Vila Real de Santo António								
Freguesia Residência alunos	de dos	Localidade residência alunos	de dos	Local de Embarque	Zona Código	Alunos a transportar		
						3º ciclo	Secundário	Total
Monte Gordo		Monte Gordo		Monte Gordo	.01	5	88	93
		Aldeia Nova		Aldeia Nova	.02	0	4	4
		Chave D'Ouro		Hortas	.02	0	1	1
		Casas da Audiência		Aldeia Nova	.02	2	0	2
		Sítio do Madrigal		Sítio do Madrigal	.02	1	1	2
		Monte Fino		Monte Gordo	.02	1	5	6
		SUBTOTAL					9	99
Vila Nova de Cacela		Cevadeiras		Cevadeiras	.04	0	1	1
		Manta Rota		Manta Rota	.05	0	13	13
		Vila Nova de Cacela		V. N. Cacela	.05	0	29	29
		Buraco		V.N. Cacela	.05	0	2	2
		Coutada		V.N. Cacela	.05	0	3	3
		Casas Novas		Nora	.05	0	1	1
		Quinta Manuel Alves		Quinta Manuel Alves	.06	0	1	1
		Bornacha		Nora	.06	0	2	2
		Corujeira		Nora	.06	0	1	1
		Fonte Santa		Nora	.06	0	2	2
		Quinta de Cima		Nora	.06	0	1	1
		Santa Rita		Nora	.06	0	4	4
		Beco		Beco	.06	0	1	1
		Estrada de Cacela Velha		Estrada de Cacela Velha	.06	0	1	1
		Ribeira da Gafa		C.A.Martins	.07	0	2	2
		Sítio das Fóias		C.A.Martins	.07	0	2	2
		C. A. Martins		C.A.Martins	.07	0	4	4
		Pocinho		Pocinho	.07	0	4	4
		Sítio do Calço		Pocinho	.07	0	1	1
		SUBTOTAL					0	75
TOTAL DE ALUNOS A TRANSPORTAR						9	174	183

Gráfico 1 - Representação da previsão do número de alunos transportados pela EVA transportes , SA por nível de ensino

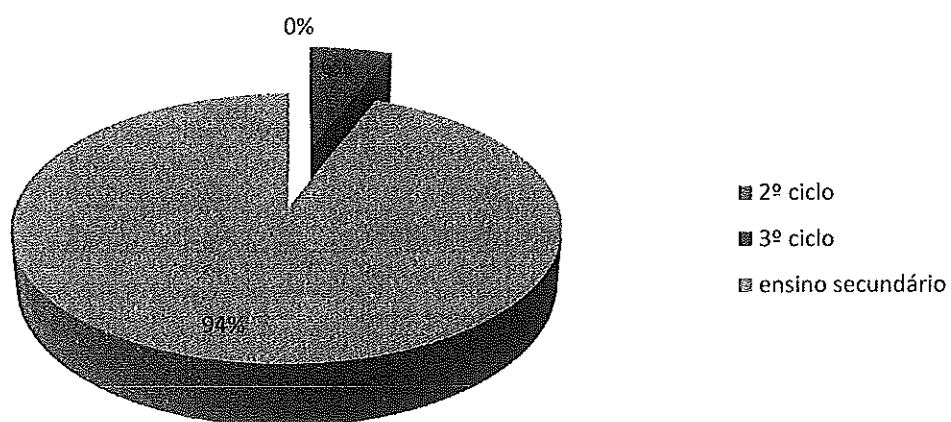
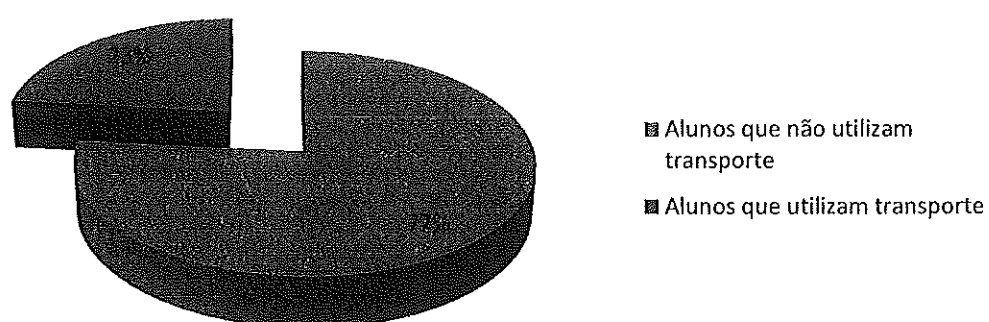


Gráfico 2 - Percentagem de alunos do ensino secundário que utilizam transporte escolar



ESTIMATIVA DE CUSTOS COM O TRANSPORTE COLETIVO NO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - ANO LETIVO 2017/2018									
Zona / Código	Km	Tarifa	2º ciclo		3º ciclo	Secundário	Valor mensal da comparticipação da C.M.	Valor anual da participação da C.M.	
			<13 anos	>13 anos					
.01	3	27,10 €	0	0	6	88	2.547,40 €	25.474,00 €	
.02	4	38,65 €	0	0	5	11	618,40 €	6.184,00 €	
.04	12	48,80 €	0	0	0	1	48,80 €	488,00 €	
.05	15	60,30 €	0	0	0	48	2.894,40 €	28.944,00 €	
.06	18	70,20 €	0	0	0	13	912,60 €	9.126,00 €	
.07	19	80,35 €	0	0	0	13	1.044,55 €	10.445,50 €	
TOTAL			0	0	11	174	8.066,15 €	80.661,50 €	

82
B. Almeida
11

Mobilidade – circuitos especiais

Os circuitos especiais são efetuados por viaturas municipais que transportam alunos do ensino básico, residentes em áreas rurais que não são abrangidas por carreiras de transportes coletivos, ou para transportar alunos de escolas que não possuem refeitório escola, para outras onde os alunos possam usufruir de refeição.

Na Freguesia de Vila Nova de Cacela, os alunos do 1º, 2º e 3º ciclos são transportados entre o ponto de paragem destas viaturas mais próximo da sua residência e as escolas EB 2,3 Infante D. Fernando ou a EB 1 Manuel Cabanas.

Na Freguesia de Vila Real de Santo António, os alunos do ensino pré-escolar e 1º ciclo são transportados, durante o período de almoço, entre a escola EB 1/JI António Aleixo e a EB 1/JI Santo António.

Levantamento /Previsão do número de alunos a transportar

Quadro 4 - previsão do número de alunos da EB1 Manuel Cabanas			
Freguesia de Residência dos alunos	Localidade de residência dos alunos	Circuito	Alunos a transportar
Vila Nova de Cacela	Pocinho	A/1ºC	1
	Corte António Martins	A/1ºC	2
	Estrada do Beco	B/1ºC	2
	Fonte Santa	B/1ºC	2
	Quinta da Pedralva	B/1ºC	1
	Manta Rota - Bairro Social	B/1ºC	3
	Manta Rota	B/1ºC	3
TOTAL DE ALUNOS A TRANSPORTAR			14

83
adone

Quadro 5 - previsão do número de alunos da EB2/3 Infante D. Fernando			
Freguesia de Residência dos alunos	Localidade de residência dos alunos	Circuito	Alunos a transportar
Vila Nova de Cacela	Quinta Manuel Alves	A/2/3ºC	1
	Corte António Martins	A/2/3ºC	13
	Cevadeiras	A/2/3ºC	1
	Portela	A/2/3ºC	1
	Ribeira da Gafa	A/2/3ºC	4
	Sítio da Nora	B/2/3ºC	2
	Santa Rita	B/2/3ºC	9
	Estrada do Beco	B/2/3ºC	2
	Corujeira (Fonte Santa)	B/2/3ºC	1
	Cacela Velha	B/2/3ºC	2
	Vila Nova de Cacela	B/2/3ºC	1
	Manta Rota	B/2/3ºC	7
TOTAL DE ALUNOS A TRANSPORTAR			44

Quadro 6 - previsão do número de alunos da EB1/JI António Aleixo que utilizam o refeitório da EB1/JI Santo António		
Nível de ensino	Circuito	Alunos a transportar
Pré escolar	A/ref	18
1º ciclo	B/ref	24
TOTAL DE ALUNOS A TRANSPORTAR		42

Gráfico 3 - Representação da previsão do número de alunos transportados pelos circuitos especiais por nível de ensino

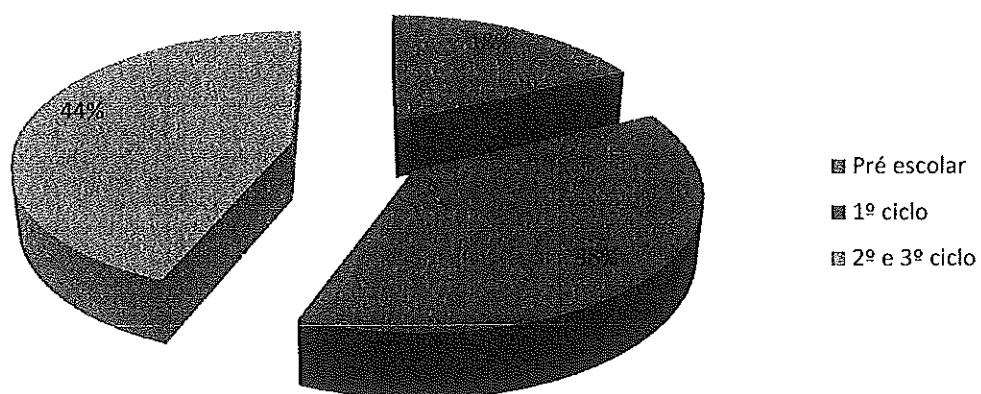
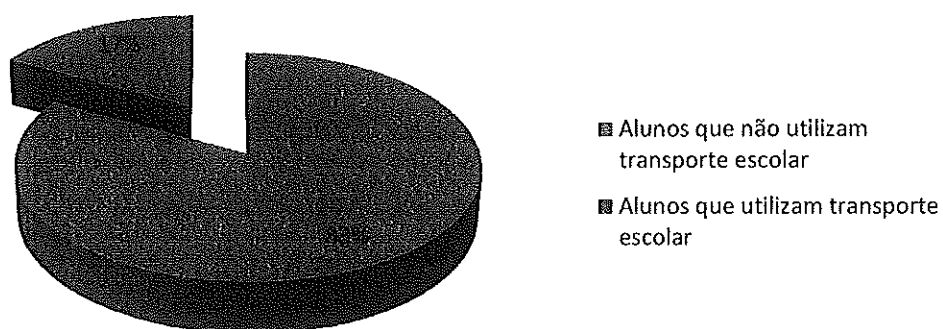


Gráfico 4 - Percentagem de alunos da EB 2,3 Inafante D. Fernando que utilizam transporte escolar



Definição dos circuitos especiais

84
Adeine

Fig. 6 – Circuito A/1^oC

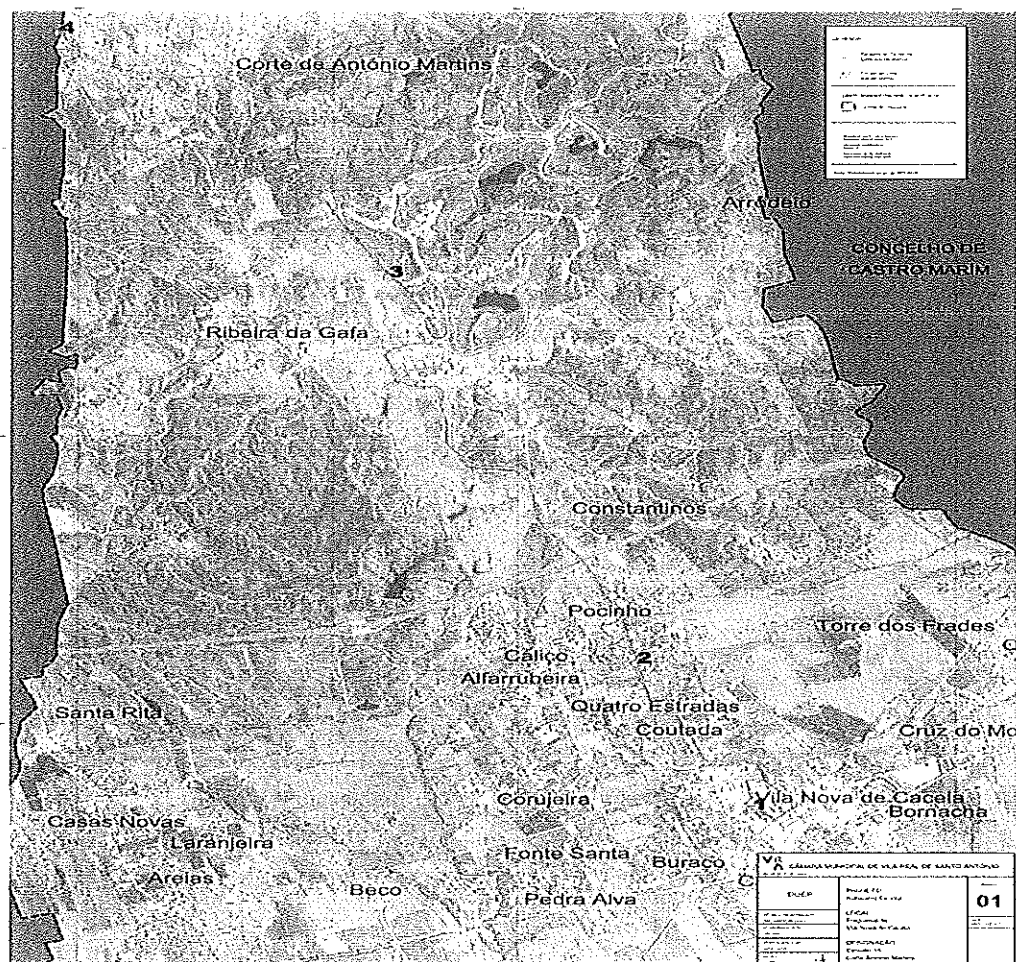


Fig. 7 – Circuito B/1^oC



Fig. 8 – Circuito A/2º/3ºC

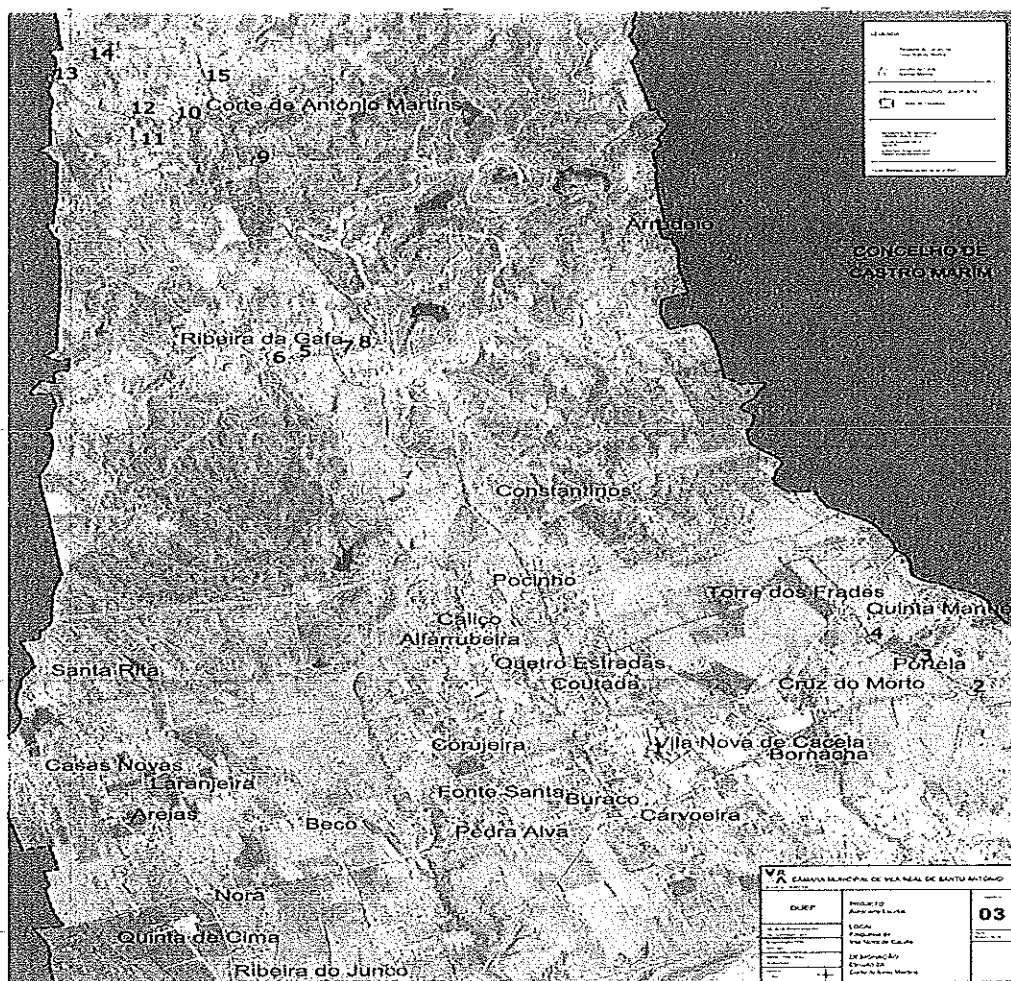
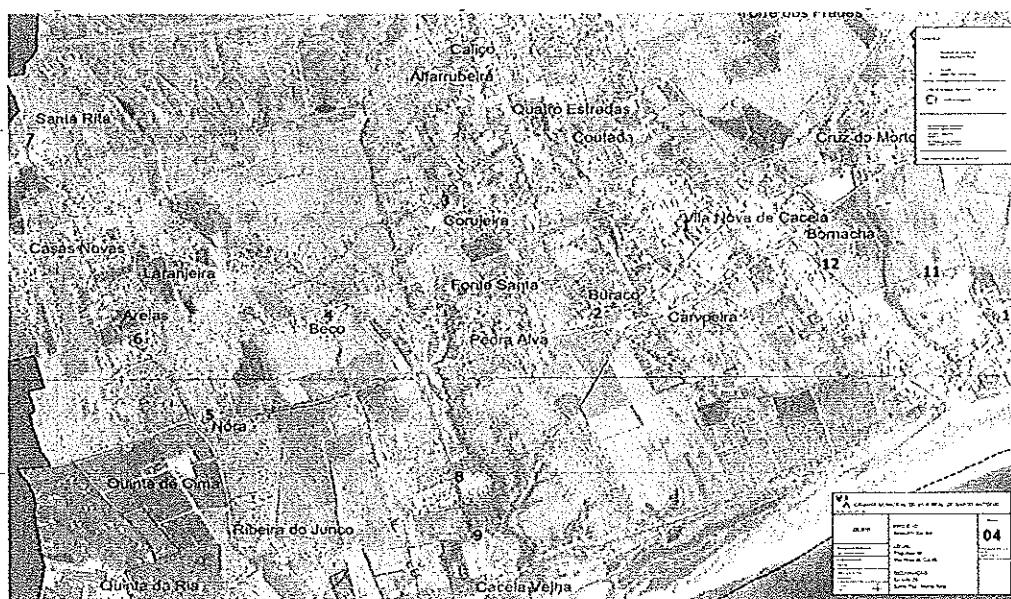


Fig. 9 – Circuito B/2º/3ºC



Estimativa de custos

ESTIMATIVA DE CUSTOS COM OS CIRCUITOS ESPECIAIS NO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - ANO LETIVO 2017/2018									
Circuito	Km	Valor/ viagem	Nº viagens	Nºde alunos a usufruir de transporte			Custo diário da C.M.	Custo mensal da C.M.	Custo anual da C.M.
				Pré	Ensino básico				
					1º ciclo	2º/3º ciclo			
A/ref	1,99	0,94 €	2	18	0	0	1,87 €	35,88 €	394,70 €
B/ref	1,99	0,94 €	2	0	24	0	1,87 €	31,80 €	318,00 €
A/1ºC	15,1	7,10 €	2	0	3	0	14,19 €	246,98 €	2.469,76 €
B/1ºC	10,5	4,94 €	2	0	11	0	9,87 €	171,74 €	1.717,38 €
A/2/3ºC	20,5	9,64 €	2	0	0	20	19,27 €	335,30 €	3.352,98 €
B/2/3ºC	16,8	7,90 €	2	0	0	24	15,79 €	274,78 €	2.747,81 €
TOTAL				18	38	44	62,87 €	1.096,47 €	11.000,62 €

ESTIMATIVA DE CUSTOS QUADRO RESUMO - ANO LETIVO 2017/2018						
Transporte	Nºde alunos a usufruir de transporte				Custo mensal da C.M.	Custo anual da C.M.
	Pré	Ensino básico		Secundário		
		1º ciclo	2º/3º ciclo			
Transporte coletivo	0	0	11	174	8.066,15 €	80.661,50 €
Circuitos especiais	18	38	44	0	1.096,47 €	11.000,62 €
TOTAL	18	38	55	174	9.162,62 €	91.662,12 €



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

86
admissão

Aprovado em reunião
de 16 AGO, 2017

N.º Propostas/2017/261

ASSUNTO:

Apoio a conceder à ARTS TOMORROW - ASSOCIAÇÃO ACADEMIA DE BALLET CONTEMPORÂNEO

CONSIDERANDO QUE:

- A ARTS TOMORROW - ASSOCIAÇÃO ACADEMIA DE BALLET CONTEMPORÂNEO, com sede em Vila Real de Santo António, tem promovido um trabalho de qualidade no âmbito da atividade física, através da dança, desenvolvendo e fomentando o ensino artístico, a formação na área das artes do espetáculo e cooperação e o intercâmbio nacional e internacional;
- No passado mês de Abril, um grupo de bailarinos da associação participou na cidade do Porto no Festival Norte Dança tendo alcançado o 1.º lugar em danças urbanas e o 2.º lugar em dança contemporânea;
- Na sequência destas classificações o grupo, formado por 12 alunas, ficou apurado para representar Portugal e mais concretamente Vila Real de Santo António em dois Festivais internacionais, um no Brasil, no Estado de São Paulo em Setembro e outro nos Estados Unidos da América, no Estado da Flórida em Novembro;
- A Associação tem promovido a nível particular e com o apoio da Câmara Municipal algumas atividades com vista à angariação de verbas de forma a fazer face às despesas inerentes à deslocação;
- Através de documento anexo, a ARTS TOMORROW - ASSOCIAÇÃO ACADEMIA DE BALLET CONTEMPORÂNEO solicitou apoio monetário para que, os elementos que estiveram Porto possam prosseguir a sua participação no Festival;
- Nos termos do artigo 33.º n.º 1 alínea u) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à câmara municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Aprovar o apoio à ARTS TOMORROW - ASSOCIAÇÃO ACADEMIA DE BALLET CONTEMPORÂNEO, no valor de 5.000,00€, conforme pedido anexo à presente proposta.

Vila Real de Santo António, 9 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita

Excelentíssima Vice- Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António,

Sr^a. Dr^a. Maria da Conceição Cipriano Cabrita,

87
Ana Dias

Esta carta segue após reunião presencial com sua Excelência no dia seis de Junho de 2017.

Sou a actual presidente da direcção da associação Arts Tomorrow que tem sede em vila real de Santo António. Somos uma associação juvenil sem fins lucrativos, que tem como objectivo o fomento e desenvolvimento cultural e ensino artístico, formação na área das artes do espectáculo e cooperação e o intercâmbio nacional e internacional.

No passado mês de Abril uma comitiva da associação deslocou-se a cidade do porto a fim de participar num festival internacional de Dança (Festival Norte Dança). Nesta participação arrecadaram um 1º lugar em danças urbanas e um 2º lugar em dança contemporâneo avançado. Com estes resultados qualificamo-nos para representar Portugal em dois Festivais internacionais, um no Brasil no estado de São Paulo, em Setembro, e outro nos Estados Unidos da América no estado da Florida, em Novembro.

Estas deslocações e estadias têm custos avultados, sendo que as nossas associadas não têm capacidades económicas para sozinhas comportarem os encargos, nesse sentido estamos solicitar um apoio camarário para angariar parte dos fundos necessários para podermos concretizar estas deslocações, promover uma experiência humana única que engrandecerá todos os vila-realenses e marcará para sempre a vida destes doze jovens promessas da arte performativa.

Caso solicitem estamos predispostos a colmatar quaisquer dúvidas, quer telefonicamente (919524019) quer via email (associaçãoartstomorrow@gmail.com) quer presencialmente numa reunião com data, local e hora da vossa conveniência.

Agradeço desde já o tempo despendido,

Com os melhores cumprimentos,

P'la Associação Arts Tomorrow,

Ana Dias



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

88
mafeira

Aprovado em reunião
de 16 AGO. 2017

N.º Propostas/2017/263

ASSUNTO:

Apoio a conceder à ANIMASHOW - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA

CONSIDERANDO QUE:

- a) A Animashow – Associação Cultural e Recreativa, a trabalhar desde há vários anos no concelho de Vila Real de Santo António, tem promovido um trabalho de qualidade no âmbito da atividade física, através da dança;
- b) É uma escola de dança que promove a divulgação e o ensino da dança, o desenvolvimento afetivo e social das crianças e jovens que a integram e que tem atualmente cerca de 115 alunos de várias faixas etárias que frequentam os estilos de Hip-Hop, Ballet, Dança Contemporânea e Danças Tradicionais;
- c) A associação venceu nos últimos dois anos o concurso "Vive Tu Sueño" que decorreu em Madrid, alcançando igualmente 2.ºs e 3.ºs lugares com os seus vários grupos de dança;
- d) No seguimento dos prémios alcançados no concurso atrás referido, a escola de dança participará, no próximo mês de Setembro, na grande final europeia do concurso internacional de dança, que terá lugar em Paris;
- e) Através de documento anexo, a Animashow solicitou apoio monetário e logístico para que, os 60 elementos que estiveram em Madrid possam prosseguir a sua participação no Festival;
- f) Nos termos do artigo 33.º n.º 1 alínea u) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à câmara municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Aprovar o apoio à Associação Animashow – Associação Cultural e Recreativa, em anexo à presente proposta.

Vila Real de Santo António, 9 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita

De: Splash Escola de Dança [mailto:escola.danca.splash@gmail.com]

Enviada: quarta-feira, 24 de Maio de 2017 15:26

Para: Ana Gomes; Miguel Godinho

Assunto: Pedido de apoio para viagem a Paris

89
Ana Gomes

Boa tarde Exma. Sra. Vereadora da Câmara Municipal de Santo António

Conceição Cabrita,

Na sequência da nossa conversa, vimos por este meio solicitar um apoio financeiro e com o transporte para a Escola de Dança SPLASH (Animashow - Associação Cultural e Recreativa) poder viajar até Paris para participar na grande final europeia do concurso internacional de dança "Vive Tu Sueno".

Durante dois anos consecutivos fomos campeões nacionais do concurso "Vive Tu Sueno" que decorreu em Madrid. Agora temos a oportunidade de representar a nossa escola, o nosso conselho e o nosso país na final europeia.

São muitos alunos e a despesa é enorme para suportarmos na totalidade. São aproximadamente 60 alunos e a viagem sai em 410€ por pessoa o que dá uma despesa de 24 600€.

Não queremos de perder esta oportunidade e de deixar de realizar este sonho dos nossos alunos, então temos vindo a trabalhar arduamente para juntar o dinheiro para a viagem.

Pedimos à Câmara Municipal de Vila Real de Santo António um apoio financeiro no valor de 5000€ e autocarro para levar os nossos alunos ao aeroporto de Faro (ida - 6 de Setembro, volta - 12 de Setembro).

Com os melhores cumprimentos,

Anna e Nataliya Avramenko



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

Aprovado em reunião
18 AGO. 2017
cc _____

N.º Propostas/2017/265

ASSUNTO:

Apoio a conceder ao AGRUPAMENTO 1370 do CNE - Corpo Nacional de Escutas de Vila Real de Santo António

CONSIDERANDO QUE:

- a) O Corpo Nacional de Escutas (CNE) é a maior Organização de Juventude de Portugal, sem fins lucrativos, não-política e não-governamental, destinada à formação integral de jovens, com base no método criado por Baden Powell e no voluntariado dos seus membros;
- b) O CNE está implementado em cerca de 1.100 agrupamentos em todos os concelhos do território continental e regiões autónomas dos Açores e da Madeira, incluindo Vila Real de Santo António, onde, há cinco anos foi criado o Agrupamento 1370;
- c) Este Agrupamento conta com um efetivo de cerca de 50 escuteiros, entre Lobitos, Exploradores, Pioneiros e Caminheiros com idades compreendidas entre os 6 e os 19 anos e com 10 Dirigentes, que em regime de voluntariado promovem atividades com os jovens, contribuindo para a formação dos mesmos e participando ativamente com a comunidade local em várias iniciativas;
- d) O Movimento Escutista é um movimento de educação para jovens, voluntário, apolítico e aberto a todos sem distinção de género, origem, raça ou credo e oferece aos jovens a oportunidade de se desenvolverem emocional, intelectual, física e espiritualmente como indivíduos, como cidadãos globais responsáveis, membros das suas comunidades locais, nacionais e internacionais;
- e) O Agrupamento 1370 solicitou, no seguimento das Comemorações do seu 5.º Aniversário, conforme ofício anexo, apoio à Câmara Municipal para fazer uma viagem de peregrinação a Santiago de Compostela, Santo Patrono do Movimento Escutista;
- f) Nos termos do artigo 33.º n.º 1 alínea u) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à câmara municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Aprovar o apoio ao Agrupamento 1370 do CNE – Corpo Nacional de Escutas, no valor de 2.000,00€, conforme pedido anexo à presente proposta.

Vila Real de Santo António, 9 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita



CNE-CORPO NACIONAL DE ESCUTAS
ESCUTISMO CATÓLICO PORTUGUÊS
Agrupamento 1370 – Vila Real de Santo António

91
A. Leiva

N/Ref.: nº10/2017

Para: Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

Assunto: Pedido de apoio

Data: 13 de junho de 2017

Exm.º Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António,

Vem a Direcção do Agrupamento 1370 do Corpo Nacional de Escutas – Escutismo Católico, de Vila Real de Santo António solicitar um apoio para a deslocação do efectivo do Agrupamento (crianças, jovens e respectivos dirigentes) a Santiago de Compostela. Esta deslocação surge na sequência da comemoração do quinto aniversário do Agrupamento.

Todos os anos fazemos uma viagem/peregrinação com as nossas crianças e jovens sendo que este ano essa mesma viagem seria, como já referido acima, a Santiago de Compostela por este Santo ser também um dos Patronos do nosso movimento.

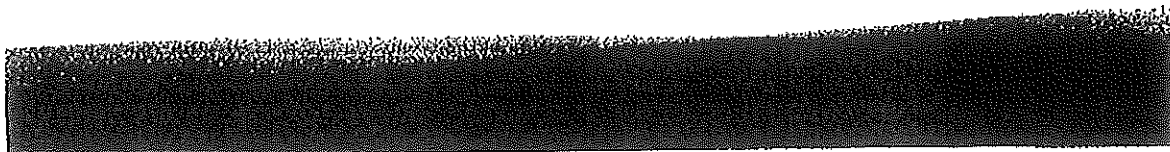
A referida viagem está marcada para os dias 14 a 17 de Setembro deste ano e quanto aos custos relativos ao transporte ficará pelos 2000€ (de acordo com orçamentos pedidos). Esta viagem, como podem compreender, será muito difícil de realizar sem o vosso apoio já que a maior parte dos nossos elementos não possui condições para suportar esse custo e o agrupamento também não.

Certos da vossa habitual amizade e sensibilidade para estas matérias e sem mais nenhum assunto de momento, enviamos as nossas sinceras e amigas saudações escutistas e estamos Sempre Alerta para Servir.

Pela Direcção do Agrupamento,



O Chefe do Agrupamento
António Manuel Moleira Martins,





VILAREALSTºANTONIO

Proposta

92
Desfina

Aprovado em reunião
de 16 AGO, 2017

N.º Propostas/2017/267

ASSUNTO:

Atribuição de Subsídio à Associação Oncológica do Algarve para organização do evento MAMAMARATONA 2017

CONSIDERANDO QUE:

A Associação Oncológica do Algarve é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que tem como missão a luta contra o cancro e o apoio ao doente oncológico e seus familiares;

Tem vindo a ser desenvolvido um enorme trabalho para tratar os doentes oncológicos em períodos de tempo mais curtos e com menos efeitos secundários, sendo a Unidade Móvel de Rastreio da Mama e a Unidade de Radioterapia do Algarve, exemplos dessa intervenção;

A Associação Oncológica do Algarve organiza eventos de angariação de fundos, um dos quais a Mamamaratona, o qual tem como objetivos prevenir para a problemática do cancro da mama, sensibilizar para um estilo de vida saudável e obter fundos para o projeto “Casa Flor das Dunas”, uma residência temporária de apoio ao doente oncológico, em tratamentos na Unidade de Radioterapia do Algarve;

A doença oncológica apresenta uma grande incidência na região do Algarve;

Nos termos do artigo 33.º n.º 1 alínea v) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade em parceria com instituições particulares de solidariedade social.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

A atribuição de um Subsídio no valor de 150,00€ à Associação Oncológica do Algarve para organização do evento MAMAMARATONA 2017



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

Vila Real de Santo António, 9 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita

Patricia Rodrigues

93
Audite

De: Madalena Carvalho
Enviado: quinta-feira, 13 de Julho de 2017 17:23
Para: Expediente
Assunto: FW: Assoc. Oncológica | Solicitação de Apoio | Mamamaratona 17 - Novidades
Anexos: Escala_Publicidade_MM17_APOIOS_INSTITUCIONAIS.pdf

De: Lénia Maria [mailto:lenia-maria@aoa.pt]
Enviada: quinta-feira, 13 de Julho de 2017 16:54
Para: Madalena Carvalho
Assunto: Assoc. Oncológica | Solicitação de Apoio | Mamamaratona 17 - Novidades

Ex.mo/a Sr./a Presidente de Município,

A Associação Oncológica do Algarve (AOA) encaminha o e-mail abaixo, e informa que a **Mamamaratona 17** irá realizar-se no dia **8 de Outubro**, com Partida/Chegada na Antiga Lota da Zona Ribeirinha, de Portimão, ao invés da data anteriormente anunciada, para não haver sobreposição de datas.

Ficamos a aguardar feedback se possível até **fins de Julho**, em relação à nossa solicitação de apoio. Informamos que além do donativo monetário, há sempre a possibilidade de apoio em espécie, por exemplo com flyers, autocarros, divulgação da iniciativa, entre muitas outras opções especificadas na Escala de Publicidade, em anexo.

Muito obrigada.

Com os melhores cumprimentos,

Lénia Maria - 289807531
e
Maria de Lurdes Pereira

----- Mensagem encaminhada -----

De: Lénia Maria <lenia-maria@aoa.pt>
Data: 23 de dezembro de 2016 às 15:48
Assunto: Assoc. Oncológica | Solicitação de Apoio | Mamamaratona 17
Para:

Ex.mo/a Sr./a Presidente de Município,

A Associação Oncológica do Algarve (AOA), é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, de utilidade pública e com fins de saúde, cuja missão é a luta contra o cancro e o apoio ao doente oncológico e seus familiares.

Apesar dos inúmeros desafios com que nos deparamos diariamente, em levar por diante os nossos objetivos, a AOA tem conseguido concretizar vários projetos, de grande valor para o doente oncológico e importância na região, nomeadamente a Unidade Móvel de Rastreo do Cancro da Mama, estando este rastreo no ranking com a maior taxa de adesão do país e a Unidade de Radioterapia do Algarve (URA), que já tem um equipamento de radioterapia de última geração, o que permite tratar doentes oncológicos em períodos de tempo mais curtos e com menos efeitos secundários.

Como apoio fundamental à concretização dos seus projetos, a AOA organiza eventos de angariação de fundos. Neste âmbito, estamos já a organizar o que tem o sido o maior evento de cariz social do Algarve (5000 participantes): a Mamamaratona.

A Mamamaratona tem como objetivos, prevenir para a problemática do cancro da mama, sensibilizar para um estilo de vida saudável e obter fundos para o projeto "Casa Flor das Dunas", uma residência temporária de apoio ao doente oncológico, em tratamentos na URA.

A iniciativa realiza-se no mês de Outubro, por se enquadrar no movimento internacional "Outubro Rosa" (sensibilização e prevenção para o cancro da mama) e desde 2005 que é organizada em parceria com o Município de Portimão e com a Associação de Atletismo do Algarve, pela integração da Meia Mamamaratona (2012) e Mini Mamamaratona (2013).

Na certeza de que a causa que defendemos e o trabalho que realizamos é de enorme importância para tantas famílias a quem esta patologia tem afetado, e porque sem o apoio de instituições como a vossa não teríamos condições financeiras para cumprir a nossa

missão, vimos apelar à participação da V/ instituição neste evento, através de um donativo (monetário ou em espécie) de acordo com a Escala de Publicidade que enviamos em anexo.

A publicidade será feita conforme a mencionada Escala e será emitido o respetivo Recibo de donativo, com o qual também a V/ instituição receberá um benefício fiscal, conforme Lei do Mecenato Social.

Para uma melhor ideia sobre o evento, é possível visualizar um vídeo capturado por um drone, na última edição da Mamamaratona:

<https://www.youtube.com/watch?v=J2Fu24d7wbY&feature=youtu.be>

Na expectativa de podermos contar com o V/ apoio, inscrevemo-nos ficando ao dispor para esclarecer qualquer dúvida ou pedido de informação.

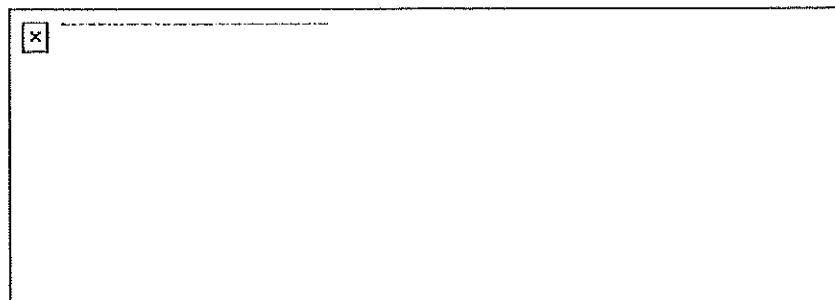
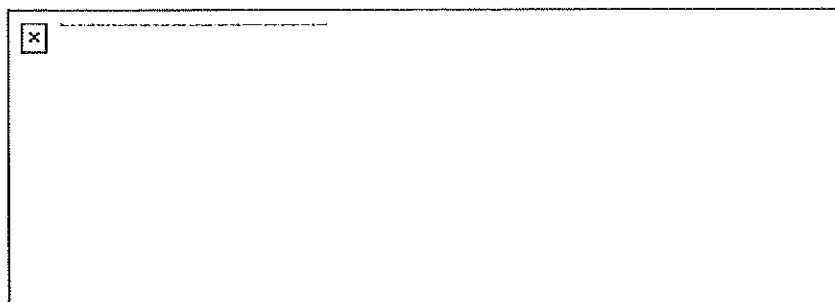
--

Com os melhores cumprimentos,

Lénia Maria - 289807531

e

Maria de Lurdes Pereira



--

Eventos, Comunicação e Relações Públicas

Largo das Mouras Velhas, n.º 16

8000-139 FARO

Tlf.: 289 807 531

www.aoa.pt

